



# DIÁRIO

## da Assembleia da República

VIII LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1999-2000)

### REUNIÃO PLENÁRIA DE 17 DE MARÇO DE 2000

Presidente: Ex.<sup>mo</sup> Sr. João António Gonçalves do Amaral

Secretários: Ex.<sup>mos</sup> Srs José Ernesto Figueira dos Reis  
Manuel Alves de Oliveira  
António José Carlos Pinho

### SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão as 10 horas e 25 minutos

Em sessão de perguntas ao Governo, o Sr. Secretário de Estado do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza (Manuel Silva Pereira) deu resposta a pergunta formulada pelo Sr. Deputado Francisco Torres (PS), sobre a situação do Parque Natural Sintra-Cascais, e aos pedidos de esclarecimento adicionais dos Srs Deputados Rui Gomes da Silva (PSD), Isabel Castro (Os Verdes), Maria Santos (PS), Azevedo Soares (PSD), Helena Roseta (PS) e Rosado Fernandes (CDS-PP)

Aquele Sr. Secretário de Estado respondeu também a pergunta da Sra. Deputada Isabel Castro (Os Verdes), relativa aos projectos urbanísticos no Parque Natural Sintra/Cascais, assim como as perguntas adicionais formuladas pelos Srs Deputados Luis Fazenda (BE), Rui Gomes da Silva (PSD), Joaquim Matias (PCP) e Francisco Torres (PS)

A pergunta sobre o processo de registo de resíduos, formulada pelo Sr. Deputado Luis Fazenda (BE), bem como aos pedidos de esclarecimento adicionais dos Srs Deputados Joaquim Matias (PCP), Isabel Castro (Os Verdes), Natalina Moura (PS) e Manuel Queiro (CDS-PP), deu resposta o Sr. Secretário de Estado do Ambiente (Rui Gonçalves)

O Sr. Secretário de Estado da Indústria e Energia (Vitor Silva Santos) respondeu a pergunta formulada pelo Sr. Deputado Fernando Moreno (CDS-PP), relativa a avaliação dos resultados e eficácia da aplicação das Portarias do Ministério da Economia nºs 1055 e 1056/98, de 28 de Dezembro, respeitantes a aprovação dos projectos eléctricos e a certificação de instalações eléctricas pela CERTIEL, e ao pedido de esclarecimento adicional do Sr. Deputado Jose Penedos (PS)

A pergunta do Sr. Deputado Lícente Merendas (PCP), sobre a situação e o futuro da Lisnave, bem como aos pedidos de esclarecimento adicionais dos Srs Deputados Luis Fazenda (BE) e Joel Hasse Ferreira (PS), respondeu o Sr. Secretário de Estado Adjunto do Ministério da Economia (Vitor Ramalho)

O Sr. Secretário de Estado da Administração Marítima e Portuária (Narciso Miranda) deu resposta a pergunta da Sra. Deputada Ana Catarina Mendonça (PS) sobre a eventual construção de um cais em Sesimbra para apoio a construção de um terminal multiusos no porto de Setúbal, bem como aos pedidos de esclarecimento adicionais dos Srs Deputados Lucília Ferreira (PSD) — que também deu explicações em relação as defesas da consideração da Sr. Deputada Ana Catarina Mendonça e do Sr. Secretário de Estado —, Rosado Fernandes (CDS-PP), Joel Hasse Ferreira (PS) e Joaquim Matias (PCP). O Sr. Manuel dos Santos (PS) fez, ainda, uma interrogação à Mesa

A pergunta do Sr. Deputado Adão Silva (PSD), sobre o Quadro Comunitário de Apoio III — Região Norte, bem como aos pedidos de esclarecimento adicionais dos Srs Deputados Alexandre Chaves (PS), Honório Novo (PCP), António Nazare Pereira (PSD) e Manuel Queiro (CDS-PP), respondeu o Sr. Secretário de Estado do Planeamento (João Carvalho Mendes)

O Sr. Deputado Manuel Castro Almeida (PSD) questionou o Sr. Secretário de Estado Adjunto e das Obras Públicas (Luis Parreira) sobre a acessibilidade aos concelhos de Arouca e Castelo de Paiva, que lhe respondeu, assim como aos pedidos de esclarecimento adicionais dos Srs Deputados Agostinho Gonçalves (PS) e António José Pinho (CDS-PP)

O Sr. Presidente encerrou a sessão eram 14 horas e 5 minutos

O Sr Presidente (João Amaral) — Srs Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão

*Eram 10 horas e 25 minutos*

*Estavam presentes os seguintes Srs Deputados*

**Partido Socialista (PS)**

Agostinho Moreira Gonçalves  
 Aires Manuel Jacinto de Carvalho  
 Alberto Bernardes Costa  
 Alexandre António Alves Chaves  
 Ana Catarina Veiga Santos Mendonça Mendes  
 António Alves Marques Júnior  
 António Alves Martinho  
 António de Almeida Santos  
 António Fernandes da Silva Braga  
 António Fernando Marques Ribeiro Reis  
 António Fernando Menezes Rodrigues  
 António José Gavino Paixão  
 António Manuel Dias Baptista  
 António Manuel do Carmo Saleiro  
 Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho  
 Artur Rodrigues Pereira dos Penedos  
 Bruno Renato Sutil Moreira de Almeida  
 Carlos Alberto  
 Carlos Alberto Dias dos Santos  
 Carlos José Gonçalves Vieira de Matos  
 Casimiro Francisco Ramos  
 Cláudio Ramos Monteiro  
 Dimis Manuel Prata Costa  
 Eduarda Maria Castro de Sousa  
 Eduardo Ribeiro Pereira  
 Fernando Manuel de Jesus  
 Fernando Pereira Serrasqueiro  
 Filipe Mesquita Vital  
 Francisco Xavier Pablo da Silva Torres  
 Gonçalo Matos Correia de Almeida Velho  
 Isabel Maria Batalha Víglia Polaco d'Almeida  
 João Alberto Martins Sobral  
 João Cardona Gomes Cravinho  
 João Francisco Gomes Benavente  
 João Macedo Lourenço  
 João Pedro de Aleluia Gomes Sequeira  
 João Rui Gaspar de Almeida  
 Joel Eduardo Neves Hasse Ferreira  
 Jorge Lacão Costa  
 Jorge Manuel Gouveia Strecht Ribeiro  
 José Adelmo Gouveia Bordalo Junqueiro  
 José Afonso Teixeira de Magalhães Lobão  
 José Aurélio da Silva Barros Moura  
 José Carlos Correia Mota de Andrade  
 José Carlos da Cruz Lavrador  
 José Carlos Lourenço Tavares Pereira  
 José Carlos Pinto Basto Mota Torres  
 José da Conceição Saraiva  
 José de Matos Leitão  
 José Eduardo Vera Cruz Jardim  
 José Ernesto Figueira dos Reis  
 José Manuel Pires Epifânio  
 José Manuel Rosa do Egípto  
 José Manuel Santos de Magalhães  
 José Miguel Abreu de Figueiredo Medeiros  
 José Rodrigues Pereira dos Penedos  
 Jovita de Fátima Romano Ladeira

Júlio Francisco Miranda Calha  
 Laurentino José Monteiro Castro Dias  
 Luís Afonso Cerqueira Natividade Candal  
 Luís Miguel Gomes Miranda Teixeira  
 Luís Pedro de Carvalho Martins  
 Luisa Pinheiro Portugal  
 Manuel Alberto Barbosa de Oliveira  
 Manuel António dos Santos  
 Maria Amélia do Carmo Mota Santos  
 Maria Celeste Lopes da Silva Correia  
 Maria Custódia Barbosa Fernandes Costa  
 Maria do Carmo de Jesus Amaro Sequeira  
 Maria do Céu da Cruz Vidal Lourenço  
 Maria do Rosário Lopes Amaro da Costa da Luz Carneiro  
 Maria Fernanda dos Santos Martins Catarino Costa  
 Maria Helena do Rêgo da Costa Salema Roseta  
 Maria Isabel da Silva Pires de Lima  
 Maria Isabel Ferreira Coelho de Sena Lino  
 Maria José Vidal do Rosário Campos  
 Maria Teresa de Oliveira Ferreira Coimbra  
 Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura  
 Nelson Madeira Baltazar  
 Nuno Manuel Pereira Baltazar Mendes  
 Paula Cristina Ferreira Guimarães Duarte  
 Paulo Alexandre de Carvalho Pisco  
 Pedro Ricardo Cavaco Castanheira Jorge  
 Renato Luis de Araújo Forte Sampaio  
 Ricardo Manuel Ferreira Gonçalves  
 Rosa Maria da Silva Bastos da Horta Albernaz  
 Rui do Nascimento Rabaça Vieira  
 Sónia Ermelinda Matos da Silva Fertuzinhos  
 Teresa Maria Neto Venda  
 Víctor Brito de Moura  
 Vítor Manuel Alves Peixoto  
 Vítor Manuel Caio Roque  
 Zelinda Margarida Carmo Marouço Oliveira Semedo

**Partido Social Democrata (PSD)**

Adão José Fonseca Silva  
 Álvaro dos Santos Amaro  
 Ana Maria Sequeira Mendes Pires Manso  
 António da Silva Pinto de Nazaré Pereira  
 António de Carvalho Martins  
 António d'Orey Capucho  
 António Manuel da Cruz Silva  
 António Manuel Santana Abelha  
 Armando Manuel Dimis Vieira  
 Arménio dos Santos  
 Artur Ryder Torres Pereira  
 Bruno Jorge Viegas Vitorino  
 Carlos Manuel de Sousa Encarnação  
 Carlos Manuel Marta Gonçalves  
 David Jorge Mascarenhas dos Santos  
 Eduardo Eugénio Castro de Azevedo Soares  
 Feliciano José Barreiras Duarte  
 Fernando Jorge Loureiro de Roboredo Seara  
 Fernando Manuel Lopes Penha Pereira  
 Guilherme Henrique Valente Rodrigues da Silva  
 Henrique José Praia da Rocha de Freitas  
 Hermínio José Sobral Loureiro Gonçalves  
 Hugo José Teixeira Velosa  
 João Bosco Soares Mota Amaral  
 João Eduardo Guimarães Moura de Sá  
 João José da Silva Maçãs  
 Joaquim Carlos Vasconcelos da Ponte

Joaquim Martins Ferreira do Amaral  
 José António de Sousa e Silva  
 José David Gomes Justino  
 José de Almeida Cesário  
 José Luís Campos Vieira de Castro  
 José Luis Fazenda Arnaut Duarte  
 José Manuel de Matos Correia  
 José Manuel Durão Barroso  
 José Manuel Macedo Abrantes  
 Lucília Maria Samoreno Ferra  
 Luís Manuel Machado Rodrigues  
 Luís Maria de Barros Serra Marques Guedes  
 Luís Pedro Machado Sampaio de Sousa Pimentel  
 Manuel Alves de Oliveira  
 Manuel Castro de Almeida  
 Manuel Joaquim Barata Frexes  
 Manuel Maria Moreira  
 Manuel Ricardo Dias dos Santos Fonseca de Almeida  
 Maria do Céu Baptista Ramos  
 Maria Eduarda de Almeida Azevedo  
 Maria Manuela Dias Ferreira Leite  
 Maria Natália Guterres Viegas C da Conceição Antunes  
 Maria Ofélia Fernandes dos Santos Moleiro  
 Maria Teresa Pinto Basto Gouveia  
 Mário da Silva Coutinho Albuquerque  
 Mário Patinha Antão  
 Melchior Ribeiro Pereira Moreira  
 Miguel Fernando Cassola de Miranda Relvas  
 Pedro José da Vinha Rodrigues Costa  
 Pedro Miguel de Azeredo Duarte  
 Rui Fernando da Silva Rio  
 Rui Manuel Lobo Gomes da Silva

**Partido Comunista Português (PCP)**

Ana Margarida Lopes Botelho  
 António Filipe Gaião Rodrigues  
 António João Rodeia Machado  
 Bernardino José Torrão Soares  
 João António Gonçalves do Amaral  
 Joaquim Manuel da Fonseca Matias  
 José Honório Faria Gonçalves Novo  
 Lino António Marques de Carvalho  
 Maria Luísa Raimundo Mesquita  
 Maria Natália Gomes Filipe  
 Maria Odete dos Santos  
 Octávio Augusto Teixeira  
 Vicente José Rosado Merendas

**Partido do Centro Democrático Social — Partido Popular (CDS-PP)**

Álvaro António Magalhães Ferrão de Castello Branco  
 António José Carlos Pinho  
 Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca  
 João Guilherme Nobre Prata Fragoso Rebelo  
 João Nuno Lacerda Teixeira de Melo  
 Luís Pedro Mota Soares  
 Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró  
 Maria Celeste Ferreira Lopes Cardona  
 Narana Sinai Coissoró  
 Paulo Sacadura Cabral Portas  
 Raúl Miguel de Oliveira Rosado Fernandes  
 Telmo Augusto Gomes de Noronha Correia

**Partido Ecologista «Os Verdes» (PEV)**

Fernando Carlos Almeida Pésinho  
 Isabel Maria de Almeida e Castro

**Bloco de Esquerda (BE)**

Francisco Anacleto Louçã  
 Luís Emídio Lopes Mateus Fazenda

**O Sr Presidente (João Amaral) — Srs Deputados,** uma vez que não há expediente para anunciar, vamos começar de imediato as perguntas ao Governo

A primeira pergunta, sobre a situação do Parque Natural Sintra-Cascais, será formulada pelo Sr Deputado Francisco Torres e respondida pelo Sr Secretário de Estado do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza

**O Sr Francisco Torres (PS) — Sr Presidente, Srs Deputados, Sr Secretário de Estado do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza** É um prazer contar com a sua presença nesta discussão sobre a problemática do Parque Natural Sintra-Cascais, porque o senhor, enquanto membro da nova equipa governativa, tem apresentado uma nova atitude quanto a estes problemas, dando alguma esperança relativamente a uma situação que é, de facto, muitíssimo grave e que, por isso, ultrapassa as divisões partidárias

No que diz respeito a esta matéria, chegamos a um ponto em que temos de inaugurar uma nova fase política para o País. É que a situação é de tal maneira grave, as ilegalidades cometidas ao longo dos últimos anos e, se calhar, das últimas décadas, são de tal maneira graves que, julgo, devemos entrar numa fase em relação à qual hesitámos muito. Até agora, as pessoas tinham algum pudor em colocar as situações neste estilo, mas a Comissão Europeia e a União Europeia podem ser altados nesta matéria

Quando se fala em direitos adquiridos ao longo dos anos por quem praticou actos abusivos e irresponsáveis, temos de nos colocar na perspectiva de saber se não há também direitos adquiridos pelos habitantes do País, pelos europeus contribuintes, incluindo os portugueses, que «pagam» os fundos comunitários atribuídos a Portugal, e temos de saber se não deveremos dar uma reviravolta muito grande em toda esta problemática

Portanto, Sr Secretário de Estado, julgo que temos de inaugurar uma nova fase, de muito maior rigor, e de julgar os responsáveis por uma série de crimes ambientais — não tenhamos medo da palavra — cometidos no nosso país ao longo dos anos

A situação é, de facto, desoladora, mas esta nova equipa, o Sr Ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território e o Sr Secretário de Estado do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza, fez já várias visitas e prestou várias declarações *in loco*, em que foram dadas certas garantias, nomeadamente a de que o chamado plano para o cabo Raso não terá lugar. Portanto, o Raso foi raso, Srs Deputados! Peço ao Sr Secretário de Estado que confirme se é assim, isto é, se este plano está ou não suspenso

Quanto aos planos para a zona da Autodril — pretendia-se construir, à volta do autódromo, um empreendimento em pleno Parque Natural —, julgo que das declarações do Sr Ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território e do Sr Secretário de Estado posso deduzir que os mesmos não terão lugar. De qualquer forma, gostaria que o Sr Secretário de Estado aproveitasse esta oportunidade, em que estamos a debater este tema específico, para confirmar à Assembleia da República que não haverá construções nem no cabo Raso nem na zona da Autodril

Sr Secretário de Estado, chegámos a um ponto tal que, por exemplo, ainda ontem, uma Deputada alemã socialista, do SPD, perguntava, no Parlamento Europeu, qual era a situação do cabo Raso. Ela não sabia ainda que quer o Sr Ministro, em visita ao Parque Natural, quer o Sr Secretário de Estado, tinham dito que nada seria construído naquela área e que o projecto estava suspenso, mas este facto mostra bem a preocupação existente ao nível do Parlamento Europeu. O estado a que a situação chegou mostra que as pessoas estão preocupadas em todo lado, o que é importante.

**O Sr Presidente (João Amaral)** — Sr Deputado, peço-lhe que termine de formular a sua pergunta, pois já esgotou o tempo de que dispunha.

**O Orador** — Terminei já, Sr Presidente.

Portanto, é importante que no Parlamento nacional tenhamos uma confirmação de que algo mudou, mesmo em casos como o da zona do Abano — e certamente que poder-se-ão ver as diferenças entre o caso do Meco e o caso do Abano.

Obviamente que o Estado tem responsabilidades, mas não somos irresponsáveis sabemos que o Estado pode incorrer em indemnizações, que têm um custo, e que no nosso processo de desenvolvimento não teremos recursos para fazer face a todas as necessidades.

Sr Secretário de Estado, gostaria que confirmasse os dois factos que referi e que nos desse a conhecer a perspectiva do Estado português, do ponto de vista do Governo, quanto a nossa responsabilidade nesta fase do desenvolvimento económico e social.

**O Sr Presidente (João Amaral)** — Para responder, tem a palavra o Sr Secretário de Estado do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza.

**O Sr Secretário de Estado do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza (Manuel Silva Pereira)** — Sr Presidente, Srs Deputados, Sr Deputado Francisco Torres, é com muito prazer que estou presente nesta reunião, porque a circunstância de poder responder à sua pergunta permite-me prestar alguns esclarecimentos, não apenas sobre as intenções da nova equipa governativa, apenas quatro meses depois de ter chegado ao Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território,

**Vozes do PSD** — Quatro anos e quatro meses depois!

**O Orador** — mas também sobre a nossa actuação quanto ao Parque Natural Sintra-Cascais.

A verdade é que, neste momento em que podemos ter uma conversa sobre o Parque Natural Sintra-Cascais, a sociedade portuguesa conhece um conjunto de medidas que o Ministério do Ambiente e do Ordenamento adoptou em relação ao parque, sendo que, hoje em dia, pode ser indicado este programa de intervenção política como um paradigma de uma nova intervenção deste Ministério.

Quatro meses depois de esta equipa ter chegado ao Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território, fizemos uma avaliação sobre a situação do Parque Natural Sintra-Cascais e — estou de acordo consigo, Sr Deputado — não gostámos daquilo que vimos.

O que aconteceu no Parque Natural Sintra-Cascais foi a proliferação de construção, de pressões imobiliárias e

turísticas, sendo que o desenvolvimento de projectos é, pelo menos, de duvidosa compatibilidade com os valores ambientais que ao parque cumpre proteger.

O que fizemos neste espaço de tempo? Deterinuínâmos uma inspecção ao Parque Natural Sintra-Cascais, a cargo da Inspecção-Geral do Ambiente, dirigida por um magistrado do Ministério Público. Esta inspecção destina-se, em primeiro lugar, a identificar as causas da situação presente, as quais remontam aos últimos 10 anos de gestão do parque e também ao Plano de Ordenamento do Parque Natural Sintra-Cascais de 1994, ao abrigo do qual muitas das decisões urbanísticas, hoje tão controversas, foram adoptadas, e, após identificadas as causas, partir para a revisão do Plano de Ordenamento do Parque.

Decidimos rever o Plano de Ordenamento do Parque Natural Sintra-Cascais e, de imediato, suspender as suas disposições que digam respeito às chamadas áreas preferenciais de turismo e recreio na zona do Parque, exactamente para evitar que venham a consumar-se novas situações. É que toda a discussão sobre os direitos adquiridos é muito interessante mas a verdade é que o mais importante é impedir que esses direitos se constituam.

Terei muito gosto, no tempo disponível para este diálogo, em responder em concreto às perguntas que tive ocasião de me formular no que respeita à comparação entre a situação das zonas do Meco e do Abano e em poder demonstrar-lhe como a intervenção do Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território tem de ser rigorosa mas também muito responsável.

Seria impensável que, por um passo de mágica, passássemos por cima de todas as regras do Estado de direito e funcionássemos como se os direitos adquiridos não existissem. Não é disso que se trata, mas também não se trata de nos resignarmos a uma conversa sobre os direitos adquiridos quando importa, em primeiro lugar, perguntar se esses direitos adquiridos verdadeiramente existem, se são situações juridicamente consolidadas — e nem sempre o são!

**O Sr Presidente (João Amaral)** — Sr Secretário de Estado, peço-lhe que conclua, pois já esgotou o tempo de que dispunha.

**O Orador** — Terminei já, Sr Presidente.

Em segundo lugar, importa verificar as possibilidades de intervenção.

Sr Deputado, chamaria a sua atenção para o facto de, apesar de termos feito o que fizemos na zona do Meco, não existir qualquer acção de pedido de indemnização contra o Estado devido a essa intervenção. Até hoje, não vi qualquer proposta de intervenção em relação ao famoso projecto turístico do Abano que não tivesse como consequência o Estado ter de responsabilizar-se pelo pagamento de indemnizações por direitos adquiridos. Este é um tema a que voltarei noutras intervenções que faça ao longo deste diálogo.

**O Sr Presidente (João Amaral)** — Para pedir esclarecimentos adicionais, inscreveram-se os Srs Deputados Francisco Torres, Rui Gomes Silva, Isabel Castro, Maria Santos, Azevedo Soares, Helena Roseta e Rosado Fernandes.

Tem a palavra o Sr Deputado Francisco Torres, dispondo de dois minutos.

**O Sr Francisco Torres (PS)** — Sr Presidente, se o Regimento o permitir, gostaria que intercalasse os outros intervenientes

**O Sr Presidente (João Amaral)** — Sr Deputado, de acordo com o Regimento, tendo a pergunta sido formulada por si, a primeira réplica deverá ser sua

**O Orador** — Agradeço a clarificação. Sr Presidente Sr Secretário de Estado, muito obrigado pelos esclarecimentos que prestou. Obviamente que deu garantias daquilo que salientei, ou seja, há uma nova filosofia, uma nova atitude de actuação desta equipa governamental

É claro que a situação da zona do Abano é diferente da da zona do Meco, é claro que isso tem a ver com o nosso processo de desenvolvimento e que, de facto, temos de assumir responsabilidades, mas o Estado não tem recursos para tudo. Hoje em dia, temos de pensar também se não sairá mais caro corrigir amanhã o que podemos corrigir hoje e, portanto, temos de entrar numa fase do debate político em que, se calhar, temos de estar dispostos para encontrar recursos em sede orçamental, por exemplo, para fazer face a casos deste género.

A situação a que chegámos é calamitosa, não tem a mínima descrição, havendo culpas de todos os partidos e de muitas pessoas

**A Sr.<sup>a</sup> Manuela Ferreira Leite (PSD)** — Com certeza!

**O Orador** — Foram cometidos crimes ambientais, como salientei, o que não pode ficar numa situação de impunidade total, como se verificou até aqui!

O Sr Ministro e o Sr Secretário de Estado deram-nos garantias não haverá desenvolvimento de projectos no cabo Raso, não haverá desenvolvimento de projectos para a zona da Autodrيل Contudo, permanece a situação da zona do Abano, mas a ver vamos o que vai acontecer. As associações ambientalistas e os grupos de cidadãos podem protestar e levar o caso a tribunal, tratando-se de uma mobilização da sociedade civil. Aliás, aproveito para dizer que vários Deputados integrarão com prazer o grupo de cidadãos para a defesa cívica do Parque Natural Sintra-Cascais. Portanto, há que «puxar» pela sociedade na defesa dos interesses de todos.

Julgo que é de salientar a entrada numa nova fase de fazer política em Portugal quanto a esta matéria. O anúncio já feito pela Comissária do Ambiente sobre a regulamentação em termos de QCA (Quadro Comunitário de Apoio) pode trazer alguns dissabores a curto prazo, mas temos de entender a nova filosofia de atribuição de fundos com condicionalidade ambiental.

No passado, defendi a condicionalidade macro-económica para o Fundo de Coesão e para os fundos estruturais. É tempo de pensarmos a sério numa condicionalidade ambiental para Portugal e para as políticas portuguesas, a começar pelo Governo, o que tem começado a ser implementado na prática por esta nova equipa, mas também em termos comunitários, porque isso provoca a pressão necessária para que, em sede orçamental, façamos um escalonamento do que é prioritário para os portugueses e para a nossa qualidade de vida.

**O Sr Presidente (João Amaral)** — Também para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr Deputado Rui Gomes da Silva

**O Sr Rui Gomes da Silva (PSD)** — Sr Presidente, Sr Secretário de Estado do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza, é com grande prazer que lhe dirijo a palavra para o questionar sobre a explicação que nos trouxe

Sr Secretário de Estado, ao ouvi-lo, diria que há um «livro de estilo» no PS. O Governo, durante quatro anos, disse que nada do que aconteceu no País foi culpa sua, foi sempre culpa dos governos anteriores. Na Câmara Municipal de Cascais, em que o PS tem maioria há seis anos, cada vez que, na Assembleia Municipal, interpelo o Sr Presidente Judas sobre algumas destas questões, nada é com ele, tudo é com a gestão do PS e com o que aconteceu antes, na altura do PSD.

Agora, no Parlamento, penso que o Sr Secretário de Estado, que supus trazer uma lufada de ar fresco, quer pela personalidade de V. Ex.<sup>a</sup>, que conheço há alguns anos, quer por ser uma pessoa nova no Governo, embora tenha exercido funções enquanto assessor do actual Ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território na anterior legislatura, viesse de «coração aberto» dizer-nos o que pensava fazer sobre as zonas do Abano e do Raso.

Sr. Secretário de Estado, dir-lhe-ei, muito simplesmente, que este Governo, aliás, como os anteriores, presumindo que não estamos muito informados sobre esta matéria, tenta «arrasar o Abano» mas não «abana o Raso»!

**O Sr António Capucho (PSD)** — Exactamente!

**O Orador** — No que respeita ao cabo Raso, relativamente ao qual o Governo diz que não deixou construir o que quer que fosse, gostaria de perguntar ao Sr Secretário de Estado se é ou não verdade que o Governo nada deixou construir porque nada houve para construir, ou seja, porque nunca entrou sequer qualquer projecto na Câmara Municipal de Cascais.

Por outro lado, Sr Secretário de Estado — e vamos lá pôr isto em «pratos limpos» — o Abano não tem nada a ver com o plano de ordenamento de 1994, tem a ver com o de 1997, com legislação que vocês aprovaram. Aliás, eu diria, muito simplesmente, que o facto de não se ter acabado com o empreendimento do Abano não teve nada a ver com direitos adquiridos mas, sim, com compromissos assumidos pelo Partido Socialista. Se houvesse vontade política — e responda-me no campo político, Sr Secretário de Estado — o Governo poderia, ou não, para além de acabar com aquilo que a Câmara Municipal de Cascais fez, ou seja, encher de cimento o concelho, fazendo de Cascais um parque habitacional perfeitamente impensável, que vai destruir aquela localidade, aprovar o projecto do Abano?

**O Sr Presidente (João Amaral)** — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Isabel Castro. Dispõe também de 2 minutos. Sr.<sup>a</sup> Deputada

**A Sr.<sup>a</sup> Isabel Castro (Os Verdes)** — Sr Presidente, Sr Secretário de Estado, julgo que, nesta matéria, «não pode ser estrangeiro quem quer mas quem pode». O Sr Secretário de Estado não pode vir aqui com o ar de quem nunca ouviu falar desta matéria, que foi surpreendido com os escândalos que se passam no Parque Natural Sintra-Cascais, quando o Partido Socialista está há anos no Governo!

Aliás, posso lembrar muitas das iniciativas tomadas pelo Grupo Parlamentar de Os Verdes sobre as ilegalidades

cometidas no Parque Natural Sintra-Cascais, audições parlamentares que foram públicas, onde a imprensa esteve c nas quais o Sr Presidente da Câmara Municipal de Cascais alegou que se houvesse erros na sua actuação relativamente a esse parque natural, se ele estivesse a interpretar mal a lei, certamente o Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território já se teria pronunciado. E a verdade é que nunca o fez.

Portanto, é bom que sejamos claros não só sobre esta matéria mas também sobre um conjunto de iniciativas que não vale a pena fazer de conta que não tiveram lugar, porque os registos existem, a história das coisas existe, não se apaga com uma «varinha de condão» só porque dá jeito.

Sr Secretário de Estado, a primeira pergunta concreta que quero fazer-lhe, porque não está respondida e nós colocámos-la publicamente, é esta: o Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território entendeu — e do nosso ponto de vista bem — fazer uma inspecção aos 10 anos de gestão do Parque Natural Sintra-Cascais. Ora, como o último director deste parque foi entretanto, como Vice-Presidente do Instituto de Conservação da Natureza, responsabilizado pela elaboração dos planos de ordenamento no litoral algarvio, gostaria de saber se alguém, que não tem de ser «bode expiatório», mas que tem responsabilidades numa gestão relativamente à qual existem dúvidas, não deve ser suspenso de uma actividade tão delicada como a que ocupa até à conclusão das investigações.

A segunda pergunta que lhe faço em relação a esse inquérito visa saber qual é o prazo para a sua conclusão. O Sr Ministro afirmou publicamente que o prazo era de dois anos, o Sr Secretário de Estado diz que não há calendário e eu digo-lhe que há 17 inspectores.

O Sr Presidente (João Amaral) — Sr<sup>a</sup> Deputada, tem de concluir.

A Oradora — que deram entrada no parque 400 pedidos/ano — em 10 anos estaríamos a falar de 4000 processos — e eu gostaria de saber como é que vai resolver isto.

O Sr Presidente (João Amaral) — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr<sup>a</sup> Deputada Maria Santos. Dispõe também de 2 minutos, Sr Deputada.

A Sr<sup>a</sup> Maria Santos (PS) — Sr Presidente, Sr Secretário de Estado, gostava de me circunscrever à dimensão conservacionista do Parque Natural Sintra-Cascais e, por isso, as minhas perguntas serão breves.

Sabendo que o parque acolhe espécies vegetais únicas no mundo, nomeadamente junto à zona costeira da área do Abano, que há, também, problemas de controle de exóticas, que decorre uma inspecção à gestão dos últimos 10 anos, que o parque não tem, até ao momento, infra-estruturas logísticas para aguentar as enormes pressões «urbano-expansionistas» e está desguarnecido de mecanismos de vigilância, pergunto-lhe no prazo dos dois anos estipulado para a tal inspecção e enquanto esta decorre — bem como a actividade do grupo de trabalho que revê o Plano de Ordenamento do Parque —, estão previstas algumas medidas ou algum plano especial de prevenção relativamente a esta matéria?

Finalmente, quero aproveitar a oportunidade para dar-lhe os parabéns pela apresentação da 2<sup>a</sup> fase da Rede

Natura 2000 que me parece da maior relevância ate porque, como sabemos, é no sul da Europa que se concentra a riqueza verde da União Europeia e Portugal contribui com uma percentagem muito significativa.

Por isso, é relevante que neste debate, em que estamos a falar do Parque Natural Sintra-Cascais, não deixemos de lembrar a actividade desenvolvida pelo Governo no âmbito da apresentação da 2<sup>a</sup> fase da Rede Natura 2000.

A Sr<sup>a</sup> Helena Roseta (PS) — Muito bem!

O Sr Presidente (João Amaral) — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr Deputado Azevedo Soares.

O Sr Azevedo Soares (PSD) — Sr Presidente e Srs Deputados, sou vereador da Câmara Municipal de Cascais há dois anos (não é nessa qualidade que falo aqui, faço-o como Deputado, naturalmente) e posso informar que, nesses período de tempo, já vimos, suponho eu, no terceiro director do Parque Natural Sintra-Cascais Isto revela da parte do Governo — e não cuido muito de saber se da actual ou da anterior equipa, mas, enfim, dos governos da responsabilidade do Engº António Guterres — uma certa instabilidade, uma certa indefinição, uma certa indecisão sobre o que fazer com a riqueza daquele parque natural.

Já foram aqui colocadas perguntas muito importantes e eu gostaria de, referindo-me a um aspecto da sua intervenção que me deixou verdadeiramente curioso, perguntar-lhe como vai V Ex<sup>a</sup> tentar ultrapassar a questão dos direitos adquiridos. Fá-lo-á certamente por meios legais — sobre isso não temos dúvidas —, mas há uma questão que gostaria de conhecer com mais detalhe e que é a seguinte: o Governo já avaliou quanto é que essa intenção política — que me parece boa, que certamente a população de todo o País e, nomeadamente, a de Cascais e Sintra apreciaria — representaria em termos de esforço financeiro e se, tendo feito essa avaliação, V Ex<sup>a</sup> acha que o Governo está em condições de o poder suportar.

O Sr Presidente (João Amaral) — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr<sup>a</sup> Deputada Helena Roseta. Dispõe também de dois minutos.

A Sr<sup>a</sup> Helena Roseta (PS) — Sr Presidente, queria dar aqui o meu breve testemunho sobre esta matéria.

Fui presidente da Câmara Municipal de Cascais há muitos anos, diria até que já na outra encarnação, e posso afirmar que esta questão do Abano arrasta-se no município de Cascais pelo menos desde os anos 70. Portanto, que eu tenha conhecimento, tem pelo menos 30 anos de história e eu penso que é altura para fazermos uma reflexão de fundo.

Nesta matéria há, com certeza, responsabilidades municipais, há, com certeza, responsabilidades governamentais, mas é possível que seja também necessário que a Assembleia da República mexa na legislação. A Lei de Bases do Ordenamento define, para o futuro, a prevalência dos planos especiais de ordenamento sobre outros planos de ordenamento, mas não define claramente doutrina quando há conflito entre direitos adquiridos e planos especiais de ordenamento. Vejo o Sr Deputado António Capucho fazer que sim com a cabeça e ele foi Ministro da Qualidade de Vida numa das alturas em que a questão do Abano esteve mais quente no município de Cascais. Portanto, de certa maneira, vários de nós estão envolvidos nisto.

Sr Presidente, o território nacional resistiu 800 séculos à depredação humana, vamos ver se não damos cabo dele em cinco ou dez anos Portanto, penso que a Assembleia da República poderia tomar a iniciativa de rever a Lei de Bases do Ordenamento, no sentido de definir doutrina Sempre que haja conflitos entre direitos adquiridos e a defesa de componentes ambientais essenciais, cabe à lei dizer quem é que prevalece Em minha opinião, devem ser os direitos ambientais, indemnizando, naturalmente, os cidadãos, mas isto é doutrina que nós temos de fazer

O Sr Presidente (João Amaral) — Para um último pedido de esclarecimentos, tem a palavra o Sr Deputado Rosado Fernandes

O Sr Rosado Fernandes (CDS-PP) — Sr Presidente, Sr. Secretário de Estado, vivendo eu no campo e também aqui, na cidade, conhecendo, portanto, bárbaros de várias origens, tenho o sentimento geral, por exemplo a nível do distrito de Setúbal, que cada vez se faz mais agricultura de tijolo, porque essa é a única que dá Isso preocupa-me e indigna-me, na medida em que os planos de ordenamento são aquilo que fica sempre para o fim Veja-se o caso de Alqueva ainda plano de ordenamento, «nicles», nada sabemos Portanto, há aqui qualquer coisa que me preocupa

Sr Secretário de Estado, Cascais é uma vila a que vou pouco mas cada vez mais me parece ser uma «quarteira». Aquilo é, de facto, a nova Quarteira, com cores absolutamente idiotas, uma espécie de Miami de saloios! É nisso que está transformada Cascais, uma povoação que tinha alguma qualidade E o Sr Deputado Azevedo Soares devia ouvir-me, em vez de estar a conversar, porque eu estou a defender a sua zona

Com dizia, neste momento Cascais é Quarteira e eu pergunto que interesses estarão por trás da destruição de uma zona costeira, de um parque tão belo como aquele? Em minha opinião, quando adultos como eu fazem asneiras palmares é porque há interesses por trás e eu gostava de saber se esses interesses são políticos ou outros

O Sr Presidente (João Amaral) — Para responder, tem a palavra o Sr Secretário de Estado do Ordenamento do Território

O Sr Secretário de Estado do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza — Sr Presidente e Srs Deputados, foram aqui colocadas diversas questões sobre a situação do Parque Natural Sintra-Cascais e a minha primeira nota é para registar, com muito agrado, a generalizada preocupação ambiental aqui manifestada pelo Parque Natural Sintra-Cascais E, embora isso seja muito importante, também é verdade — e é isso que venho transmitir a esta Câmara — que o Governo está a agir no Parque Natural Sintra Cascais e que nele fez em quatro meses o que não foi feito durante muito tempo

Quero dizer-vos, Srs Deputados, que, em quatro meses, mudei rever o Plano de Ordenamento do Parque Natural Sintra-Cascais, suspendi as disposições do plano relativas às áreas de turismo e apliquei medidas preventivas que proíbem a construção em diversas zonas do parque, usando enfrentar interesses E não o fiz apenas em relação ao cabo Raso, de que tanto se fala, porque temos também os casos Riba Longa, Pêgo, Autodrill, Praia das Maçãs e, Fontanelas As medidas preventivas dizem que se interdita a construção naquelas zonas Acham pouco,

Srs Deputados? Pois eu digo-vos que ninguém fez tanto em tão pouco tempo pelo Parque Natural Sintra-Cascais

O Sr Francisco Torres (PS) — Isso é verdade!

O Orador. — E quero dizer mais, Sr Presidente e Srs Deputados, é extraordinário que, havendo todo este consenso sobre a situação do Parque Natural Sintra-Cascais — e acredito que ele se veio formando, que não se formou só porque o Governo tomou agora estas iniciativas —, as coisas no parque tenham acontecido desta forma Quando dissemos que íamos fazer uma inspecção ao Parque Natural Sintra-Cascais esclarecemos que essa inspecção era à gestão da última década e dessa última década não fizemos «saltar» a gestão do governo anterior do Partido Socialista! Não ressalvámos isso! Agora, quero dizer também, com muita clareza, que as construções no Abano foram permitidas ao abrigo de um plano de ordenamento de 1994

O Sr António Capucho (PSD). — O projecto concreto?

O Orador — Não, desculpe, Sr Deputado! Queria informá-lo que a Administração Pública não pode indeferir um projecto quando tem um plano de ordenamento, nem pode dizer «Sr Requerente, tem aqui um plano de ordenamento que diz que o senhor pode construir, mas eu, funcionário, resolvi que o senhor não o pode fazer»

Não é assim, Sr Deputado! O plano de ordenamento prevê uma área preferencial de turismo e recreio para a zona do Abano, que penso que não devia existir, como não devia existir a do cabo Raso Mas, Sr. Deputado, não foi este Governo que a pôs lá, nem foi o anterior! Está aqui, é um plano de ordenamento de 1994!

Vamos alterar esse plano de ordenamento? Vamos, sim, Sr Deputado Agora, este plano de ordenamento tem uns nomes em baixo, foi assinado! Talvez esses nomes, que são os de Cavaco Silva, Valente de Oliveira, Marques da Cunha, Mira Amaral, Ferreira do Amaral, Faria de Oliveira, Teresa Gouveia, Azevedo Soares, lhe sejam familiares! Foram eles que assinaram o documento onde se lê que nestes sítios devia haver uma área preferencial de turismo e recreio Ora, nós estamos a rever este plano, porque reconhecemos que isto é um erro no Parque Natural Sintra-Cascais

*Aplausos do PS*

Quanto à questão do cabo Raso, é com muito prazer que respondo à pergunta do Sr Deputado Rui Gomes da Silva

Perguntou-me o Sr Deputado o que é que se passou com a questão do cabo Raso e se é ou não verdade que só não existem construções no cabo Raso porque na Câmara Municipal de Cascais não entraram projectos para essa zona.

Sr. Deputado, para o cabo Raso, o que existe hoje é um plano de ordenamento, aprovado em 1994, que prevê para aquela zona uma área preferencial de turismo e recreio Não é verdade que exista um plano de ordenamento de 1997, essa sua informação é errada, pois o único plano de ordenamento que existe para o parque é o de 1994, aprovado pelo último governo do PSD Repito, não existe nenhum plano de ordenamento de 1997 Porém, o que acon-

teceu relativamente ao cabo Raso foi que, como ali houve um incêndio em 1991, não foi possível construir

O Sr. Deputado disse que nunca foi apresentado nenhum projecto para o cabo Raso, mas isso não é verdade. Em 1992, foi apresentado um projecto que previa a construção de cinco aldeamentos turísticos, dois hotéis e um campo de golfe (como tem sempre de ser!). que, nessa altura, foi indeferido. Mas, depois, nada avançou no cabo Raso, por causa do incêndio.

**O Sr Azevedo Soares (PSD) — Quando?**

**O Orador —** Em 1992 foi apresentado um projecto e, nessa altura, foi indeferido

Agora, gostaria de lhe prestar uma informação sobre esta matéria, Sr Deputado Houve, de facto, um incêndio que impedi que se construísse no cabo Raso como se construiu no Abano. Mas talvez o Sr Deputado não conheça que, pelo facto de ter existido um incêndio, há uma moratória de 10 anos que impede a construção. Imediatamente, o governo da altura, em 1994, publicou um despacho que levantava a moratória, exactamente para permitir a construção no Abano. É um despacho conjunto, publicado no *Diário da República* de 25 de Janeiro de 1994, assinado por Valente de Oliveira, Marques da Cunha e Teresa Gouveia.

**A Sr<sup>a</sup> Manuela Ferreira Leite (PSD) —** Mas altere-o!

**O Sr José Barros Moura (PS)** — Já está alterado!

**O Orador —** Bom, este despacho foi feito com tanta precipitação que os próprios que o assinaram tiveram de o revogar um mês depois, porque legalmente ele não podia ser feito, visto que as investigações não estavam terminadas.

O que estou a dizer, Sr Deputado, é que temos uma política de ambiente e de ordenamento do território para prosseguir com firmeza. Essa política passa por impedir a constituição de direitos de construção em zonas em que isso é prejudicial para o ambiente e para um correcto ordenamento do território. É isso que estamos a prosseguir com muita firmeza.

Perguntam-me os Srs Deputados se isto não significa responsabilidades do governo anterior. Digo-lhes que estou aqui para responder por aquilo que este Governo fez.

**A Sr<sup>a</sup> Manuela Ferreira Leite (PSD) —** Nada!

**O Orador —** Como já lhe disse a propósito da inspecção, a própria gestão sob o Partido Socialista, dos últimos anos, será também objecto de investigação no quadro da inspecção no Parque Natural Sintra-Cascais. Mas também lhe digo que, entretanto — como devem ter reparado —, existiram eleições e a soberania popular manifestou-se quanto à gestão do Partido Socialista e parece-me que essa decisão da soberania popular transitou em julgado, porque não é recorrível. Agora, quatro meses depois de ter tomado posse, estou aqui para dizer aquilo que fizemos. E aquilo que fizemos, Sr Deputado — e reafirmo-o —, com certeza, pede meças. Não conheço ninguém que tenha feito tanto em tão pouco tempo pelo Parque Natural Sintra-Cascais.

Quanto à questão recorrente dos direitos adquiridos, Sr Deputado, gostaria de lhe dizer que esta nova política

de ambiente e de ordenamento do território significa não nos resignarmos com a invocação dos direitos adquiridos. Mas significa também que não estejamos dispostos a pensar que se pode fazer um ordenamento do território no deserto. Não se pode ordenar o território no deserto, a partir do nada. Há muitos erros, há factos consumados e o Abano é um erro. Não podemos pensar que, agora, vamos ordenar o território como se não houvesse gente a morar neste país, visto que há situações juridicamente consolidadas. Não podemos, de um momento para o outro, por causa de uma política de ambiente e de ordenamento do território, pôr de lado a Constituição, nem os Srs Deputados, certamente, estariam dispostos a isso.

Somos um Estado de direito, prezamos de o ser, o que significa proteger as situações jurídicas tituladas pelos cidadãos e não nos resignarmos à conversa sobre os direitos adquiridos, como vos dizia há pouco.

O que é que isto quer dizer exactamente? Quer dizer, em primeiro lugar, que temos de passar em revista as situações, porque muitas vezes se diz que existem direitos adquiridos onde eles, na verdade, não existem, em segundo lugar, isto significa avaliar, caso a caso, responsavelmente, onde é que existem possibilidades de intervenção. E essas situações de intervenção, perante direitos adquiridos, terão de ser, certamente, situações excepcionais.

Ainda há dois dias a Assembleia da República aprovou o Orçamento do Estado e não ouvi nenhuma das bancadas propor dezenas ou, se calhar, centenas de milhões de contos para financiar uma política de ordenamento do território que significasse, pura e simplesmente, dizer aos titulares de direitos adquiridos que não podem construir e que os vamos indemnizar. Ninguém o fez e, responsávelmente, não o fazemos.

Quando o Sr Deputado me pergunta se, com vontade política, impedímos ou não o Abano, muito simplesmente, tenho de lhe dizer que, com irresponsabilidade política, inviabilizávamos o Abano. Agora, isto significaria, necessariamente, passar por cima de alvarás, de licenças, de autorizações passadas pelo Estado,

**A Sr<sup>a</sup> Manuela Ferreira Leite (PSD) —** De indemnizações!

**O Orador —** que foram passadas, Sr<sup>a</sup> Deputada, ao abrigo de uma autorização de localização emitida em 1996.

**O Sr Rui Gomes da Silva (PSD) —** Passada pelo Presidente Judas!

**O Sr Presidente (João Amaral) —** Sr Secretário de Estado, pedia-lhe que terminasse as suas respostas, visto que a pergunta seguinte vai voltar ao mesmo tema.

**O Orador —** Sr Presidente, para concluir, gostaria apenas de recordar este ponto.

**O Sr Rui Gomes da Silva (PSD) —** Ainda tem de responder à pergunta da Sr<sup>a</sup> Deputada Helena Roseta.

**O Orador —** A questão colocada pela Sr<sup>a</sup> Deputada Helena Roseta é uma sugestão para a revisão da legislação sobre ordenamento do território e tem a ver com a relação entre os planos e os direitos adquiridos. Quanto a isso devo-lhe dizer que a primeira desmistificação que há a fazer é que nem todos os planos concedem direitos ad-

quiridos. Essa questão verifica-se, justamente, no cabo Raso. Há quem diga que, pelo facto de haver uma área preferencial de turismo e recreio num plano, isso constitui direitos adquiridos. Não é verdade e é por isso que lhe digo que a primeira atitude que temos de ter, em relação à discussão sobre os direitos adquiridos, é ver se eles realmente existem. E, bem vistas as coisas, descobriremos que muitos deles, de facto, não existem.

**O Sr. Presidente (João Amaral).** — Sr Secretário de Estado, já lhe fiz um pedido expresso que concluirá

**O Orador.** — Sr. Presidente, vou acolher a sua sugestão e para concluir direi apenas que a revisão dessa legislação tem de ser feita com razoabilidade, tendo em conta as consequências financeiras de uma decisão sobre essa matéria.

**O Sr. Presidente (João Amaral).** — Sr Secretário de Estado, peço desculpa por estar a insistir, mas posso explicar com simplicidade. Gastámos 35 minutos nesta pergunta e temos mais sete perguntas. Se todos os Srs Deputados presentes garantirem que permanecem até ao fim da sessão, não levanto mais nenhum problema. Por outro lado, se essa garantia não for dada de forma expressa, a Mesa será rigorosa nos tempos e, quanto à segunda série de perguntas, limitará as mesmas, por forma a que todos os partidos possam intervir, mas não mais do que isso, porque se não esta sessão não termina.

Vamos passar à segunda pergunta, relativa a um tema conexo ou semelhante, ou seja, sobre os projectos urbanísticos no Parque Natural de Sintra-Cascais e que vai ser respondida pelo mesmo Secretário de Estado.

Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Isabel Castro

**A Sr.<sup>a</sup> Isabel Castro (Os Verdes)** — Sr Presidente, vou formular a pergunta sobre os planos urbanísticos de uma forma sintética. Julgo que é bom voltar a frisar do que é que estamos a falar. Estamos a falar, em primeiro lugar, do Parque Natural Sintra-Cascais e daquilo que se passa nele há anos, que é o verdadeiro escândalo nacional. Em segundo lugar, estamos a falar de um parque natural que está a saque, um parque onde, diariamente, são cometidos crimes contra a natureza, um parque que foi criado para conservação da natureza e onde é o betão quem mais ordena.

Parece-me que temos de falar disto. Não vou lembrar o que é que Os Verdes, no tempo do PSD, fizeram contra quem permitiu algumas coisas. Vou falar dos últimos cinco anos e do que se passa no parque natural, vou falar de um plano de ordenamento de 1994 que, como o Sr Secretário de Estado bem sabe, já podia ter sido revisto, de acordo com a própria regra que define, mas o Governo não o fez. Aliás, recordo que, nesta Câmara, quando criticámos o PSD pelas possibilidades que não estavam já adquiridas mas que abria, em 1994, o Partido Socialista, secundando as nossas críticas, disse que se fosse governo, iria de imediato suspender aquilo. Viu-se!

As perguntas concretas que lhe faço, Sr Secretário de Estado, têm a ver, portanto, com algumas das promessas feitas, no dia 23 de Fevereiro, pelo Sr Ministro José Sócrates, em visita acompanhada pelos responsáveis pelos municípios de Sintra e de Cascais. Concretamente, foi dito o que era óbvio, ou seja, que o Abano não ia avançar, não havia nenhum licenciamento feito e que não haveria

mais ilegalidades no parque. Isto é, não iria ser construído mais nada e iriam ser suspensas todas as construções, para além daquilo que eram direitos adquiridos. Ora, como algumas das coisas que foram construídas dentro do parque são manifestamente ilegais, ou seja, os seus licenciamentos carecem de sustentabilidade, visto que, pura e simplesmente, não cumprem a legislação, pelo que deviam ser anulados, e como há uma afirmação muito clara sobre esta matéria, pergunto-lhe o que é que se modifício.

Quanto ao segundo aspecto, que diz respeito ao Abano, o Governo escuda-se. Lembro que a possibilidade de construção do Abano estava prevista em 1994 e o respetivo licenciamento é de 1997. Ora, quem estava em 1997 no governo já não era o Partido Social Democrata mas o Partido Socialista. Assim sendo, pergunto-lhe, em relação a estas afirmações e às coisas concretas, o que é que aconteceu de diferente desde 23 de Fevereiro.

**O Sr Presidente (João Amaral).** — Tem a palavra, para responder, o Sr Secretário de Estado do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza Dispõe de 3 minutos.

**O Sr Secretário de Estado do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza.** — Sr Presidente, Sr.<sup>a</sup> Deputada Isabel Castro, comprehendo que, quando o Governo está em condições de apresentar iniciativas, a resposta possível da oposição é dizer que veio tarde. Concordo consigo no sentido de que teria sido possível rever o plano de ordenamento do Parque Natural Sintra-Cascais mais cedo. O Abano foi um erro. Estou em condições de lhe dizer, sem nenhum problema, que foi um erro não ter iniciado a revisão do plano de ordenamento do Parque Natural Sintra-Cascais mais cedo.

**A Sr.<sup>a</sup> Maria Santos (PS).** — Muito bem!

**O Orador** — Mas, Sr.<sup>a</sup> Deputada, apesar dessa sua preocupação em fazer transferir a nossa discussão para governos anteriores ser um caminho possível, estou aqui para lhe prestar esclarecimentos sobre aquilo que é a política do Governo que integro.

**O Sr. Honório Novo (PCP)** — Há quatro meses!

**O Orador** — E este Governo que integro tem uma política que mudou tudo no Parque Natural Sintra-Cascais. Não foi uma visita que o Sr Ministro fez ao Parque Natural Sintra-Cascais, pois este Governo iniciou um processo de revisão do plano de ordenamento, tendo uma inspecção, já iniciada, no terreno, o Governo vai aprovar uma resolução, em Conselho de Ministros, que estabelece, exactamente, a suspensão das regras do plano de ordenamento nas áreas de turismo e que interdita a construção naqueles locais que lhe indiquei, tais como cabo Raso, Riba Longa, Pêgo, Autodrيل, Praia das Maçãs e Fontanelas, houve uma vistoria conjunta do parque e da Câmara de Cascais em relação a algumas construções ilegais, como as da Casa da Guia, sobre as quais decorre uma ordem de demolição, emitida pela Câmara de Cascais, cujo prazo termina, justamente, hoje.

É isto que está a mudar no Parque Natural Sintra-Cascais. Se a Sr.<sup>a</sup> Deputada me pergunta se nada mudou, só lhe posso responder que os factos falam por si. Está tudo a mudar no Parque Natural Sintra-Cascais e, ao mudar aí,

está a mudar na política de ambiente e de ordenamento do território do País, porque estamos, desta forma, a passar um sinal, uma mensagem, que, como lhe dizia no início, serve de paradigma para aquilo que está a acontecer no resto do País.

Quanto ao Abano, em relação ao qual a Srª Deputada me pergunta se não podíamos, pura e simplesmente, anular a decisão já tomada, já disse que estamos perante uma situação em que existe uma licença emitida, um alvará de construção. Mas tudo é possível e até se pode expropriar o terreno, desde que se indemnizem os proprietários, tudo é possível.

No caso do Abano, estamos a falar, — como a Srª Deputada não ignora —, dos solos mais valiosos do País, pelo que uma intervenção, nessas condições, implicava, inevitavelmente, uma indemnização muito vultuosa. Esta situação não tem nada que ver com a que ocorreu no Meco, onde não anulámos nenhum alvará mas pedimos a suspensão de eficácia de um alvará, dentro do prazo que existe para essas iniciativas, que teve seguimento pela iniciativa do Ministério Público. No caso do Abano, a situação é completamente diferente, isto é, estamos a falar de um alvará em relação ao qual essa iniciativa, de facto, já não é possível.

O Sr Presidente (João Amaral) — Sr Secretário de Estado, peço-lhe que conclua.

O Orador — Voltarei ao tema em intervenções posteriores.

O Sr Presidente (João Amaral) — Estão inscritos, para pedidos de esclarecimento adicionais, os Srs Deputados Isabel Castro, Luís Fazenda, Rui Gomes da Silva, Joaquim Matias e Francisco Torres.

Tem a palavra a Srª Deputada Isabel Castro, que dispõe de 2 minutos.

A Srª Isabel Castro (Os Verdes) — Sr Presidente, serei breve e clara nas perguntas, esperando que o Sr Secretário de Estado responda, porque ainda não o fez. Embora tenha usado quase 8 minutos, fugiu a uma questão muito concreta que formulei em relação ao ex-director do Parque Pedia-lhe, portanto, que fosse telegráfico, tal como vou ser em relação às perguntas, para perceber o que é que mudou desde 23 de Fevereiro.

Se foi dito que era tudo ilegal e que não haveria mais construções ilegais, as perguntas que gostaria de fazer são precisas.

Em primeiro lugar, quanto à Quinta da Marinha, está em construção um campo de golfe, que obriga a avaliação do impacte ambiental, mas, durante este lapso de tempo, nada aconteceu, pelo que gostaríamos de saber o que foi e será feito para travar esta construção, que é manifestamente ilegal.

Quanto à Casa de S. José, na Quinta da Guia, a questão do embargo que o Sr Secretário de Estado está a colocar, não valia a pena, visto que já estava colocada antes de 23 de Fevereiro. Neste sentido, gostaria de saber quanto tempo mais é que vão estar à espera para, não tendo sido cumprido o embargo, se proceder à demolição.

A terceira questão diz respeito à Casa *Disneylandia*, que é mais um licenciamento ilegal, na Quinta da Felicidade, e cuja ordem de embargo não vemos que tenha sido cumprida. Assim sendo, pergunto se o Governo se resigna e se vai permitir que se mantenha esta situação ilegal.

Por último, vamos à questão do Abano. Quanto ao Abano, trata-se de direitos adquiridos porque o Partido Socialista, na Câmara Municipal de Cascais e no Governo, permitiu que houvesse autorização de construção em 1997, escudando-se, portanto, no tal «mal» que é o plano de ordenamento de 1994. A pergunta concreta que lhe faço é esta: o que aquele plano previa e autorizava, como limite máximo, era 60 000 m<sup>2</sup> de área de construção. O que está a ser construído é manifestamente mais. Gostaria de saber que levantamento topográfico foi feito para verificar a área que está a ser construída. Em segundo lugar, estamos a falar da Rede Natura 2000, o que significa obrigação de estudo prévio especial de avaliação do impacte ambiental. Ora, estes dois procedimentos têm cobertura legal e, até agora, o Governo ainda não os efectuou.

O Sr Presidente (João Amaral) — Tem a palavra o Sr Deputado Luís Fazenda, para um pedido de esclarecimento adicional.

O Sr Luis Fazenda (BE) — Sr Presidente, Sr Secretário de Estado, deixou implícita uma culpa política a assacar à anterior equipa governativa. Ora, que saibamos, houve «dança» de pastas mas não há efectiva responsabilização política por parte do Governo. Assim, podemos aceitar essa autocrítica, não podemos é viver numa situação de impunidade política em que «a culpa morre solteira».

O caso torna-se mais surrealista quando ouvimos que o Sr Deputado Francisco Torres já está a prever manifestações, em que se incluirão Deputados do Partido Socialista, apelando à sociedade civil para revogar uma decisão do Governo.

Não compreendemos que não haja responsabilização política do Executivo quando se mantêm os anteriores detentores de pastas, embora noutras, alteradas, e quando, da parte de Deputados da bancada que apoia o Governo, se assiste ao apelo à sociedade civil para resolver o que o Governo não resolve. Deve concordar, Sr Secretário de Estado, que, para um membro de um partido da oposição, esta é uma situação difícil de entender. Não é que V. Ex.ª não tenha premiado, absolvido e partilhado responsabilidades, dispensando responsabilidades a outros, mas, faço-lhe uma pergunta.

Disse que, em sede orçamental, seria uma irresponsabilidade avançar com indemnizações para fazer face à questão dos direitos adquiridos no âmbito do parque natural, em concreto quanto à questão do Abano, tendo-se refugiado no argumento de que se trata de terrenos muito valiosos. Ora, pela nossa parte, não temos a menor noção de qual seria a importância de uma indemnização desse género — e já várias vezes lhe foi feita a pergunta sobre isso — para permitir que, de uma forma responsável, alguém tivesse avançado com a inscrição de tais importâncias em sede orçamental. Aliás, faço notar que, tanto quanto sabemos, não foi tomada qualquer iniciativa nesse sentido por parte de Deputados do Partido Socialista, em sede de Orçamento.

Ora, se é importante a existência de uma frente bastante ampla em defesa da natureza, também seria importante que o Partido Socialista fosse mais transparente e, pelo menos, resolvesse esta questão existencial, política, a que estamos a assistir.

O Sr Presidente (João Amaral) — Tem a palavra o Sr Deputado Rui Gomes da Silva.

O Sr Rui Gomes da Silva (PSD) — Sr Presidente, Sr Secretário de Estado, a minha pergunta é recorrente em relação a esta matéria e, aí, também em relação ao que acaba de dizer o Sr Deputado Luís Fazenda

Em primeiro lugar, Sr. Secretário de Estado, devo dizer-lhe que fala-se muito da Casa da Guia como sendo um pequeno exemplo do que é a política do Governo. Ora, dir-lhe-ia que, em vez de olhar para a Casa da Guia — e acho que deve fazê-lo! —, deveria era preocupar-se com o PDM para Cascais, que o PS fez aprovar, e com o escândalo urbanístico que ocorre, neste momento, em Cascais.

A pergunta que vou fazer-lhe é muito directa e, Sr. Secretário de Estado, exige uma resposta igualmente directa.

O Sr Secretário de Estado disse que «o Abano foi um erro». Se foi um erro, então, pergunto se o que, a partir de agora, posso ler nas suas palavras é que foi um erro da anterior Ministra do Ambiente, Drª Elisa Ferreira. Sim ou não? E escusa de dizer-me que «talvez», que «há outros diplomas assinados por outros ministros». Responda-me que, então, foi um erro do anterior governo do Partido Socialista, foi um erro da Ministra Elisa Ferreira. Isto que fique muito claro.

Mais uma vez, Sr Secretário de Estado, é preciso que isto fique muito claro: o senhor está nesse lugar há pouco tempo, o PS, infelizmente para o País, já está há tempo demais no Governo.

**Vozes do PSD** — Muito bem!

O Sr Presidente (João Amaral) — Para um pedido de esclarecimento adicional, tem a palavra o Sr Deputado Joaquim Matias, para o que dispõe de 2 minutos.

O Sr Joaquim Matias (PCP) — Sr Presidente, Sr Secretário de Estado, a questão de fundo que se coloca nesta matéria é a da política de ordenamento do território e de salvaguarda dos direitos ambientais. Essa política deve ser executada com instrumentos de planeamento e gestão do solo, que deverão ser elaborados de forma participada, inclusive pelas autarquias locais e pelas populações. Mas a referida política também passa pela aplicação desses instrumentos. É que, ao elaborar-se instrumentos sem os aplicar e sem conferir às autarquias locais e às populações o direito da respectiva fiscalização, corre-se o risco de os mesmos não passarem de planos no papel.

A questão principal que se coloca em relação a esta matéria é a de saber se o direito de transformação do solo é ou não direito público e deve ou não prevalecer sobre os actos administrativos e sobre erros administrativos — e também os há! — que, por vezes, permitem a ocorrência de situações desastrosas.

É nesse sentido que, na próxima semana, a Assembleia vai discutir um projecto de lei, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, no qual se propõe que as licenças de construção e as de urbanização e loteamento possam ser sujeitas a conformidade com os instrumentos de gestão territorial.

Posto isto, Sr Secretário de Estado, entende ou não que os instrumentos de gestão territorial devem prevalecer sobre os actos administrativos?

Segundo, considera ou não correcto que as licenças de construção ou de loteamento, concedidas ao abrigo de um acto administrativo, ou, até, de um erro administrativo activo ou de uma omissão, podem e devem ser sujeitas a

conformidade com os planos de ordenamento e gestão do território que estejam em vigor, caso os interessados, a Administração Pública ou mesmo as populações assim o entendam?

O Sr. Presidente (João Amaral) — Tem a palavra o Sr Deputado Francisco Torres, também para um pedido de esclarecimento adicional.

O Sr Francisco Torres (PS) — Sr Presidente, Sr Secretário de Estado, permita-me agradecer-lhe mais uma vez a sua vinda a esta Câmara, o facto de ter respondido aos Srs Deputados que o interrogaram sobre esta questão, que é importante, e, ainda, que reconheça que, tal como já adiantou, há uma nova filosofia neste domínio.

Aliás, ficou bem demonstrado que o Governo não se importa de analisar friamente esta questão sem quaisquer complexos e reconhece que o plano de ordenamento poderia ter sido revisto, e mais cedo. Simplesmente, a actual equipa chegou ao Governo e decretou a suspensão, não tendo eficácia os actos que poderiam ter sido aprovados. Portanto, estamos perante uma actuação diferente que salvaguarda todos os empreendimentos — Raso, Autodril, etc — relativamente aos quais o Sr Secretário de Estado deu garantia nesse sentido.

Aproveito para anunciar, Sr Presidente, Srs Deputados, que, na passada semana, deu entrada na Comissão de Assuntos Europeus um projecto para apreciação e resolução sobre a Rede Natura 2000 e o QCA. Se o mesmo for aprovado na próxima reunião da Comissão, com certeza virá cá o Sr Ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território, ocasião em que discutiremos o acompanhamento destas questões por parte da Assembleia da República.

É que, como referiu a Deputada Helena Roseta, a Assembleia tem uma obrigação nesta matéria, nomeadamente no que toca à discussão dos direitos adquiridos.

Dirijo-me agora ao Sr Deputado Luís Fazenda, pois não resisto a comentar palavras que proferiu.

É claro que vários Deputados desta bancada irão participar num movimento cívico, até porque, ao virem para aqui, não perdem os seus direitos de cidadania. Mas não participaremos em movimentos cívicos no sentido de revogações dos actos do Governo, vamos ajudar à consciencialização de que, tal como a Assembleia da República, a sociedade civil não deve fugir às suas responsabilidades, como acontece neste caso. Nomeadamente, por exemplo no caso do Abano, até poderá pôr-se em tribunal — não o fazendo o Governo, várias associações cívicas podem fazê-lo —, o que não põe em causa as dotações do Estado.

Aproveito para dizer-lhe, Sr. Deputado, que se não apresentámos propostas de alteração em sede orçamental, nomeadamente no que toca a indemnizações de qualquer ordem, foi porque reconhecemos — e esse é um debate que temos de fazer — que, no actual processo de desenvolvimento, há poucos recursos para muitas necessidades.

Como dizia, temos de fazer esse debate para saber se não valerá a pena gastar um pouco mais hoje para evitar gastos futuros ainda maiores.

O Sr Presidente (João Amaral) — Para responder, tem a palavra o Sr Secretário de Estado do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza.

**O Sr Secretário de Estado do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza — Sr Presidente, Srs Deputados,** começo por agradecer as várias perguntas que me dirigiram

Em primeiro lugar, vou ao encontro do que disse o Sr Deputado da bancada do Partido Comunista quando afirmou que a questão de fundo é uma questão de ordenamento do território

Devo dizer que estou perfeitamente de acordo consigo O que está em jogo no Parque Natural Sintra-Cascais é uma política de ambiente e de ordenamento do território Essa é realmente a questão de fundo, e o Sr Deputado tem toda a razão

O que acabo de afirmar faz com que a Sr<sup>a</sup> Deputada Isabel Castro, provavelmente, tenha menos razão quando procura reduzir esta questão tão importante da gestão do Parque Natural Sintra-Cascais às responsabilidades de alguém que exerceu anteriormente funções de director do mesmo

**A Sr<sup>a</sup> Isabel Castro (Os Verdes) — Não é nada disso!**

Não percebeu, mas eu explico!

**O Orador — Digo isto porque a verdade é outra, e já agora aproveito para esclarecer a Sr<sup>a</sup> Deputada**

O projecto do Abano, hoje tão controverso, é um projecto cuja localização foi aprovada em Março de 1996 Essa aprovação teve um parecer favorável do Parque Natural Sintra-Cascais, na altura dirigido por uma outra pessoa que não a que referiu nesta Câmara

As intervenções posteriores, no ano de 1997, a que a Sr<sup>a</sup> Deputada se refere, têm que ver com o que não são certamente os problemas graves do projecto do Abano.

O problema do projecto do Abano é a sua localização É isso que se discute hoje em dia, por causa da classificação do sítio como fazendo parte da Rede Natura 2000 Portanto, há que saber se deve construir-se ali um campo de golfe, se deve haver ali uma área de turismo e recreio Eu próprio já disse o que penso sobre isso Já disse que considero que é um erro. Mas, repito, o problema é o da localização, a qual foi decidida em 1996

Não estamos a discutir as fachadas nem a momentosa questão de saber se são ou não 60 000 m<sup>2</sup> de área de construção

**A Sr<sup>a</sup> Isabel Castro (Os Verdes) — A área é indiferente?**

**O Orador — O problema é o da localização**

De facto, em 1997, as intervenções posteriores das autoridades do Parque sobre este projecto do Abano dizem respeito apenas ao projecto de execução e não têm a ver com a localização

É por isso, também, que, quando se coloca a questão da Rede Natura 2000, se estabelece um equívoco

É que, em 1996, quando foi aprovada a localização do projecto do Abano, ainda não estava aprovada a Lista Nacional de Sítios e, portanto, ainda não era aplicável aquela zona o regime da Rede Natura 2000

Assim, quando a Sr<sup>a</sup> Deputada diz que tinha de ser feito um estudo de impacte ambiental ao abrigo do regime da Rede Natura 2000, está a apenas a confundir o que é a intervenção da Administração Central a propósito da aprovação da localização do empreendimento com um outro

aspecto, que se coloca noutra sede, que é o da aprovação do projecto de execução, que tem a ver com índices de construção, com fachadas

Ora, digo-lhe com sinceridade que, em relação ao Abano, o problema não é o de saber se o hotel projectado tem mais um ou menos um piso, se a fachada é mais ou menos bonita, mas, sim, saber se, naquele local, aquele empreendimento deveria ter lugar É isso que se discute em sede de localização É essa a questão que se colocou em 1996

O Srs Deputados insistem em que eu faça uma avaliação política sobre o governo anterior quanto às responsabilidades políticas Ora, já disse o que pensava sobre a possibilidade de se ter feito mais cedo a revisão do plano de ordenamento Mas, Srs Deputados, seria uma situação a todos os títulos invulgar, duplamente invulgar, primeiro, que fosse o governo posterior a fazer um juízo político sobre o governo que o antecedeu, em segundo lugar, que esta Câmara pretendesse substituir-se ao que foi o juízo popular resultante de eleições sobre o modo como decorreu a gestão do anterior governo.

**A Sr<sup>a</sup> Isabel Castro (Os Verdes) — Essa é boa! É preciso ter «data»!**

**O Orador — Como já referi, essa questão transitou em julgado, houve eleições e o governo anterior foi julgado. Agora, estou eu aqui para responder pelo actual Governo a que pertenço e estou aqui para dizer que estamos a fazer coisas no Parque Natural Sintra-Cascais**

Aliás, registo, Srs Deputados, que ninguém ousou dizer que não são acertadas as medidas que estamos a tomar no âmbito do Parque Natural Sintra-Cascais De um lado, vieram dizer-nos que «talvez tenham chegado tarde», de outro disseram-nos que talvez possamos fazer mais Respondo que sim, que talvez possamos fazer mais Estamos aqui para trabalhar e com certeza vamos fazer mais Mas, Srs Deputados, nunca ninguém fez tanto em tão pouco tempo no Parque Natural Sintra-Cascais Esta é uma afirmação que não vi desmentida, nem vejo que alguém tenha condições para desmentir

Em relação ao caso específico do anterior director do Parque Natural Sintra-Cascais, a Sr<sup>a</sup> Deputada fez uma pergunta directa e não quero que diga que fugi a ela Assim, respondo que o responsável pelos planos de ordenamento da orla costeira do litoral sou eu, Sr<sup>a</sup> Deputada Eu respondo pelos planos de ordenamento da orla costeira e pelas intervenções do Governo em defesa do litoral

Portanto, Sr<sup>a</sup> Deputada, se pretende reduzir estas questões a um funcionário do Instituto de Conservação da Natureza, julgo que vai por mau caminho e não ao encontro das questões de fundo, que são as questões da articulação entre os valores do ordenamento do território e do ambiente no Parque Natural Sintra-Cascais

Foi-me feita a pergunta de qual a avaliação que posso fazer dos valores dos terrenos do Abano para que os Srs Deputados possam considerar uma proposta orçamental Esta seria uma situação a todos os títulos curiosa, isto é, que nós pudéssemos vir aqui, exactamente no dia seguinte à aprovação do Orçamento, reabrir a discussão orçamental

Não vou prestar esse favor aos promotores do Abano, de vir fazer aqui, na Assembleia da República, uma declaração pública sobre a avaliação dos terrenos a que eles

teriam direito em caso de indemnização Admito, acredito, tenho a certeza, de que essa pergunta foi feita com intenção de facilitar a vida aos promotores do Abano num processo de indemnização que, posteriormente, possam deduzir contra o Estado, mas o que tenho a dizer é que não vou prestar esse favor aos proprietários, fazendo aqui uma avaliação sumária sobre o que pode valer aquele terreno em sede de avaliação

Digo mais estamos vigilantes, o que é uma coisa diferente Aquilo que, provavelmente, os Srs Deputados pretendiam é que nós viéssemos vir aqui anunciar que anulámos uma decisão — de resto, a decisão final nem sequer é do Ministério do Ambiente e, portanto, juridicamente, não a podíamos tomar nesses termos — de aprovação da localização proferida pela Direcção-Geral do Turismo em 1996 O rigor que usámos no Meco permitiu fazer o que ali fizemos, sem que hoje os promotores do Meco tenham um pedido de indemnização contra o Estado deduzido nos tribunais portugueses Isso surpreenderá, certamente, esta Câmara, mas a verdade dos factos é que tal só foi possível porque essa intervenção foi feita com grande rigor e com grande sentido de responsabilidade

Mas, repito, também estamos vigilantes no caso do Abano O que é que isso significa? Significa que existem, por exemplo, requisitos da localização que foi proferida que podem determinar, caso não venham a ser cumpridos, a caducidade Estamos, pois, a acompanhar a situação do projecto do Abano Se dissemos que ele era um erro, tal afirmação não é, com certeza, compatível com dizer-se que, pura e simplesmente, fechamos os olhos e que vamos facilitar o desenvolvimento daquele empreendimento Vamos acompanhar essa situação com grande sentido de responsabilidade, e é também este grande sentido de responsabilidade que eu queria pedir aos Srs Deputados em relação àquelas situações

A Sr<sup>a</sup> Deputada Isabel Castro questionou-me sobre os actos praticados pelo Governo desde 23 de Fevereiro Mais uma vez, temos uma singularidade neste debate parlamentar por um lado, querem que eu venha aqui responder por aquilo que foi a actuação do Governo anterior, mas quando me disponho a responder pela intervenção de quatro meses deste Governo os Srs Deputados dizem «Não, não pode responder por estes quatro meses, só queremos que responda pelo período que vai de 23 de Fevereiro até ao dia de hoje, dia 17 de Março» Sobre o resto do tempo os Srs Deputados não querem ouvir falar!

Srs Deputados, tenho a dizer-vos que não aceito esse jogo Estou aqui para responder por estes quatro meses de governo, que são de uma intervenção firme em relação ao Parque Natural Sintra-Cascais

Poderia repetir as iniciativas, mas elas, hoje, saltam à vista de toda a gente um plano em revisão, suspenso, uma inspecção no Parque, medidas de interdição — é isto que está a acontecer no Parque E o que posso dizer, em particular, quanto a outros projectos singulares a que a Sr<sup>a</sup> Deputada Isabel Castro se referiu, é que vamos olhar com firmeza para eles

Vamos também — vou agora ao encontro de uma pergunta da Sr<sup>a</sup> Deputada Maria Santos —, no quadro da revisão do plano de ordenamento, ter rigorosamente em conta aquilo que são os valores ambientais que os estudos da Rede Natura 2000 permitem revelar naquele Parque É também por isso que revemos o plano de ordenamento do Parque Natural Sintra-Cascais, e o melhor que podemos fazer para salvaguardar esses valores naturais próprios

da Rede Natura é adoptar, imediatamente, medidas preventivas Foi exactamente isso que fizemos no Parque Natural Sintra-Cascais

Outras situações de duvidosa legalidade, Sr<sup>a</sup> Deputada, serão certamente investigadas pela inspecção que determinámos — é para isso que ela serve —, e se elas revelarem situações de ilegalidade não hesitaremos em recorrer aos meios legais para reagir

O Sr Presidente (João Amaral) — Srs Deputados, passamos à pergunta seguinte, formulada pelo Sr Deputado Luís Fazenda, sobre o processo de registo de resíduos, que será igualmente respondida pelo Sr Secretário de Estado do Ambiente e do Ordenamento do Território

Tem a palavra, Sr Deputado Luís Fazenda

O Sr Luís Fazenda (BE) — Sr Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs Deputados, não resisto ainda, à laia de epílogo, a dizer que o Sr Secretário de Estado que acabou de usar da palavra se contradisse, porque, ao desafiar a Câmara a que tivesse inscrito dotação orçamental para eventuais indemnizações sobre direitos adquiridos, acabou por comprovar que nenhum partido aqui o podia fazer, nem sequer o partido que apoia o Governo, e que teria de ser o Governo a avançar com essa medida política

Também me desgostou a avaliação que fez destes quatro meses — resta saber se quem se lhe seguirá fará exactamente a mesma avaliação —, porque o que ficámos aqui a saber (essa argumentação foi muito usual com o PSD) é que as vitórias eleitorais amnistiam eventuais erros políticos

Não me parece correcto que, depois, quando discutirmos a responsabilidade na política, critiquemos a abstenção e o indiferentismo eleitoral e outras matérias

Sr Secretário de Estado do Ambiente, quero colocar-lhe uma pergunta muito concreta: existe um normativo que comete às empresas industriais a declaração de existência de resíduos perigosos na sua laboração. Constatamos, segundo informação de organizações ambientalistas, que a esmagadora maioria das empresas consideradas não cumpriram essa imposição legal Não temos visto reacção por parte do Governo, nem sequer ser aplicadas sanções às empresas que não o fizeram Considerando que esse era um instrumento importante, até do ponto de vista de um melhor inventário, de um melhor controlo daquilo que são os resíduos industriais, particularmente os resíduos industriais perigosos, pergunto o que pensa o Governo fazer?

Temos a ideia de que existe um certo laxismo nesta matéria, sendo até notável que a Associação Empresarial de Portugal venha, ultimamente, de algum modo, criticar o Governo, cuja inspecção ambiental considera frouxa, e que isso tem levado a uma sensação de impunidade das empresas que não cumprem porque sentem que nem sequer há pressão, fiscalização e vigilância por parte do Governo

O Sr Presidente (João Amaral) — Srs Deputados, encontra-se a assistir à sessão um grupo de 66 alunos da Escola Básica 1-Nº 1, de Vila Franca de Xira, para quem peço o cumprimento habitual

*Aplausos gerais, de pé*

O Sr Presidente (João Amaral) — Para responder ao Sr Deputado Luís Fazenda, tem a palavra o Sr Secretário de Estado do Ambiente

O Sr Secretário de Estado do Ambiente (Rui Gonçalves) — Sr. Presidente, Srs Deputados, Sr Deputado Luís Fazenda, é com todo o gosto que respondo à questão que colocou, sobre o registo de resíduos industriais

De facto, o Governo considera que o registo de resíduos industriais é uma peça essencial, não só para se conhecer a situação ambiental do País, mas também para se definir quais são as melhores soluções e as mais adequadas para o tratamento destes resíduos

Como certamente sabe, esse registo de resíduos está regulado pelo Decreto-Lei n.º 239/97 e o respectivo formulário foi aprovado por uma portaria de 1998. Portanto, até agora, temos dois anos de aplicação desta regulamentação.

Conseguimos, de facto, em 1998, resposta de 4381 empresas. O Sr Deputado pode dizer-me que o universo é, talvez, insuficiente em termos das empresas portuguesas. Se considerarmos todas as empresas portuguesas, cerca de 90 000, com certeza que o resultado é pouco menos que catastrófico, mas gostaria de lhe assinalar que, tanto por indicações do Instituto Nacional de Estatística, como do próprio Instituto de Resíduos, as empresas produtoras de 90 % dos resíduos portugueses são cerca de 10 000.

Portanto, se soubermos fazer as contas e contabilizar os resultados, os resultados obtidos em 1998, o primeiro ano em que houve esta entrega do registo de resíduos, não foi muito desfavorável.

Possuo desde já adiantar-lhe que resultados preliminares, relativos a 1999, indicam um significativo acréscimo de entregas dos registos de resíduos. Espero, dentro em breve, ter resultados definitivos para anunciar ao Sr Deputado e à Câmara, mas, neste momento, já contabilizámos 5400 registos entregues. Estamos ainda no princípio de Março e, infelizmente, como é da natureza dos portugueses, teremos de esperar ainda mais um mês ou dois para termos os resultados definitivos.

No entanto, esta não é uma situação que nos dê descanso e prazer. É certo que há ainda um trabalho a completar, sendo o papel da Inspecção do Ambiente, de facto, decisivo, como o Sr Deputado Luís Fazenda assinalou.

Gostaria de acrescentar a informação seguinte: só nestes dois meses, Janeiro e Fevereiro de 2000, a Inspecção do Ambiente realizou já 253 inspecções a empresas industriais portuguesas, o que, como o Sr Deputado calculará, é um resultado que me deixa animado sobre a capacidade de trabalho da Inspecção do Ambiente, dado, como disse, os seus reduzidos quadros actuais.

Nestas 253 inspecções, menos de 10 % das empresas inspecionadas não tinham

O Sr. Presidente (João Amaral) — Sr Secretário de Estado, queira abreviar a resposta

O Orador — Terminei já, Sr Presidente

Nestas 253 inspecções, dizia, menos de 10 % das empresas inspecionadas não tinham o seu registo de resíduos actualizado, o que nos dá — creio — um bom sinal da redução das situações de infracção neste campo, sinal que iremos, com certeza, continuar a verificar ao longo deste ano.

O Sr Presidente (João Amaral) — Para pedir esclarecimentos adicionais, para além do Sr Deputado Luís Fazenda, inscreveram-se os Srs Deputados Joaquim Matias, Isabel Castro, Natalina Moura e Manuel Queiró.

Tem a palavra o Sr Deputado Luis Fazenda, que dispõe de 2 minutos para o efeito

O Sr Luis Fazenda (BE) — Sr Presidente, Sr Secretário de Estado, muito obrigado pelas informações dadas.

Reportando-me aos seus próprios termos, se não é uma catástrofe, é uma semi-catástrofe, porque feitas as contas em relação às 10 000 empresas, que terão a seu cargo 90 % da produção dos principais resíduos, o que se verifica é que, mesmo no ano corrente, estamos a falar de um universo de metade, e era preciso que metade dessas empresas pertencessem ao tal leque das 10 % que são produtoras de resíduos!

Portanto, estamos ainda muito longe, a menos de metade, de algum inventário rigoroso

Não queria estar a criticar em excesso o Governo nesta matéria, mas volto à temática inicial: será que o Governo nem sequer a coima mínima vai aplicar às empresas? São 100 000\$. Não se entende por que é que, nesta matéria, há tanta dificuldade, ou um excesso de compreensão em relação às empresas, quando noutras áreas e outros sectores da sociedade portuguesa sabe-se que as medidas são, habitualmente, draconianas?

A nosso ver, em matéria de coimas, a defesa da legalidade teria um efeito pedagógico preventivo e, para além disso, melhoraria os instrumentos de gestão ambientais.

O Sr Presidente (João Amaral) — Tem a palavra o Sr Deputado Joaquim Matias

O Sr Joaquim Matias (PCP) — Sr Presidente, Sr Secretário de Estado, o abandono dos resíduos em Portugal é algo calamitoso, situação que já foi aqui discutida por várias vezes. Ora bem, qualquer política para tratamento e destino final adequado aos resíduos tem de começar por determinar quais são as suas composições e as suas quantidades, e não só dos que são combustíveis, porque a grande maioria nem sequer é combustível.

Além do mais, o preenchimento do formulário, que é obrigatório, foi feito de tal forma e com tal consciência que a responsável pela pasta do Ambiente do anterior Governo chegou a afirmar, neste Plenário, que os próprios impressos se esgotaram. Tal era a consciência do número de impressos necessários para preencher! E, já que o Sr. Secretário de Estado nos remeteu para fazer contas às empresas em termos de fiscalização, direi que os resíduos do processo produtivo são os que resultam directamente por aplicação, pura e simples, da Lei de Lavoisier.

Por outro lado, Sr Secretário de Estado, com a suspensão da co-incineração por esta Assembleia, foi aprovada uma resolução que, entre várias medidas, incluía a deposição controlada dos resíduos até se encontrar uma política final. E a minha pergunta é muito simples: como, onde e que quantidades estão a ser depositadas desses resíduos?

Vozes do PCP — Muito bem!

O Sr Presidente (João Amaral) — Tem a palavra a Sr. Deputada Isabel Castro

A Sr. Deputada Isabel Castro (Os Verdes) — Sr Presidente, Sr Secretário de Estado, a pergunta de Os Verdes vai num sentido algo semelhante da formulada pelo Sr Deputado Joaquim Matias, porque, de facto, em matéria de resíduos, aparentemente, o Governo continua a teimar numa

estratégia, sem ter o conhecimento do seu universo E, independentemente do entusiasmo que gera este aumento de inspecções em relação ao ano anterior, como bem perceberá, ainda se está longe de saber onde e que tipo de materiais se produzem

Portanto, quaisquer que sejam as decisões de tratamento adoptadas, encontramo-nos no domínio da pura fantasia e, nesse sentido, não se está muito próximo do tratamento conveniente desta matéria

A primeira questão que coloco tem a ver com o debate, várias vezes suscitado nesta Câmara, designadamente por nós, de identificação — que, supostamente, devia ser do conhecimento do Governo — de um conjunto muito grande de pontos negros de elevada contaminação que, com carácter de urgência, o Governo (o anterior, mas também do Partido Socialista) teria tido a obrigação de localizar e, de imediato, tratar.

A segunda questão é a seguinte no universo conhecido, como se tem processado a deposição de resíduos, desde a decisão tomada por esta Assembleia no ano passado? Em que locais está a ser feito e em que tipo de aterros é que essa localização está a ser feita?

Por último, pergunto ao Sr Secretário de Estado se considera que com 17 inspectores — uma vez que os tais 40 novos inspectores que tinham sido anunciados ainda não têm correspondência orçamental — vai conseguir identificar e despistar todo o conjunto de empresas que, seguramente, estão numa situação ilegal

O Sr Presidente (João Amaral) — Tem a palavra a Sr<sup>a</sup> Deputada Natalina Moura

A Sr<sup>a</sup> Natalina Moura (PS) — Sr Presidente, o Sr Secretário de Estado do Ambiente acabou de informar-nos que já há um registo de resíduos relativamente a 1999. Aliás, esse registo é obrigatório até 15 de Fevereiro. Também temos alguns dados relativos a 1998 e, face a este ano, gostaríamos de ver algumas indicações de 1999 ligeiramente modificadas

Antes de mais, quero saudar o número de inspecções realizadas, que foi volumoso, mas gostava de saber se essas inspecções se traduzem apenas em processos de averiguação, ou se há processos de inquérito ou disciplinares. Também gostava de saber se as coimas serão ou não aplicadas e, designadamente, se já foi aplicada alguma

Em relação aos resíduos perigosos, tínhamos uma distribuição uniforme ao longo do País. Isto é, cerca de 5% de resíduos perigosos e 95% de resíduos não perigosos. Ora, com os dados preliminares de que dispõem hoje, pergunto se os indicadores apontam ou não na mesma direcção

No primeiro relatório de 1998, relativamente a algumas indústrias, não havia qualquer resultado do número de resíduos seleccionados, nomeadamente desconhecia-se qual o quadro da indústria transformadora

Quanto aos resíduos industriais resultantes dos produtos petrolíferos, de acordo com o catálogo europeu e a amostragem que foi feita para 1998, 10% era o valor apontado para resíduos perigosos e 90% para os não perigosos. Neste seu relatório preliminar, Sr Secretário de Estado, constam alguns dados sobre este tipo de indústria?

O Sr Presidente (João Amaral) — Tem de concluir, Sr.<sup>a</sup> Deputada

A Oradora. — Vou já concluir, Sr Presidente

Para os resíduos de produção de electricidade o quadro era o seguinte: 13% de resíduos perigosos e 87% de resíduos não perigosos. Tem hoje, Sr Secretário de Estado, alguns dados sobre esta mesma indústria?

Não falarei das outras indústrias, nomeadamente das extractivas, nem das estações de tratamento de água, porque o Sr Presidente já fez o favor de me chamar a atenção para o tempo

O Sr Presidente (João Amaral) — Não fui eu que inventei o Regimento, Sr Deputada!

Tem a palavra o Sr Deputado Manuel Queiró

O Sr Manuel Queiró (CDS-PP) — Sr Presidente, Sr Secretário de Estado do Ambiente, já aqui foram ditas várias evidências sobre a necessidade de um inventário completo, ou o mais completo possível, dos resíduos industriais, nomeadamente os perigosos, produzidos em Portugal para uma correcta política de gestão desses resíduos. Mas a verdade é que vivemos, em Portugal, uma situação em que o Governo manifesta uma preocupação dominante sobre o elo final da cadeia do sistema de gestão dos resíduos, isto é, o elo do tratamento final dos resíduos, nomeadamente os perigosos

Dentro deste tratamento final, que poderá ser a deposição (que já aqui foi mencionada), mas também a queima dos mesmos, o Sr Ministro do Ambiente tem privilegiado e demonstrado uma fixação, quase obsessiva, em instalar rapidamente um sistema de queima de uma determinada produção dos resíduos industriais perigosos, opção que nós temos criticado

Entendemos que privilegiar o elo final desta cadeia paralisa, de certa forma, como tem acontecido, as etapas anteriores, que são prévias, necessárias e essenciais, sem as quais não poderá haver um efectivo sistema de gestão dos resíduos. Aliás, constatamos hoje que essa fixação no elo final da cadeia tem prejudicado, e muito, o elo inicial, porque desconhecemos quais os resíduos perigosos produzidos em Portugal, qual o seu montante e qual a sua localização

Diz-nos o Sr. Secretário de Estado do Ambiente, numa visão mais ou menos optimista, que cerca de metade dessa produção está localizada e inventariada. Isso é manifestamente insuficiente, porque é um problema que o próprio Governo reconhece necessitar de urgente solução. Reconheceu-o, aliás, usando uma teoria, de certa forma alarmista, lançada sobre a população, a nosso ver para viabilizar rapidamente a instalação de um sistema de destriuição dos resíduos

O Sr Presidente (João Amaral) — Queira terminar, Sr Deputado

O Orador — Vou concluir os considerandos para colocar a questão ao Sr Secretário de Estado, Sr Presidente

O Sr Presidente (João Amaral) — Ainda não a colocou?

O Orador — Estes considerandos antecedem uma questão muito concreta, Sr Presidente

O Sr Presidente (João Amaral) — Nesse caso, Sr Deputado, a questão vai ser mais curta do que os considerandos!

**O Orador** — Muito mais concisa, Sr Presidente.

A questão é esta: os resíduos para queimar são, essencialmente, ao que se sabe, lamas orgânicas, solventes e óleos usados. O Sr Secretário de Estado pode esclarecer esta Câmara sobre o que são, exactamente, as lamas orgânicas e onde são produzidas? E qual a quantidade de solventes e de óleos usados que está prevista queimar com esta política governamental e, nomeadamente, quais são as políticas alternativas em termos da reutilização, por exemplo, para os óleos usados?

**O Sr Presidente (João Amaral)** — Para responder ao conjunto das perguntas formuladas, tem a palavra o Sr Secretário de Estado do Ambiente

**O Sr Secretário de Estado do Ambiente** — Sr Presidente, gostaria de fazer uma pequena nota inicial. O âmbito das perguntas colocadas levam-me a, certamente, a exceder largamente, em 2 ou 3 minutos, o tempo que o Sr. Presidente me pode alocar. Peço, pois, a sua tolerância. Caso não possa contar com ela, tentarei ser o mais telegráfico possível.

Sr Deputado Luís Fazenda, como disse na minha intervenção inicial, a realidade é o que é, e o que posso dizer é que não estou satisfeito com os cerca de 50 % de empresas que já entregaram o seu registo de resíduos, e por isso procurarei que, durante este e o próximo ano, a situação melhore significativamente.

Reafirmo também que a situação não é uma catástrofe no sentido de que, como alguns dos Srs Deputados aqui diziam, tendo-se apenas o registo de 50 % das empresas mais importantes, nada podemos fazer nem avançar porque ainda não temos um quadro completo. Se ficarmos à espera do quadro completo é que certamente não avançaremos para as soluções.

Há um aspecto muito importante que gostaria de referir e que me passou ao lado na minha primeira intervenção, pelo que peço desculpa. As inspecções não são feitas de maneira formal ou consultiva. Já lhe dei nota dos resultados do ano 2000, mas posso dizer-lhe que, no ano de 1999, foram feitas pouco menos de 1 000 inspecções, das quais resultaram mais de 200 processos de contra-ordenação com aplicação de coimas. Este ano, o número de processos já levantados para aplicação de coimas são cerca de 20, ou seja 10 % das inspecções. Isto, no caso específico do registo de resíduos, não estou a falar de outras incorrecções, erros ou omissões no cumprimento da legislação ambiental. Portanto, a primeira resposta é a de que, obviamente, a inspecção é para trabalhar, é para fiscalizar, é para aplicar as coimas, e é isso que está a ser feito.

Sr Deputado Joaquim Matias, temos um grande problema, em que esta Câmara tem participado, umas vezes positivamente, outras negativamente, que é o destino final a dar aos resíduos em Portugal e, em particular, aos resíduos perigosos. Todavia, como os Srs Deputados sabem, pois tem sido objecto de longos esclarecimentos nesta Câmara, o Governo está muito empenhado em resolver o problema, tendo já tomado algumas medidas para, enquanto o resolver. O Sr Ministro do Ambiente, assim que tomou posse, concedeu autorização para que os resíduos industriais não perigosos pudessem ser depositados nos aterros de resíduos urbanos. O Sr. Deputado dir-me-á que essa solução está longe de ser a melhor, porque vai ocupar espaço nos aterros de resíduos urbanos e vai diminuir a sua vida útil. Infelizmente, não há soluções milagrosas, e sempre é melhor depositar os resíduos não perigosos nos

aterros de resíduos urbanos do que lançá-los em lixeiras a céu aberto ou dar-lhes outro tipo de destino.

Em relação aos resíduos perigosos, estamos a fazer tudo o que é possível. Temos duas instalações, que geralmente não são referidas pelos Srs Deputados, mas convém contar com elas, porque existem em Portugal e estão a ser utilizadas. Trata-se de duas instalações para o tratamento físico-químico de resíduos, uma situada na Barreiro e a outra em Águeda, que estão a funcionar de forma eficaz, sem quaisquer problemas ambientais, e que são um exemplo que devia ser seguido com mais iniciativa.

Temos também a solução a que recorrem muitos industriais, que exportam os seus resíduos perigosos, pagando preços avultados, mas é esse o custo que temos por não termos soluções próprias para o seu destino final.

A Sr<sup>a</sup> Deputada Isabel Castro referiu que não sabíamos qual era o universo dos resíduos. Penso que a questão está resolvida pois há muito inquéritos, muitos estudos feitos por amostragem e há agora este universo de cerca de 50 empresas que deram resposta. Se não são elementos inteiramente satisfatórios, pelo menos já nos permitem agir e apontar algumas soluções. Não será por falta de informação que o Governo não irá agir para encontrar soluções adequadas.

A Sr<sup>a</sup> Deputada Natalina Moura perguntou se as coimas serão ou não aplicadas. Já tive oportunidade de dizer que estão a sério. Quanto aos quantitativos de resíduos perigosos e de resíduos não perigosos, independentemente da variabilidade anual das respostas aos inquéritos e ao registo de resíduos, está mais ou menos consolidado que a quantidade de resíduos perigosos em Portugal é inferior a 5 % do quantitativo de resíduos totais produzidos, e não estou em crer que os resultados deste ano apontem para valores significativamente diferentes. E posso também dizer-lhe que o Ministério do Ambiente publicou uma pequena brochura com os resultados do inventário, relativo a 1998, onde poderá encontrar — terá todo o gosto em lhe oferecer um exemplar — os resultados relativos aos diversos sectores industriais, incluindo as indústrias extractivas e transformadora.

Finalmente, em relação às questões colocadas pelo Sr Deputado Manuel Queiró, digamos que o Sr Deputado alimenta, há longo tempo, esta questão do elo final, do princípio, do meio e do fim da cadeia.

**O Sr Manuel Queiró (CDS-PP)** — Sem resultados!

**O Orador** — O resultado é o seguinte, Sr Deputado no caso da indústria do tratamento de superfície, que tem sistemas para o tratamento dos seus resíduos, o que se passa é que agora temos um conhecimento mais claro de quais os quantitativos produzidos, porque temos uma solução para o seu destino final. Por outro lado, os industriais também têm tido uma política adequada em relação a isso, pois, desde há três anos que a unidade de Águeda está a funcionar e o quantitativo de resíduos produzidos na indústria de tratamento de superfície, felizmente, tem vindo a reduzir.

Ora, isso é um sinal de que o facto de haver um custo para o tratamento dos resíduos é o principal incentivo para a sua redução. Penso que qualquer pessoa compreenderá facilmente este argumento. Se pudermos ter um destino final para os outros resíduos industriais produzidos, se houver um custo associado ao seu tratamento e deposição final, creio que será um incentivo essencial para que haja

redução de resíduos. Não é por haver 20, 100 ou 1000 inspectores — um inspector atrás de cada industrial — que conseguiremos reduzir a produção de resíduos. É preciso que haja o chamado incentivo económico para que esta política de redução de resíduos seja eficaz. E para que se possa pôr um custo é preciso que o destino final esteja disponível.

**O Sr. Manuel Queiró (CDS-PP):** — E quanto às lamas orgânicas e aos óleos usados?

**O Orador:** — Os óleos, como poderá ser consultado no processo que existe relativamente à co-incineração, não estão previstos para serem co-incinerados e, portanto, há certamente um equívoco em relação ao que o Sr. Deputado tem vindo a dizer. Existe um aspecto um pouco diferente, que é a questão de estar prevista uma unidade para a produção de energia eléctrica, onde poderão ser utilizados como combustível óleos usados, e sobre isso terei todo o gosto em esclarecer os Srs. Deputados.

**O Sr. Presidente (João Amaral):** — Passamos à quarta pergunta, relativa à avaliação dos resultados e eficácia da aplicação das Portarias do Ministério da Economia n.º 1055 e 1056/98, de 28 de Dezembro, respeitantes à aprovação dos projectos eléctricos e à certificação de instalações eléctricas pela CERTIEL, que será respondida pelo Sr. Secretário de Estado da Indústria e Energia.

Para formular a pergunta, tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Moreno.

**O Sr. Fernando Moreno (CDS-PP):** — Sr. Presidente, sendo esta a minha primeira intervenção nesta Câmara, apresento a V. Ex.ª e a todos os Deputados os meus cumprimentos e a minha elevada estima.

**O Sr. Presidente (João Amaral):** — Muito obrigado, Sr. Deputado, retribuo-lhe esses votos.

**O Orador:** — Sr. Presidente, Srs. Secretários, Srs. Membros do Governo, Sr. e Srs. Deputados, a portaria n.º 1055/98 estabeleceu o inicio de funções da CERTIEL (Associação Certificadora de Instalações Eléctricas) e o fim da competência das entidades distribuidoras de energia eléctrica (EDP) para a aprovação de projectos e correspondente inspecção de instalações eléctricas.

A portaria n.º 1056/98, também de 28 de Dezembro, fixa as taxas a cobrar no âmbito da prestação de serviços relativos à aprovação, ou reprovação, de projectos e certificação de instalações eléctricas.

Segundo as portarias, pretendeu-se, numa lógica de desburocratização e de simplificação processual, facilitar aos requerentes todo o processo de licenciamento das instalações eléctricas e respectivas baixadas de energia.

Na verdade, o que aconteceu foi o contrário, pois o que até aqui se fazia através de um simples contacto com a EDP — em casos urgentes até resolvia o assunto no mesmo dia, e sempre de forma gratuita, procedendo de imediato à baixada de energia eléctrica — passou a ser um processo complicado, moroso e caro. Veja-se: o tempo de espera do requerente pela deslocação dos técnicos da CERTIEL é de 1, 2 ou 3 meses, a subjectividade da inspecção pode implicar repetidas vistorias ou visitas com tempos de espera igual e excessivamente longos, a taxa de 8 000\$ ou de 25 000\$ por cada aprovação ou reprova-

ção, mais os 20 000\$ por cada reapreciação, são inaceitáveis.

**O Sr. Manuel Queiró (CDS-PP):** — É um negócio!

**O Orador:** — A desresponsabilização da entidade distribuidora de energia pela última instalação da rede é incompreensível.

Sr. Secretário de Estado, como exemplo, refiro-lhe uma câmara que, numa construção de 65 habitações sociais, esperou pela deslocação dos técnicos da CERTIEL 3 meses; a certificação fez-se em 30 minutos; custou 520 000\$,...

**O Sr. Manuel Queiró (CDS-PP):** — É um escândalo!

**O Orador:** — . porque tudo estava rigorosamente bem feito, se não poderia vir a custar, pelo menos, mais 1300 contos.

Como alguém diria «isto é um assalto à mão eléctrica, própria de um monopólio»

**O Sr. Manuel Queiró (CDS-PP):** — Muito bem!

**O Orador:** — Se isto é assim com as autarquias, imagine-se como será com os particulares.

São muitas as autarquias que protestam contra esta situação, porque são muitos os cidadãos afectados e porque começam a proliferar, segundo me consta, as ligações clandestinas.

Sr. Secretário de Estado, está o Governo de acordo com esta situação? Se não está, o que pretende fazer?

*Aplausos do CDS-PP*

**O Sr. Presidente (João Amaral):** — Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado da Indústria e Energia.

**O Sr. Secretário de Estado da Indústria e Energia (Vítor Silva Santos):** — Sr. Presidente, Sr. Deputado Fernando Moreno, começo por fazer um enquadramento relativamente à criação da CERTIEL.

Como o Sr. Deputado disse, a certificação das instalações eléctricas eram efectuadas, até bem recentemente, pelas empresas de distribuição de energia. Mas devido, por um lado, ao facto de tal situação poder configurar a existência de conflitos de interesses e, por outro lado, à complexidade crescente das instalações eléctricas, o Decreto-Lei n.º 272/92, de 3 de Dezembro — quero salientar que é de 1992 —, consagrou a possibilidade de a aprovação dos projectos e a certificação das instalações eléctricas poderem ser cometidas a entidades especializadas de natureza associativa, denominadas genericamente por associações inspectoras de instalações eléctricas.

Esta medida delegatória visava e visa a simplificação processual, admitindo, como é razoável que aconteça, a separação de três funções, de forma a evitar, nomeadamente, conflitos de interesses, que são as seguintes: a distribuição, que estava cometida às distribuidoras e agora está cometida à distribuidora da EDP, a certificação, cometida às associações inspectoras, e a regulamentação, que deverá sempre caber ao Estado.

Esta solução foi adiada durante vários anos, tendo havido, no decurso da anterior Legislatura, a coragem poli-

tica de publicar duas portarias, as n<sup>os</sup> 1055/98 e 1056/98, de 28 de Dezembro, tendo a primeira criado a CERTIEL e a segunda, como muito bem disse o Sr Deputado, fixava as taxas de utilização dos serviços da CERTIEL.

O que é a CERTIEL? É uma pessoa colectiva de direito privado de natureza associativa e sem fins lucrativos, que integra as seguintes entidades a distribuidora da EDP, as associações representativas dos instaladores, dos fabricantes, dos importadores, dos industriais de construção de edifícios e também a própria Associação Nacional de Municípios Portugueses.

Devo dizer que esta entidade é ainda relativamente jovem, tendo entrado em funcionamento em Fevereiro de 1999. Devemos admitir que, devido à sua juventude, ainda não atingiu o estado de maturidade, a eficácia e a eficiência de funcionamento que todos desejamos. Temos acompanhado de perto a *performance* da CERTIEL e

**O Sr. Presidente (João Amaral)** — Sr Secretário de Estado, peço-lhe que abrevie

**O Orador** — Com certeza, Sr Presidente

Como dizia, temos acompanhado de perto a *performance* da CERTIEL e solicitámos-lhe que nos fizesse chegar um relatório da execução de 1999, o que já aconteceu, muito recentemente. Estamos, neste momento, a analisar esse relatório e vamos proceder aos ajustamentos necessários de forma a corrigir determinadas situações, algumas das quais foram muito justamente evidenciadas e explicitadas pelo Sr Deputado.

**O Sr Presidente (João Amaral)** — Para pedir esclarecimentos adicionais, inscreveram-se os Srs Deputados Fernando Moreno e José Penedos

Tem a palavra o Sr Deputado Fernando Moreno

**O Sr Fernando Moreno (CDS-PP)** — Sr Presidente, Sr. Secretário de Estado, de facto, parece-me que concordou com a minha exposição. Gostaria de dizer que, afinal, não sabemos o que é a CERTIEL. É composta por tanta e tanta gente, que acaba por não assumir um compromisso social perfeitamente responsável! E por isso é que funciona assim, ou seja, mal! A Portaria n<sup>º</sup> 662/96, de 14 de Novembro, que regulamenta o Decreto-Lei n<sup>º</sup> 272/92, de 3 de Dezembro, diz que «É reconhecida provisoriamente, por um prazo de seis meses, como associação nacional inspectora de instalações eléctricas, a CERTIEL — Associação Certificadora de Instalações Eléctricas». Suponho que seis meses já passaram há bastante tempo!

Sr Secretário de Estado, estou a ver este problema pelo lado do requerente e é aí que focalizo esta minha intervenção. É caro, moroso e muito mais burocrático do que era! Até aqui, qualquer cidadão resolveria isto em duas penadas, e, como se sabe, conseguir os licenciamentos para fazer uma construção é já uma *via crucis*! Ainda mais estes pagamentos e todas estas dificuldades, é, de facto, inaceitável, Sr Secretário de Estado! Como tal, ou esta questão se resolve muito depressa, ou, então, peço a suspensão destas portarias.

**O Sr Presidente (João Amaral)** — Tem a palavra o Sr. Deputado José Penedos

**O Sr. José Penedos (PS)** — Sr Presidente, em primeiro lugar, quero manifestar a minha perplexidade por um

assunto destes vir a debate na Assembleia, nos termos em que o Sr Deputado Fernando Moreno o coloca, porque a CERTIEL é uma entidade que, em bom rigor, representa a transferência de competências do Estado para uma entidade privada com natureza associativa, como disse o Sr Secretário de Estado, que representa os interesses presentes no sector das instalações eléctricas.

**O Sr Fernando Moreno (CDS-PP)** — Menos os dos requerentes!

**O Orador** — no sector da construção e das instalações eléctricas, e, em bom rigor, deveria conduzir a uma melhor solução do que a da fiscalização ser realizada pelo distribuidor. E é esta a questão estrutural aqui presente! Era o distribuidor de energia quem também fiscalizava a instalação! E é esta noção de juiz em causa própria que foi, de alguma maneira, vertida nesta legislação! Pretendeu-se separar a função de quem distribui energia da de quem realiza a inspecção, o que deve resultar em maior securização do cliente ou do utilizador final da instalação. Esta é a história!

Agora, se está a funcionar menos bem, o Sr. Deputado deveria fazer um requerimento ao Governo a perguntar por que é que não está a funcionar bem! Não sei é se se justifica uma pergunta ao Governo neste debate!

Pela parte que me toca, e faço desde já a pergunta ao Sr Secretário de Estado da Indústria e Energia, gostaria de saber o que é que pensa em relação ao acompanhamento da acção da CERTIEL. Porque, se ela só tem um ano e está a funcionar como o Sr Deputado diz, significa isto que ela precisa de ser acompanhada!

**O Sr Presidente (João Amaral)** — Sr Deputado, agradeço que termine

**O Orador** — Vou já terminar, Sr Presidente

Posto isto, coloco ao Sr Secretário de Estado uma pergunta muito clara: tem uma avaliação tão negativa quanto a que o Sr Deputado Fernando Moreno aqui nos trouxe?

**Vozes do PS** — Muito bem!

**O Sr Presidente (João Amaral)** — Antes de dar a palavra ao Sr Secretário de Estado da Indústria e Energia para responder, tem a palavra o Sr Deputado Manuel Queiró, para uma interpelação à Mesa.

**O Sr Manuel Queiró (CDS-PP)** — Sr Presidente, a minha interpelação é no sentido de saber que solução a Mesa vai encontrar para a novidade procedural que o Sr Deputado José Penedos introduziu neste debate. Porque, utilizando a figura regimental do pedido de esclarecimentos adicionais ao Sr Secretário de Estado, o Sr Deputado José Penedos procurou introduzir um debate com outro Sr Deputado, sem que regimentalmente seja assegurada a possibilidade do contraditório!

**Vozes do CDS-PP** — Exactamente!

**O Orador** — Portanto, gostaríamos de saber que possibilidade vai ter o Deputado do CDS-PP para responder às questões formuladas pelo Sr Deputado do Partido Socialista

**Vozes do CDS-PP** — Muito bem!

O Sr. Presidente (João Amaral) — Sr. Deputado Manuel Queiró, penso que a sua interpelação é absolutamente pertinente, pois os Deputados devem compreender que este não é um debate aberto mas, sim, uma sessão de perguntas ao Governo.

De facto, não tenho solução para o problema que coloquei, mas também não posso tirar, materialmente, a palavra aos Deputados Porém, a questão fica registada

Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr. Deputado José Penedos

O Sr. José Penedos (PS) — Sr Presidente, eu já fiz o meu pedido de esclarecimento

O Sr. Presidente (João Amaral) — Com certeza, Sr Deputado, antecedido de um longo considerando, que foi o que motivou a observação do Sr Deputado Manuel Queiró.

Para responder, tem a palavra o Sr Secretário de Estado da Indústria e Energia

O Sr. Secretário de Estado da Indústria e Energia — Sr Presidente, nesta minha resposta quero reiterar tudo o que foi dito pelo Sr. Deputado José Penedos

De facto, houve um salto qualitativo quando o procedimento da certificação das instalações eléctricas passou das distribuidoras para a CERTIEL, porque se resolveu uma questão claramente importante a do conflito de interesses existente pelo facto de as distribuidoras serem juízes em causa própria, e não deverem sê-lo.

Admitimos — e, por isso, temos acompanhado o processo de desenvolvimento da CERTIEL — que, do ponto de vista da *performance*, da eficácia, a situação existente ainda não corresponde totalmente aos nossos objectivos

Temos reunido frequentemente com a CERTIEL, havendo, em resultado dessas reuniões, alterações em termos de funcionamento desta entidade, como sejam a ampliação de instalações, do sistema de informação, do sistema de entendimento, diversificação dos mecanismos de acesso, nomeadamente pela via electrónica Consideramos que, em resultado desse acompanhamento, houve uma melhoria, que, de qualquer maneira, ainda não corresponde aos nossos objectivos nesta matéria.

Por isso mesmo, como já disse ao Sr. Deputado, solicitámos um estudo, um relatório quantitativo, que recebemos muito recentemente, pelo que não houve tempo suficiente para o analisar (houve uma coincidência temporal com o pedido desta presença do Governo com a recepção desse relatório), que nos permite avaliar, de forma muito objectiva, a *performance* da CERTIEL Em resultado da análise desse relatório, vamos ponderar as alterações e os ajustamentos a que é necessário proceder no sentido de melhorar a *performance* da CERTIEL

O Sr. Manuel Queiró (CDS-PP) — Quando é que vamos conhecer esse relatório?

O Orador. — Rapidamente

As alterações a efectuar são a dois níveis primeiro, a alterações legislativas que permitem uma melhor articulação temporal entre as diferentes entidades envolvidas no processo de licenciamento, nomeadamente entre as câmaras municipais, a CERTIEL e a distribuidora de energia, segundo, a alterações que conduzam a melhorias ao nível da eficiência do próprio processo

Neste momento, não temos uma resposta objectiva para dar, porque recebemos o relatório ontem ou anteontem, mas iremos proceder à análise do mesmo para, rapidamente, de acordo com os dois vectores que acabei de explicitar, tomarmos decisões que permitam melhorar decisivamente a *performance* da CERTIEL

O Sr Presidente (João Amaral) — Srs. Deputados, vamos passar à pergunta sobre a situação e o futuro da Lisnave, que será formulada pelo Sr Deputado Vicente Merendas e respondida pelo Sr Secretário de Estado da Indústria e Energia

Tem a palavra, Sr Deputado Vicente Merendas

O Sr Secretário de Estado da Indústria e Energia: — Peço a palavra, Sr Presidente

O Sr. Presidente (João Amaral) — Sr Deputado Vicente Merendas, peço-lhe que aguarde um momento.

O Sr. Secretário de Estado da Indústria e Energia: — Sr Presidente, é apenas para dizer que esta pergunta não vai ser respondida por mim

O Sr. Presidente (João Amaral) — Mas eu pensei que fosse o Sr. Secretário de Estado

O Sr Secretário de Estado da Indústria e Energia — Não, Sr Presidente, é o Sr Secretário de Estado Adjunto do Ministério da Economia, Vítor Ramalho. E, tendo em conta que ele ainda não chegou, não é possível passar-se a outra pergunta, Sr Presidente?

O Sr Presidente (João Amaral) — Mas é o Sr. Secretário de Estado que vai responder à seguinte?

O Sr Secretário de Estado da Indústria e Energia — Não, Sr Presidente Eu não respondo mais

O Sr Presidente (João Amaral): — Sendo assim, se o Sr Secretário de Estado não responde a mais nenhuma, gostaria de saber se se encontra presente mais algum membro do Governo

Pausa

Talvez o Sr Deputado José Penedos queira responder

Risos

O Sr José Penedos (PS) — Sr Presidente, se me permite responder à sua provocação, não teria qualquer dificuldade em responder, mas aguardarei a resposta por parte do membro do Governo

O Sr Presidente (João Amaral) — Não era uma provocação mas uma amabilidade

Pausa

Srs Deputados, visto já se encontrar presente o Sr Secretário de Estado Adjunto do Ministério da Economia para responder à pergunta sobre a situação e o futuro da Lisnave, tem a palavra para a formular a pergunta o Sr. Deputado Vicente Merendas

O Sr. Vicente Merendas (PCP) — Sr Presidente, Sr. Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Economia, em Novembro de 1992, o Grupo Mello apresentou ao Governo um plano de restruturação envolvendo a Lisnave, Solisnor/Setenave

Em 1993, o governo de então inscreveu no Orçamento do Estado 12 milhões de contos para esse plano e a avariação dos terrenos da Margueira em 43 milhões de contos

Passados três anos, surge um novo plano, com o argumento de que o anterior foi implementado com atraso e que era necessário anular o desemprego técnico. Desta forma, em 1997, foi assinada a segunda fase do plano de restruturação da Lisnave. Foram criadas as condições para que a Lisnave se tornasse uma empresa viável e com futuro, foi feita a limpeza do Passivo, foi criada a Gestenave, empresa pública, para ser utilizada pela Lisnave, suportando, em grande parte, os custos de uma inactividade natural neste ramo de actividade. Foram investidos largos milhões de contos

O Grupo Mello era considerado imprescindível em todo este processo e era também imprescindível encontrar-se um parecer estratégico

E, hoje, como estamos, Sr Secretário de Estado? O Grupo Mello demitiu-se da presidência do conselho de administração, o parecer estratégico segue-lhe as pisadas, estão criadas a instabilidade e a insegurança sobre o futuro da empresa e uma «onda» de incerteza paira também nos trabalhadores, de tal forma que o sentimento que existe é o de que a actividade da administração se transformou numa comissão liquidatária dos interesses do Grupo Mello. É neste sentido, Sr Secretário de Estado, que coloco um conjunto de questões.

Sr Secretário de Estado, confirma-se o interesse do Sr Mello pela Lisnave e a sua disposição de vender as suas acções? Qual é a postura do parecer estratégico em todo este processo?

A confirmar-se a saída do Grupo Mello, qual vai ser o papel do Governo depois do seu envolvimento no processo de reestruturação e da aplicação de importantes recursos financeiros provenientes dos dinheiros públicos? Quais as perspectivas para a Lisnave Estaleiros Navais, S A, dado que estamos a falar do terceiro maior estaleiro de reparação naval a nível mundial e do primeiro a nível da Europa? Quem vai operar no estaleiro da Mítrena, no qual o Estado está a efectuar um investimento de mais de 15 milhões de contos? Que garantias existem para salvaguardar os 3000 postos de trabalho directos das duas empresas, Lisnave e Gestenave, e os milhares de postos de trabalho indirectos? Que medidas estão a ser tomadas para salvaguardar todos os aspectos sociais dos trabalhadores, acordados com o Governo, incluindo o fundo de pensões?

Por último, que estratégia tem o Governo para o sector da indústria naval em Portugal?

#### *Aplausos do PCP*

O Sr Presidente (João Amaral) — Para responder, tem a palavra o Sr Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Economia

Sr Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Economia (Vítor Ramalho) — Sr. Presidente, gostaria de dizer, rapidamente, em função do tempo de que disponho, que quando este Governo tomou posse, na sequência das

eleições de Outubro de 1995, foi confrontado, fruto da conjuntura internacional e da realidade interna, com uma situação, que é do conhecimento de todos os Srs. Deputados e, naturalmente, também do Sr Deputado interpelante Vicente Merendas, de sérias dificuldades para a manutenção da Lisnave. Vamos ser claros a este nível

O Governo partiu do princípio de que, dada a relação directa que temos com os oceanos, património da nossa história e da nossa cultura, e a importância que têm os estaleiros no seu conjunto, quer o da Lisnave, na Mítrena e na Margueira, quer os de Viana do Castelo, quer, a outro nível, o da Rocha Conde de Óbidos, o do Alfeite e outros pequenos estaleiros, mas particularmente ao nível da Lisnave, era absolutamente indispensável sustentar a viabilização da empresa, garantir os postos de trabalho, sem exclusão de quem quer que fosse, e operar, naturalmente com a aprovação da União Europeia, uma estratégia de consolidação para o futuro. A este nível, o acordo feito pelo governo anterior, em 1993, não foi integralmente cumprido. Havia mesmo 274 trabalhadores disponíveis que manifestavam vontade de cessar, por mútuo acordo, os contratos de trabalho e a Situação Líquida da empresa não era famosa

Foi feita uma operação que envolveu uma análise aturada e contactos permanentes e incontáveis directamente com as comissões de trabalhadores e com os sindicatos. Eu próprio, seguramente, se afirmar a esta Câmara que tive mais de 60 reuniões com as comissões de trabalhadores e com os sindicatos peco por defeito e não por exagero, e com muito gosto o fiz e o farei, tal como farei com a administração da Lisnave e com o parceiro estratégico

Em resultado desta situação, foi outorgado, em 1 de Abril de 1997, um acordo entre o Grupo Mello, o Estado e outras empresas que davam suporte aos Estaleiros Navais da Lisnave e da Mítrena. Em traços gerais, esse estudo e o que foi concretizado apontou, e está a ser realizado, para a prorrogação do prazo da saída da Lisnave da Margueira, ou seja, dos estaleiros de Almada, o que ocorrerá no final deste ano. Como se sabe, em 1993, por efeito da reestruturação, esses terrenos passaram para o Fundo Margueira, naturalmente para o Estado, e também para os bancos credores, mas este estaleiro será desactivado no final deste ano

Houve e haverá a concentração reforçada de toda a actividade na Mítrena e, para o efeito, já está em curso e está a ser executado, nos termos do acordo, um investimento de 15 milhões de contos, entrando o Estado com 10 milhões de contos e o Grupo Mello com 5 milhões de contos, tendo sido feita a adjudicação num concurso internacional

Simultaneamente, a antiga Lisnave transformou-se em Gestenave, passando para esta 1399 trabalhadores, que não ficaram na operadora que entretanto foi constituída, para a qual entrou o Grupo Blohm + Voss, o que significa que tem cerca de 20 %, o Estado 5 % e o remanescente detém o resto

Para terminar, já que provavelmente terei oportunidade de desenvolver esta matéria mais tarde, gostaria de dizer que há, neste momento, uma crise internacional profunda que se reflecte na Europa, particularmente nos estaleiros alemães, franceses, espanhóis e, como é natural, também nos portugueses. Esta crise tem razões económicas determinadas pela circunstância de a Coreia exercer uma acção de *dumping*, que tem merecido da parte da União Europeia uma atenção, particularmente da parte do próprio comis-

sário que acompanha estas situações, e para a qual a União Europeia não pode nem deve deixar de dar resposta, o que seguramente fará

Simultaneamente com esta situação, da parte do Estado, tem havido toda a atenção no cumprimento integral do acordo, que tem estado a ser respeitado escrupulosamente pelas partes envolvidas, inclusivamente pelo Grupo Mello.

**O Sr Presidente (João Amaral) — Sr Secretário de Estado, peço-lhe que abrevie, pois tem de terminar**

**O Orador — Sr Presidente, vou terminar**

Respondendo agora ao Sr. Deputado Vicente Merendas, é verdade que o Grupo Mello e, particularmente, o Sr José Manuel de Mello, manifestou vontade de sair da Lisnave — é público, ele próprio o confirmou — e é admissível que essa saída, em termos societários, ocorra. Perante essa possibilidade, o Estado acompanha a par e passo a eventual entrada de um parceiro estratégico, é o que estamos, neste momento, a desenvolver, a vários níveis, numa forma de reforço da componente societária, na qual o próprio Estado, naturalmente, continuará com a posição que tem. Contudo, quero confirmar esse facto, de uma forma perfeitamente clara.

Quanto à perspectiva da Lisnave neste momento, posso dizer-lhe, Sr. Deputado, que, como sabe, a Lisnave, por efeito da acção e pressão do próprio Governo, tem o estaleiro da Mitrena com cerca de 11 navios, o que é uma situação confortável, e as perspectivas para os próximos meses, nomeadamente de Março e Abril, também a este nível, são promissoras.

**O Sr Presidente (João Amaral) — Sr Secretário de Estado, peço-lhe que, logo que possa, se se lembrar disso, termine a resposta**

**O Orador — Terminei, Sr Presidente, dizendo que o estaleiro da Mitrena vai ser desactivado no final deste ano, mas, mais tarde, terei oportunidade de desenvolver este assunto**

**O Sr Presidente (João Amaral) — Sr Secretário de Estado, como V Ex<sup>a</sup> disse, tem a oportunidade de completar a resposta, depois dos pedidos de esclarecimentos adicionais que irão ser feitos pelos Srs Deputado Vicente Merendas, Luís Fazenda e Joel Hasse Ferreira**

Tem a palavra o Sr. Deputado Vicente Merendas

**O Sr Vicente Merendas (PCP) — Sr Presidente, Sr Secretário de Estado, se eu estava preocupado quando resolvi colocar este conjunto de questões, mais preocupado fiquei! Isto porque as suas respostas, além de serem muito evasivas, limitaram-se a falar no passado. O Sr Secretário de Estado não apontou qualquer perspectiva futura, quando, no fundo, todas as questões que coloquei se destinavam a obter uma resposta em termos de futuro da empresa, por ser essa, de facto, a grande preocupação dos trabalhadores, pois, como sabe, temos sérias dúvidas em relação à estratégia que está a ser definida pela empresa, nomeadamente na área comercial E, Sr Secretário de Estado, estamos a falar de uma das maiores e melhores empresas do mundo, nesta área da indústria naval, que não pode continuar a ser gerida tipo «merceiro», com a responsabilidade que, de facto, o Governo tem, atendendo**

aos investimentos do erário público que foram feitos, pois estamos aqui a falar em cerca de 80 milhões de contos

**Vozes do PCP — Muito bem!**

**O Orador — Sr Secretário de Estado, o Governo tem sérias responsabilidades. Há milhares de postos de trabalho em causa, estão em jogo milhares de contos do erário público, e o Governo não pode permitir que estes milhões de contos sejam utilizados sem ser ao serviço da economia nacional e do País.**

**Vozes do PCP — Muito bem!**

**O Sr. Presidente (João Amaral) — Tem a palavra o Sr Deputado Luís Fazenda**

**O Sr Luís Fazenda (BE) — Sr Presidente, Sr Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Economia, em primeiro lugar, reformulo uma pergunta, que já lhe foi dirigida, sobre a garantia de postos de trabalho e de outros direitos sociais adquiridos pelos trabalhadores deste estaleiro, para a qual peço que nos dê uma resposta concreta**

Em segundo lugar, o Sr Secretário de Estado diz que o Grupo Mello está a cumprir integralmente o acordo realizado. A pergunta que quero fazer-lhe é política e moral e é a seguinte em relação a injecções financeiras, bastante substanciais do Estado, será compreensível e será uma política responsável por parte do Estado encarar, agora, com toda a naturalidade, o abandono societário por parte do Grupo de José Manuel de Mello, quando se anda à procura de uma nova parceria estratégica? É esta a política de fundo que tem a ver com a preservação de postos de trabalho e com o desenvolvimento da economia nacional?

Em relação a isto, a nossa opinião é bastante contrária, pelo que chamamos a atenção do Governo, porque, de três, uma ou apostamos no desenvolvimento do País, ou apostamos na reconstituição dos grupos económicos, ou, então, apostamos na facilitação da vida de grupos económicos, que, em períodos depressivos, são ajudados pelo Estado e, em períodos em que podem evadir-se à sua responsabilidades, deixam ao erário público e aos contribuintes aquilo que foi a factura dos seus interesses privados

**O Sr Presidente (João Amaral) — Tem a palavra o Sr Deputado Joel Hasse Ferreira**

**O Sr Joel Hasse Ferreira (PS) — Sr Presidente, Sr Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Economia, começo por saudar o ilustre Deputado e empenhado sindicalista, Vicente Merendas, pelas questões colocadas e por sublinhar o que ele disse, nomeadamente, quanto ao acordo realizado em 1997, com o objectivo de criar perspectivas para uma empresa viável e com futuro, e à criação da Gestenave, com o que se congratulou, ao que eu me associo, não necessariamente nos mesmos termos em que o fez mas próximos**

Quero, também, relembrar aqui a desconfiança expressa, neste Hemiciclo, por um conjunto de Deputados do PS e do PCP, designadamente o Sr Deputado José Manuel Maia, durante o final da última legislatura do cavaquismo, sobre o acordo anterior, o de 1993, que, de facto, a nada

conduzia, ou seja, conduzia, isso sim, à liquidação da construção naval em Portugal, perante a cegueira do que era o governo cavaquista

Neste contexto, coloco-lhe duas questões, Sr Secretário de Estado Primeira, até que ponto uma nova parceria estratégica pode ajudar a redefinir o papel da construção naval portuguesa, no mercado mundial, com todos os problemas que V Ex<sup>a</sup>, no pouco tempo que teve, procurou identificar?

Segunda, reafirma-nos aqui — e esta foi também uma pergunta feita, embora de outra forma, pelo Sr Deputado Luís Fazenda — a garantia de satisfação dos direitos sociais dos trabalhadores, oportunamente acordados neste contexto de reestruturação da indústria de construção e reparação naval?

Para terminar, Sr Secretário de Estado, devo dizer que não ficaria bem com a minha consciência se não saudasse o papel que, tanto na Legislatura anterior como nesta, V Ex<sup>a</sup> tem desempenhado na reestruturação das empresas portuguesas, com respeito pelos direitos dos trabalhadores e no sentido de tornar a economia portuguesa mais competitiva.

**Vozes do PS** — Muito bem!

O Sr Presidente (João Amaral) — Para responder, tem a palavra o Sr Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Economia

**O Sr Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Economia** — Sr Presidente, Srs Deputados Relativamente ao fundo da questão, quero saudar a iniciativa do PCP, e faço-o com sinceridade, pois entendo que é muito útil abordar estas questões, que não são fáceis, com frontalidade e até com consonância de objectivos no que respeita a um papel essencial de um designio nacional de preservar a indústria de reparação naval. Digo-o isto muito sinceramente!

A questão fundamental, nesta matéria, tem a ver com o futuro de facto, e, relativamente a ele, há um pano de fundo sobre o qual todos temos de meditar

Recentemente, no Domingo, estive a falar com a maior federação europeia de sindicatos, que me pediu uma audiência, expressamente para esse efeito, sobre a grande preocupação que os trabalhadores europeus têm, em consonância com o Sr Deputado Vicente Merendas, no que toca ao futuro da indústria de reparação e de construção naval em toda a Europa

De facto, a conjuntura internacional e as acções de *dumping* que estão a ser desenvolvidas por países terceiros — e já citei um deles — são preocupantes, exigindo uma atenção, que também é um designio nacional, quanto à forma de responder positivamente a uma concorrência desleal que afecta seriamente a indústria de reparação e de construção naval. Temos de ser realistas de facto! Nesse realismo, que, aliás, é timbre da federação europeia de sindicatos, revertendo-o para o plano nacional, a nossa preocupação é, evidentemente, económica mas também social, tendo em atenção o relevo e o peso da península de Setúbal e o número de trabalhadores, directos e indirectos, da Lisnave, que são, seguramente, na ordem dos 10 000, uma vez que há um vasto conjunto de subempreiteiros a prestarem serviço à Lisnave

Hoje, como em 1997, a nossa preocupação clara é a de preservar os postos de trabalho, na qual — e vou procurar

ser o mais claro possível — é previsível que um número significativo de trabalhadores possa, dentro de ano e meio, aceder às pré-reformas e às reformas antecipadas, o que significará, neste espaço de tempo, a possibilidade de rejuvenescer-se a actividade dos estaleiros de reparação e de construção naval, com a garantia de que o Fundo de Pensões responderá com realismo, desde que haja, a todas as pensões garantidas. Recordo que o Estado já injetou, no conjunto, cerca de 16 milhões de contos, como foi previsto, naturalmente, para criar uma «almofada social» forte a este nível e que, ainda neste primeiro trimestre, terá de fazer um encaixe adicional de cerca de 14,1 milhões de contos

Esta preocupação, de salvaguarda de postos de trabalho, é uma constante e tem esta componente das pré-reformas e das reformas, dentro de um ano e meio, que tem de ser feita com enorme realismo — e não duvido que os trabalhadores o tenham — face à conjuntura, porque é também a preocupação realista da federação europeia de sindicatos

Quanto à estratégia, devo dizer que esta tem duas vertentes. A primeira é a de conciliação entre a postura da União Europeia e a resposta que esta tem de encontrar para essa situação — e não esconde que, de uma forma realista, a federação europeia de sindicatos está a pressionar para obter o reconhecimento da necessidade de auxílios do Estado aos estaleiros de toda a Europa, particularmente àqueles que são mais carenciados, como os da França, da Alemanha, de Portugal e da Espanha, e invoca-os expressamente. Portanto, não direi que esta sintonia — antecipando-me àquilo que a União Europeia poderá vir a traduzir — seja sinónimo de reconhecimento de auxílios de Estado mas será, pelo menos, um debate cada vez mais aprofundado sobre esta matéria

Do meu ponto de vista — não metendo a cabeça debaixo da areia —, a manifestação de vontade do Grupo Mello é clara quanto à saída. Assim, estamos a acompanhar e a dinamizar contactos a nível internacional, de forma permanente, para que o parceiro estratégico reforce a Lisnave, não apenas no capital mas também no trabalho, de modo a que esta possa ter uma perspectiva de médio prazo consistente. Nessa consistência, e relativamente ao actual Grupo Thyssen da Blohm + Voss, não tenho a mesma perspectiva do Sr Deputado, nem sequer posso assegurar se a participação com o reforço do parceiro estratégico novo salvaguardará ou não a continuação do Grupo Thyssen.

Ponto claro é que, neste intervalo, que pretendemos que seja curto — estimado em quatro ou cinco meses —, há que ter todo um equilíbrio, por forma a que a operação de substituição do Grupo Mello se faça com consistência, sem repercussões que minorem, a nível internacional, essa questão — e estou a dirigir-me especificamente à responsabilidade do Sr Deputado Vicente Merendas e ao equilíbrio que sempre teve nesta matéria —, porque é um caminho de grandes ameaças, naturalmente, se, porventura, esta estratégia não for prosseguida com todo o vigor

A opção que a Lisnave tem neste momento é a opção clássica e daí a existência de 11 navios não das plataformas petrolíferas nem dos Peregrine. Parece-me que é por essa via que temos de caminhar, reforçando, como é natural, episodicamente, a componente das plataformas petrolíferas mas salvaguardando a actividade principal

Relativamente ao Fundo Margueira, este vai ser desactivado no final deste ano, porque é um compromisso que existe e que, como sabe, envolve responsabilidades

séries do Estado perante a própria banca O Estado, hoje, faz parte do Fundo Margueira e, embora não haja qualquer previsão concreta, em rigor, sobre a sua evolução, sabe perfeitamente que aquele espaço, em consonância com as câmaras municipais, particularmente com a Câmara Municipal de Almada, e de acordo com o ordenamento do território, tem de ser projectado para uma utilização condizente com a salvaguarda dos interesses nacionais

Esta questão da Lisnave também tem de ser articulada com o que se está a passar na Rocha Conde de Óbidos Como sabe, o próprio ordenamento da faixa litoral naquele zona levou a que haja uma diminuição do espaço da Rocha Conde de Óbidos, mas foi encontrada uma solução consistente O mesmo sucede com os Estaleiros Navais de Viana do Castelo, cuja actividade, neste momento, é confortável, devo dizer, não tem sombras de maior, o que permite que se perspective uma solidez a médio prazo — e na indústria naval não é possível funcionarmos noutras termos —, pelo que, a este nível, estou optimista

Quanto às questões colocadas pelo Sr Deputado Joel Hasse Ferreira, quero reiterar-lhe a vontade séria e profunda do Estado em garantir os direitos dos trabalhadores Naturalmente, e procuro ser frontal nestas questões, há aqui matérias que temos de equacionar Quando se fala em garantias dos trabalhadores, fala-se nas suas remunerações, que não podem ser postas em causa, e nos direitos anexos a essas remunerações Mas há regalias que, por efeito das mudanças vertiginosas que tivemos, têm de ser aprofundadas, em diálogo Isto tem a ver, por exemplo, com o direito de os próprios trabalhadores e de toda a família terem acesso ao Hospital da CUF, o que, para ter a noção dos valores de que estamos a falar, representa qualquer coisa como 5 milhões de contos até ao ano 2007 Naturalmente, esta situação pode envolver a necessidade de aprofundarmos um diálogo noutras opções, sem lesão fundamental da protecção da saúde dos trabalhadores, mas numa lógica realista que não vá, por efeito do passado do Grupo Mello, reforçar e privilegiar um Hospital que, sendo um hospital meritório, tem encargos adicionais O mesmo sucede em relação ao equilíbrio a manter quanto à salvaguarda das pensões pelos fundos

**O Sr Presidente (João Amaral) — Sr Secretário de Estado, faça favor de terminar**

**O Orador — Terminei já, Sr Presidente**

Mas isto é matéria que, com bom senso, com equilíbrio e, naturalmente, com divergências e posturas diferenciadas, que comprehendo completamente, teremos de aprofundar

A minha postura, e o Sr Deputado sabe-o bem, independentemente das críticas que formulam e que aceito, pois não tenho a visão nem o dom de ser certo em tudo, vai no sentido de aprofundarmos realmente estas questões Ainda hoje, à tarde, vou ter uma reunião com as duas comissões de trabalhadores, eu próprio solicitei à União dos Sindicatos do Distrito de Setúbal e às duas comissões de trabalhadores que fossem falar comigo e com as administrações no dia 5, e encorajo isso, nesta fase, pois não é necessário que prossigamos esta via de aprofundamento apenas com informações complementares

Respondendo também ao Sr Deputado Luís Fazenda, o Estado, no quadro actual, não fará injecções financeiras Aliás, não fará qualquer injecção financeira, nem tem feito, para além do cumprimento do acordo que envolve, como sabe, o trabalho a decorrer na Mitrena,

**O Sr Presidente (João Amaral) — Sr Secretário de Estado, tem de ver se**

**O Orador — o Fundo de Pensões e também a regularização das dívidas à segurança social e ao fisco.**

**O Sr Presidente (João Amaral) — Sr Secretário de Estado, não queria cortar-lhe a palavra mas tem de compreender que tem de haver algum limite Portanto, se o Sr Secretário de Estado ainda tem alguma coisa a dizer, faça favor de concluir.**

**O Sr Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Economia — O que tenho a dizer desenvolverei, depois, nas reuniões que referi, Sr Presidente**

**O Sr Presidente (João Amaral) — Com certeza, Sr Secretário de Estado**

**Para interpelar a Mesa, tem a palavra o Sr Deputado Joel Hasse Ferreira**

**O Sr Joel Hasse Ferreira (PS) — Sr Presidente, é uma interpelação muito curta**

Há pouco, referi a preocupação do Parlamento, desde há anos e com o anterior acordo, agora quero apenas referir que foram, de facto, os Srs Deputados José Manuel Maia, Crisóstomo Teixeira, António Alves, eu próprio, Mário Tomé, Ferro Rodrigues e Silva Pinto que suscitararam este debate em 3 de Maio de 1993, por iniciativa do Sr Deputado José Manuel Maia

Dou esta informação, porque, entretanto, os serviços forneceram-me o texto

**O Sr Presidente (João Amaral) — Fica registado, Sr Deputado**

**Srs Deputados, vamos passar à pergunta seguinte, relativa à construção de um cais em Sesimbra, que será formulada pela Sr<sup>a</sup> Deputada Ana Catarina Mendonça e respondida pelo Sr Secretário de Estado da Administração Marítima e Portuária**

**Tem a palavra a Sr<sup>a</sup> Deputada Ana Catarina Mendonça**

**A Sr<sup>a</sup> Ana Catarina Mendonça (PS) — Sr Presidente, Sr Secretário de Estado da Administração Marítima e Portuária, começo por congratular-me pela recente adjudicação da construção do terminal multiusos no porto de Setúbal, aliás, um equipamento importante e estratégico para o desenvolvimento económico e social não apenas da região de Setúbal mas de todo o País**

Porém, Sr Secretário de Estado, no recente contrato celebrado, e após concurso público, está previsto que 60 % da pedra para a construção deste terminal terá de ser transportada por via marítima, a partir de Sesimbra, para o que se torna necessário construir um cais em Sesimbra

Posto isto, gostaria que o Sr Secretário de Estado tivesse em conta o seguinte a população, os autarcas, as associações ambientalistas e, muito particularmente, o clube náutico estão contra a construção deste cais em Sesimbra Assim, gostaria de saber, da parte do Sr Secretário de Estado, se o Governo mantém ou não a decisão de construção deste cais ou se encontrará uma outra alternativa para esta situação

**O Sr Joel Hasse Ferreira (PS) — Muito bem!**

**O Sr. Presidente (João Amaral)** — Para responder, tem a palavra o Sr Secretário de Estado da Administração Marítima e Portuária

**O Sr Secretário de Estado da Administração Marítima e Portuária (Narciso Miranda)** — Sr Presidente, antes de mais, começo por cumprimentar V Ex<sup>a</sup> e todos os Srs. Deputados e por manifestar enorme satisfação por voltar a esta Casa e responder a uma questão que também considero de grande interesse nacional e, sobretudo, de grande interesse para a região, tratando-se de uma infra-estrutura decisiva para a rentabilização daquelas que já existem em Setúbal e Sesimbra. Aliás, por isso mesmo se avançou com este investimento, relativamente ao qual gostaria de aproveitar a oportunidade para dizer que é um investimento de cerca de 5,5 milhões de contos

A obra foi concursada, já está, de facto, adjudicada e, mais do que isso, já se iniciou a construção, creio que em finais de Janeiro ou princípios de Fevereiro

Confirmo que faz parte do contrato a necessidade de 300 000 m<sup>3</sup> de pedra e que 60 % dessa pedra seria transportada por via marítima, de acordo com as regras estabelecidas, a partir de um cais que se iria construir em Sesimbra. Surgiu uma oposição a esta iniciativa, com opiniões negativas, particularmente da Câmara Municipal de Sesimbra, as quais foram, depois, também reafirmadas por um clube náutico local e por outras franjas da população, designadamente pela comunidade piscatória

Analismos o assunto e, no seguimento daquilo que eu disse aqui, em determinada oportunidade, sobre políticas marítimo-portuárias, nomeadamente que o funcionamento das administrações portuárias de costas voltadas para a comunidade envolvente não aconteceria com este Governo, particularmente com esta equipa e, de forma mais acentuada, não aconteceria comigo à frente desta Secretaria de Estado, tentámos o acordo das entidades envolvidas, designadamente da Câmara Municipal de Sesimbra, mas não foi possível conseguir-se esse acordo

Por isso mesmo, tenho o prazer de anunciar-lhe que foi encontrada uma solução para o problema, com a qual todos ganham. Não haverá necessidade de transporte de pedra de Sesimbra por via marítima, porque a pedra necessária para a construção do terminal multiusos será substituída pela fabricação de caixotões que resolvem todo o problema, estando, do ponto de vista contratual, salvaguardados os direitos de todos os concorrentes. Foi estabelecido um acordo global e posso informar, inclusivamente, que os caixotões já estão a ser construídos na área portuária de Setúbal

**Vozes do PS** — Muito bem!

**O Sr. Presidente (João Amaral)** — Sr Secretário de Estado, retribuo os cumprimentos que me apresentou

Estão inscritos, para pedir esclarecimentos adicionais ao Sr. Secretário de Estado da Administração Marítima e Portuária, os Srs Deputados Ana Catarina Mendonça, Rosado Fernandes, Joel Hasse Ferreira, Lucília Ferra e Joaquim Matias.

Tem a palavra a Sr<sup>a</sup> Deputada Ana Catarina Mendonça

**A Sr.<sup>a</sup> Ana Catarina Mendonça (PS)** — Sr Presidente, Sr Secretário de Estado, agradeço a sua exaustiva informação, mas há uma coisa que ainda não consegui per-

ceber: o Governo anulou ou não a decisão de construção do referido cais em Sesimbra? Que solução concreta é esta que aqui nos apresentou?

**O Sr Presidente (João Amaral)** — Tem a palavra o Sr Deputado Rosado Fernandes

**O Sr Rosado Fernandes (CDS-PP)** — Sr Presidente, havia-me comprometido com a minha colega do PSD, a Deputada Lucília Ferra, no sentido de que seria ela a primeira a fazer o pedido de esclarecimento.

Assim, se o Sr Presidente ainda admite um pouco de cavalheirismo nesta Sala,

### Risos

gostava que fosse ela a usar da palavra

**O Sr Presidente (João Amaral)** — Muito bem, Sr Deputado

Por dever de cavalheirismo do Sr Deputado Rosado Fernandes, tem a palavra a Sr<sup>a</sup> Deputada Lucília Ferra

**A Sr<sup>a</sup> Lucília Ferra (PSD)** — Sr Presidente, Sr Secretário de Estado, quero lamentar aqui, perante o Governo e o Partido Socialista, a inclusão desta pergunta à última hora na ordem de trabalhos de hoje. É lamentável que, quer o Partido Socialista, por um lado, quer o Governo, por outro, venham aqui fazer como que uma farsa em relação a um assunto que já toda a gente conhecia

**O Sr Castro de Almeida (PSD)** — É uma representação!

**A Oradora** — Há quatro meses atrás, o Sr Secretário de Estado, aqui hoje presente, deslocou-se ao concelho de Sesimbra no momento em que esta polémica, de facto, existia, para deixar claro e transparente que o Governo já tinha encontrado uma solução alternativa e que não ia avançar com esta solução. Há dois meses atrás, o Sr Presidente da Câmara Municipal de Sesimbra garantiu, na sessão pública da Câmara, que já tinha todas as garantias do Governo de que tinha sido encontrada uma solução alternativa e de que não seria construído cais algum em Sesimbra

**O Sr Luís Marques Guedes (PSD)** — Muito bem!

**O Orador** — Parece-me lamentável que, quer o Partido Socialista, quer o Governo, se disponham a vir a esta Câmara fazer uma verdadeira farsa que apenas tenta disfarçar os problemas existentes no seio do Partido Socialista, vindo aqui assumir uma postura de entes responsáveis que conseguem encontrar soluções quando há uma contestação séria, credível e com fundamentos no seio da população

Penso, ainda, que é lamentável que o Governo se recuse sistematicamente a vir aqui responder a perguntas, de facto, importantes e relativas ao distrito de Setúbal, como acontece, por exemplo, com a Sr<sup>a</sup> Ministra da Saúde, que se recusa reiteradamente a vir responder perante o Plenário e perante o País a questões que se prendem com o distrito de Setúbal e que estão relacionadas com a saúde, como são os casos do hospital de Alhos Vedros, do Hospital de Palmela, do Hospital Distrital de Setúbal e do

Hospital do Conde do Cracial, em Santiago do Cacém, que, ao que parece, deixaram de ser prioridades. Essas são, de facto, questões existentes, verdadeiras e preocupantes e o Governo recusa-se a responder-lhes, vindo, no entanto, fazer esta farsa a que, hoje, todos nós assistimos.

Quero deixar aqui o meu repúdio veemente, quer quanto ao Governo, quer quanto à bancada do Partido Socialista. Assim, não servem as populações! Assim, não servem o distrito de Setúbal!

#### *Aplausos do PSD*

O Sr Presidente (João Amaral) — Para uma interrogação, tem a palavra o Sr Deputado Manuel dos Santos

O Sr Manuel dos Santos (PS) — Sr Presidente, naturalmente, a parte substantiva da pergunta colocada pela Sr<sup>a</sup> Deputada Lucília Ferra será respondida pela minha camarada e colega de bancada Ana Catarina Mendonça

No entanto, quanto à parte meramente formal, quero deixar um pequeno esclarecimento. Esta sessão de perguntas ao Governo esteve agendada para uma outra sexta-feira e, depois, a Conferência dos Representantes dos Grupos Parlamentares, por razões operacionais de gestão dos nossos trabalhos, mudou-a para esta sexta-feira. Pôs-se o problema, presumo que em todas as bancadas (pelo menos, na bancada do Partido Socialista, esse problema colocou-se), de saber se para esta sessão transitavam as mesmas perguntas que tinham ficado suspensas na sexta-feira anterior ou se voltávamos ao «zero» e se, portanto, podíamos reformular essas perguntas. Foi neste quadro e só neste quadro de mera organização logística interna do Partido Socialista que esta pergunta surgiu, realmente, com algum atraso.

O repúdio da Sr<sup>a</sup> Deputada Lucília Ferra é, portanto, manifestamente, uma reacção exagerada perante, quando muito, este desconforto organizativo que, pelas razões que expliquei, existiu dentro da direcção do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Quanto à questão de fundo, a Sr<sup>a</sup> Deputada Ana Catarina Mendonça terá oportunidade de responder.

O Sr Presidente (João Amaral) — Sr Deputado Manuel dos Santos, estou com algumas dificuldades em responder à sua interrogação!

#### *Risos*

O Sr Luís Marques Guedes (PSD) — E eu sei porquê!

O Sr Presidente (João Amaral) — Talvez a Sr<sup>a</sup> Deputada Lucília Ferra, que pediu novamente a palavra para interpelar a Mesa, ajude a confundir esta questão. Não me leve a mal, Sr<sup>a</sup> Deputada. O que quero dizer é que não me parece que isto vá por um bom caminho!

Tem a palavra, Sr<sup>a</sup> Deputada

A Sr<sup>a</sup> Lucília Ferra (PSD) — Sr Presidente, queria apenas dizer que a bancada do Partido Social Democrata, e penso que todo o Hemiciclo, registou o desconforto do Partido Socialista. Na verdade, tentaram ver se a questão passava disfarçadamente, mas não passou porque há quem esteja atento e preocupado com os problemas do distrito de Setúbal!

O Sr Presidente (João Amaral) — De qualquer maneira, sou obrigado a dizer que o ofício do Grupo Parlamentar do Partido Socialista em que se indica a substituição da pergunta tem data de 15 e foi distribuído a 16

O Sr Luís Marques Guedes (PSD) — 15 de Março, Sr Presidente!

O Sr Presidente (João Amaral) — Este é um relato factual! O ofício diz «N/REF<sup>a</sup> GP/GAB/1426 Data 15 de Março de 2000». O despacho que aqui está diz «Publica-se e distribua-se» e tem data de 16 de Março. Não sei bem que dia é hoje, mas parece-me que estamos a 17 de Março.

Creio que podemos terminar aqui esta questão, Srs Deputados, visto que se trata de uma questão política e que os partidos já expuseram as suas posições.

Quanto ao conteúdo da pergunta da Sr<sup>a</sup> Deputada Lucília Ferra, tenho de lhe fazer a mesma observação que já fiz ao Sr Deputado José Penedos. Estas sessões destinam-se a formular perguntas ao Governo, neste caso ao Sr Secretário de Estado da Administração Marítima e Portuária, e talvez ele tenha alguma resposta a dar à questão que colocou, mas, de qualquer maneira, a consideração que fez foi de outra ordem.

Pergunto ao Sr Deputado Rosado Fernandes, que tão cavalheirescamente deu primazia à Sr<sup>a</sup> Deputada Lucília Ferra, se pensa que já está tudo dito ou se ainda tem alguma coisa a acrescentar.

O Sr Rosado Fernandes (CDS-PP) — Ainda tenho algo a acrescentar, Sr Presidente

O Sr Presidente (João Amaral) — Tem, então, a palavra, Sr Deputado

O Sr Rosado Fernandes (CDS-PP) — Sr Presidente, de facto, sei que as mulheres são mais corajosas do que nós. Em geral, têm mais veemência, perdoa-se-lhes sempre alguma irreverência e mesmo algum pequeno insulto, ao passo que, se fosse eu a fazê-lo, diziam que era reincidente e contumaz, o que seria um grande perigo.

Sr Secretário de Estado, temos de reconhecer que mandar isto à última hora é um truque conhecido. Não tenho dúvida alguma de que o fazem para que, já tendo resolvido o problema, façam boa figura. De qualquer modo, aceito essa actuação política. Não digo que, dentro do teatro *mundi* que aqui presenciamos, seja a coisa mais honesta, mas é politicamente correcto.

Não obstante, queria perguntar-lhe se vão fazer lá um «mono» que, de facto, estrague toda a costa de Setúbal, ou seja, queria saber se vão construir uma coisa mal concebida. Já que fizeram uma estrada a atravessar uma zona que tenho com gado sem uma passagem para o dito gado, e porque o burocrata sentado na cidade é capaz de fazer um «mono» que, de facto, vai lixar a vida a todos aqueles que, segundo ele, por esse «mono» vão ser beneficiados, queria saber se vão ter o mesmo cuidado que agora tiveram com o não transporte das pedras por mar nem por terra, tendo optado pelos caixotes.

Estou, portanto, preocupado com a situação, queria saber onde é que se situa exactamente essa construção, porque, de facto, ainda não tive ocasião de ver onde é que fica este porto multiusos, e queria saber, ainda, que ligação é que, do ponto de vista económico, este porto vai ter

com o porto de Sines e, futuramente, esperemos, com o aeroporto terminal de carga de Beja.

**O Sr Presidente (João Amaral)** — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr Deputado Joel Hasse Ferreira

**O Sr Joel Hasse Ferreira (PS)** — Sr Presidente, Sr Secretário de Estado da Administração Marítima e Portuária, em primeiro lugar, queria saudar o espírito de decisão do Sr Secretário de Estado, já que esta questão do desenvolvimento de diferentes portos, nomeadamente dos da área metropolitana do Alentejo, que o Sr Deputado Rosado Fernandes aqui levantou, é importante. Em qualquer caso, esta decisão compatibiliza o interesse da economia da região e do País com as necessidades de enquadramento ambiental de Sesimbra e com as próprias regras do concurso público, que foram importantes para garantir um conjunto de apoios de carácter comunitário.

Para além disto, Sr Secretário de Estado, queria dizer-lhe para não se preocupar com os que estão tristes pelo facto de as decisões serem bem tomadas ou pelo facto de as decisões bem tomadas poderem ser publicitadas!

Finalmente, queria perguntar-lhe se a sua decisão, neste contexto, é uma decisão casuística ou se corresponde, de facto, à assunção pela Secretaria de Estado da Administração Marítima e Portuária de que a vocação essencial de Sesimbra e do seu porto é o desenvolvimento do turismo e das pescas, que, no meu entender de Deputado e de antigo Presidente da Assembleia Municipal de Sesimbra, são dois vectores importantíssimos do desenvolvimento de Sesimbra, do seu concelho e da região.

**O Sr Presidente (João Amaral)** — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr Deputado Joaquim Matias

**O Sr Joaquim Matias (PCP)**. — Sr Presidente, Sr Secretário de Estado da Administração Marítima e Portuária, ainda bem que a Sr<sup>a</sup> Deputada Ana Catarina Mendonça se começou a interessar por estes assuntos a partir desta data, porque, se se tivesse começado a interessar há 15 dias, naturalmente teria ouvido a mesma resposta que o Sr Secretário de Estado deu na reunião da Comissão de Economia, Finanças e Plano, quando discutimos na especialidade o Orçamento do Estado.

Sobre o que está em análise, há uma questão de fundo, Sr Presidente, pelo que não posso deixar de referir a gestão dos portos por sociedades anónimas. Esta gestão, consequência de um acordo feito aqui, na Assembleia, entre o Partido Socialista e o Partido Popular, retirou o controlo do investimento do Orçamento do Estado e, portanto, da discussão desta Assembleia, ficando estes investimentos sujeitos a critérios exclusivos de rentabilidade económica directa da administração portuária. Ora, o rio Sado e o seu estuário são extremamente importantes, de acordo com três pontos de vista, que não podem nem devem ser incompatíveis. Estou a referir-me à actividade comercial, à actividade piscatória e ao recreio e lazer, uma grande componente da actividade turística.

A questão que se coloca, Sr Secretário de Estado, é esta quanto à actividade piscatória do porto de Setúbal, que investimentos é que há? E a resolução dos graves problemas existentes, para quando é que fica?

Quanto aos investimentos de carácter turístico na zona de jurisdição marítimo-portuária, que investimentos há para Sesimbra? Faço esta pergunta, uma vez que a sociedade anónima está a privilegiar apenas a actividade comercial. Aliás, os autarcas do Partido Socialista pretendem actualmente que o porto de Sesimbra e de Setúbal seja dividido, já que consideram que Sesimbra está a ser discriminada pela política portuária da Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra. S.A., que apenas se preocupa com a actividade comercial.

**Vozes do PCP** — Muito bem!

**O Sr Presidente (João Amaral)** — Para responder, tem a palavra o Sr Secretário de Estado da Administração Marítima e Portuária

**O Sr Secretário de Estado da Administração Marítima e Portuária** — Sr Presidente, gostaria de começar por afirmar que, durante a minha vida política, não participei nunca, não participo e não participarei em qualquer farsa!

**Vozes do PS** — Muito bem!

**O Orador** — Portanto, não estou a participar em qualquer farsa, porque nunca foi essa a minha prática política, tal como não será no futuro. Portanto, pode a Sr<sup>a</sup> Deputada Lucília Ferra estar descansada sobre esta matéria.

Gostaria, ainda, de transmitir uma segunda mensagem, que tem a ver com uma afirmação que a Sr<sup>a</sup> Deputada Lucília Ferra fez e que também vai ao encontro de uma nota, essa mais discreta, referida pelo Sr Deputado Joaquim Matias. Nunca alguém me ouviu, a mim ou a qualquer membro da equipa de que faço parte, por consequência a qualquer membro do Governo, afirmar em qualquer lado a decisão que foi tomada sobre esta matéria. Por isso, não é verdade o que acabou de afirmar. É a primeira vez que estou a afirmar publicamente uma decisão, que não foi tomada há tanto tempo como deu a entender, porque essa decisão começou a ser trabalhada a partir do dia 15 de Janeiro, desenvolvida até meados de Fevereiro, concretizada no final do mês de Fevereiro e contratualizada durante o mês de Março. Reafirmo, portanto, que aquilo que a Sr<sup>a</sup> Deputada disse não corresponde à verdade.

Agora, há uma coisa que é diferente daquilo que quis dizer, mas nem sequer vou insinuar que tentou fazer uma farsa, porque não cometo essa indelicadeza.

O que eu afirmei várias vezes, tendo-o também feito em Sesimbra, foi que o Governo teria sempre em consideração os problemas ambientais, os problemas de segurança, as questões que têm que ver com os interesses das comunidades locais e que, reafirmando o que disse quando vim a este Plenário, e hoje voltei a fazê-lo, as administrações portuárias não iriam continuar a funcionar, como aconteceu no passado (felizmente, já há anos que deixaram de actuar dessa forma), «de costas voltadas» para as comunidades envolventes.

O que é que isto quer dizer? Quer dizer que fomos sensíveis às opiniões dos agentes da sociedade civil de Sesimbra e fomos sensíveis à opinião, que considerámos extremamente importante, manifestada pela Câmara Municipal de Sesimbra, designadamente pelo seu Presidente.

Estudámos o assunto, analisámos se era possível corresponder às observações levantadas e encontrámos uma solução Por isso, ganhou toda a gente

É que, do ponto de vista económico, a solução é também vantajosa, porque se evita que 60 % da pedra seja transportada por via marítima a partir de Sesimbra, ou, em alternativa, por via marítima a partir de Sines, o que teria um custo muito significativo, ou mesmo, como solução variante a esta, por via rodoviária, com todos os inconvenientes que daí advêm

Por outro lado, gostaria de responder à Sr<sup>a</sup> Deputada Lucília Ferra de uma forma pragmática não haverá cais para o transporte de pedra em Sesimbra Ponto final! É assunto encerrado! Até porque fomos sensíveis às questões levantadas em Sesimbra, quer pela área da pesca quer pela área do recreio Compreendemos que, quanto mais não seja do ponto de vista psicológico, não é muito compatível ou é difícil de explicar o convívio de transporte de pedra com a área da pesca e com a área do recreio No fundo, o que fizemos foi adicionar esta sensibilidade (que, felizmente, ainda posso) às preocupações manifestadas pelos agentes, designadamente de Sesimbra

Quanto ao agendamento desta pergunta, nada tenho a ver com isso, como perceberão. No entanto, uma vez que foi citado o Governo, digo-lhe, Sr<sup>a</sup> Deputada Lucília Ferra, que tenho muito orgulho, muito orgulho mesmo, em pertencer a um governo coeso, a um governo que governa a pensar no País .

#### *Risos do PSD, do PCP e do CDS-PP*

e, sobretudo, Sr<sup>a</sup> Deputada, a um governo que é suportado por um partido que é, hoje, o órgão político de maior estabilidade no País e que tem um grande líder que se chama engenheiro António Guterres, que é o Primeiro-Ministro de Portugal

#### *Risos do PSD, do PCP e do CDS-PP*

É para mim um enorme orgulho, como é óbvio, pertencer a este Governo!

#### *Aplausos do PS*

O Sr António Filipe (PCP) — Diga lá isso sem se rir!

O Orador — Por outro lado, Sr<sup>a</sup> Deputada Lucília Ferra, sabe quem está a defender o distrito de Setúbal? Sabe quem está a defender as populações de Sesimbra? Sabe quem é? É quem toma estas decisões!

#### *Vozes do PS — Muito bem!*

O Orador — Independentemente das perguntas que legitimamente são feitas no Parlamento, quem defende, de facto, os interesses da Área Metropolitana do Porto, do distrito de Setúbal e, consequentemente, do País é quem tem a sensibilidade necessária para saber perceber que não é dono da razão, como acontecia no passado, e que os outros também têm o direito de dar opiniões, sendo possível conjugar essas opiniões e encontrar as decisões adequadas Foi o que o Governo fez Foi o que eu fiz, e com enorme prazer.

#### *Vozes do PS — Muito bem!*

#### *Vozes do PSD — Vê-se!*

O Orador — Aliás, admiro apreciavelmente a irritação que estas decisões provocam Quer isto dizer que quanto maior for a irritação com estas decisões, mais me convenço de que o Governo está a governar bem!

#### *Vozes do PS — Muito bem!*

O Orador — Ao Sr Deputado Joaquim Matias creio poder dizer que as suas preocupações são também as minhas preocupações.

Direi, ainda, que esta não é uma decisão casuística Já me referi às nossas relações com os órgãos autárquicos e com a sociedade civil e já afirmei que as questões de segurança e as questões ambientais estarão permanentemente em cima da mesa onde são colocados os *dossiers* que nos conduzirão às decisões necessárias para darmos importância estratégica a este sector marítimo-portuário Portanto, quero descansá-lo, mas uma vez, relativamente à questão que colocou, que, aliás, tem sentido de oportunidade

Na consideração que fiz, respondi também à nota do Sr Deputado e meu querido amigo e camarada Joel Hasse Ferreira

Permita-me, ainda, que lhe diga, Sr Deputado Joaquim Matias, que na Comissão de Economia, Finanças e Plano não afirmei qual era a solução

O Sr Joaquim Matias (PCP) — Disse, sim Eu ouvi!

O Orador — Foi hoje a primeira vez que eu disse em público que a solução é a de substituir a pedra transportada por via marítima por caixotões Aquilo que eu afirmei na Comissão é que estávamos a estudar uma solução alternativa ao problema, o que é um pouco diferente. Aliás, confesso com toda a franqueza que, na altura, só me faltava avaliar um aspecto de ordem jurídica para concretizar esta decisão Por isso, faço-lhe essa justiça realmente, de entender que íamos resolver o problema não da forma que estava prevista no contrato estabelecido

Por último, o Sr Deputado perguntou que investimentos há para Setúbal e para Sesimbra, designadamente, ao nível de recreio e ao nível da pesca

O Sr Deputado conhece melhor do que eu os enormes investimentos que foram feitos nos últimos três anos a nível das infra-estruturas de pesca, em Sesimbra, e sabe também, melhor do que eu, as consequências desses investimentos. Conhece a degradação que existia em toda a zona envolvente ao porto de Sesimbra e conhece a realidade que existe actualmente E sabe também, tão bem como eu, que a comunidade piscatória, os pequenos e os médios empresários e os pescadores, estão satisfeitos com as soluções que foram encontradas O Sr. Deputado pergunta-me se chega Claro que não! Estão previstos mais investimentos em Sesimbra, a todos os níveis

Para Setúbal, está previsto um investimento de cerca de 1 milhão de contos para melhorar as condições do porto de pesca Devo dizer-lhe que o projecto está pronto, o concurso está aberto e durante este ano não só será adjudicada a obra como contratualizada e iniciada, prevenindo eu a sua conclusão até final do ano 2001

Quanto à disputa, a nível de investimentos, entre Sesimbra e Setúbal, quero dizer-lhe que já não existe, porque também não existe entre nenhum dos portos po-

gueses Isto porque, em Portugal, só há uma política marítimo-portuária, já o afirmei várias vezes. A competitividade agressiva em matéria de política marítimo-portuária está virada para o exterior no sentido da competitividade com os nossos parceiros, ou seja, com a concorrência Portanto, no interior, essa competitividade é de tal maneira construtiva que os portos funcionam de uma forma complementar e não alternativa Por isso, o porto de Setúbal não substitui a tarefa do porto de Sesimbra, da mesma maneira que o porto de Sesimbra não substitui aquilo que é o papel central reservado ao porto de Setúbal

É esta a linha de orientação que vamos continuar a seguir

**Vozes do PS** — Muito bem!

**O Sr Presidente (João Amaral)** — Ainda no quadro desta pergunta, para defesa da consideração em relação à intervenção da Sr<sup>a</sup> Deputada Lucília Ferra, tem a palavra a Sr<sup>a</sup> Deputada Ana Catarina Mendonça

**A Sr<sup>a</sup> Ana Catarina Mendonça (PS)** — Sr Presidente, antes de mais, gostaria de agradecer ao Sr Secretário de Estado a explicação que acabou de dar e o facto de ser sensível às aspirações das populações, nomeadamente no que diz respeito às questões ambientais, assim como por ter tido o cuidado de não construir este cais

Quanto à intervenção da Sr<sup>a</sup> Deputada Lucília Ferra, devo dizer que não me espanta que o PSD utilize farsas, mas esse não é o hábito nem do Partido Socialista

**Vozes do PSD** — Não?

**A Oradora** — nem deste Governo

*Aplausos PS*

Por isso mesmo quero dizer-lhe que se a credibilidade dos políticos pode estar em causa para a opinião pública, a Sr<sup>a</sup> Deputada Lucília Ferra não compactuará com o Partido Socialista para passar essa mensagem.

Não utilizamos farsas, queremos defender os interesses das populações e foi por isso mesmo que eu trouxe esta questão ao Plenário

Com isto lhe digo que se a Sr<sup>a</sup> Deputada ficou muito aflita é porque realmente levantou uma hipotética farsa, mas nada disse, ou seja, disse «zero» em relação àquilo que são os interesses das populações de Sesimbra, neste caso, à semelhança, aliás, daquilo que é normal por parte da Sr<sup>a</sup> Deputada Lucília Ferra, que diz «zero» para defender os interesses e os direitos da população do distrito de Setúbal

*Aplausos do PS*

**O Sr Luís Marques Guedes (PSD)** — Desculpas de má pagadora!

**O Sr. Presidente (João Amaral)** — Para dar explicações, tem a palavra a Sr<sup>a</sup> Deputada Lucília Ferra

**O Sr. Joel Hasse Ferreira (PS)** — Como é que ela explica?

**A Sr<sup>a</sup> Lucília Ferra (PSD)** — Não se preocupe, Sr Deputado

Sr Presidente, quero referir que quer o Sr Secretário de Estado quer a Sr<sup>a</sup> Deputada têm razão quando dizem que não se tratou verdadeiramente de uma farsa. Foi, isso sim, uma tragédia!

*Risos do PS*

E digo que foi uma tragédia, porque o Sr Secretário de Estado, ao dizer que não tinha dito aquilo que disse, levantou uma suspeição sobre um número considerável de pessoas, entre elas, o Presidente da Câmara Municipal de Sesimbra,

**O Sr Luís Marques Guedes (PSD)** — Exacto!

**A Oradora** — que é do seu partido, Sr Secretário de Estado

**A Sr<sup>a</sup> Manuela Ferreira Leite (PSD)** — São todos muito unidos!

**A Oradora** — Portanto, vou solicitar a acta da reunião pública da Câmara Municipal de Sesimbra, em que o seu presidente, publicamente, disse aos autarcas e aos municípios que já tinha uma resposta definitiva do Governo,

**O Sr Luís Marques Guedes (PSD)** — Às tantas, mentiu!

**A Oradora** — que já tinha garantias do Governo, de que não iria ser construído o cais de pedra Isto aconteceu há, aproximadamente, dois meses. Sr Secretário de Estado!

O Sr Secretário de Estado, ao vir aqui dizer que não disse aquilo que disse, pôs em causa a credibilidade de outras pessoas

**O Sr Luís Marques Guedes (PSD)** — Às tantas, mentiu!

**A Oradora** — E, por falar em credibilidade, Sr<sup>a</sup> Deputada Ana Catarina Mendonça, vamos conversar depois

**O Sr Joel Hasse Ferreira (PS)** — Ah! Isso é que é uma ameaça!

**O Sr Secretário de Estado da Administração Marítima e Portuária** — Sr Presidente, peço a palavra

**O Sr Presidente (João Amaral)** — Para que efeito, Sr Deputado?

**O Sr Secretário de Estado da Administração Marítima e Portuária** — Para responder a esta questão, Sr Presidente

**O Sr Presidente (João Amaral)** — Sr Secretário de Estado, não lhe posso dar a palavra nesses termos, porque o Regimento não me permite

**O Sr Secretário de Estado da Administração Marítima e Portuária** — Sr Presidente, foi posta em causa a minha palavra

O Sr Presidente (João Amaral) — Sr Secretário de Estado, se é para defender a sua consideração, tem a palavra

O Sr Secretário de Estado da Administração Marítima e Portuária — Exactamente, Sr Presidente.

A Sr<sup>a</sup> Deputada Lucília Ferra, habilmente, tentou dizer que ou eu menti ou mentiu o Presidente da Câmara Municipal de Sesimbra

O Sr Luís Marques Guedes (PSD) — Exactamente!

O Orador — Já dei a resposta a essa questão

O que o Sr Presidente da Câmara Municipal de Sesimbra disse, e muito bem, foi que, desde a primeira reunião que tive com ele realizei há pouco mais de dois meses, lhe foram dadas garantias — aliás, dá-las-ei a todos os presidentes de câmara — de que não serão concretizadas quaisquer decisões, quaisquer investimentos, que ponham em causa os interesses das comunidades locais. E o Sr Presidente da Câmara de Sesimbra ficou com a garantia, a partir desse momento, de que iria ser estudada uma alternativa, independentemente de qual ela fosse.

É evidente, Sr<sup>a</sup> Deputada, que, se se ia estudar uma alternativa, não se ia construir o cais. Isso é óbvio! Absolutamente óbvio!

*Aplausos do PS*

O Sr. Presidente (João Amaral): — Para dar explicações, tem a palavra a Sr<sup>a</sup> Deputada Lucília Ferra

A Sr.<sup>a</sup> Lucília Ferra (PSD) — Sr Presidente, Sr. Secretário de Estado, quero apenas dizer a V Ex<sup>a</sup> que, como sabemos, a conversa foi muito mais longe do que isso e que não deixa de ser estranho que eu, uma modesta Deputada do Partido Social Democrata e, portanto, na oposição ao Governo, já saiba, há dois meses, que o Governo não só procurava uma solução alternativa como a tinha encontrado, que era a construção dos talos caixotes de que o Sr Secretário de Estado hoje aqui veio falar, dando a entender que apenas nestes últimos dias tinha descoberto essa solução mulagrosa alternativa.

De facto, ando melhor informada do que os Deputados do Partido Socialista,

O Sr Luís Marques Guedes (PSD). — Muito bem!

*Protestos do PS.*

O Orador — mas fui informada pelo Presidente da Câmara, que é do seu partido.

O Sr. Presidente (João Amaral). — Srs Deputados, passamos à pergunta seguinte, sobre o Quadro Comunitário de Apoio III — Região Norte, que vai ser formulada pelo Sr Deputado Adão Silva.

Sr Deputado, tem a palavra

O Sr Adão Silva (PSD) — Sr Presidente, Srs Membros do Governo, Srs Deputados. Não quero iniciar esta intervenção cometendo a deselegância de não dar os parabéns ao Governo pelo facto de, uma vez mais, ter conseguido que Portugal fosse o primeiro país a ver aprovado pela União Europeia o Quadro Comunitário de Apoio III. Os bons hábitos devem ser mantidos!

Devemos lembrar que já na aprovação dos dois Quadros Comunitários de Apoio anteriores, no mandato dos dois governos do PSD, Portugal sempre foi o campeão

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD) — Muito bem!

O Orador. — Esta vitória é, pois, uma tradição que já vem de longe. E é bom que, quando se trata de fazer aprovar um instrumento estratégico de desenvolvimento, de coesão económica e social, de garantia de igualdade de oportunidades e de competitividade de Portugal e dos portugueses, o presente Governo mantenha os bons hábitos que os governos do PSD tinham criado.

Vozes do PSD — Muito bem!

O Orador — Sr Secretário de Estado do Planeamento, o Quadro Comunitário de Apoio III comporta, na Intervenção Operacional Regional do Norte, seis acções integradas de base territorial, as AIBT, que dão corpo ao seu Subprograma 2. Estas AIBT corporizam uma concentração e uma intensificação de recursos financeiros acrescidos e de investimentos, visando a superação dos atrasos de desenvolvimento das populações.

Ao anunciar, entre outros, os propósitos de promoção da competitividade e da coesão territorial e institucional, de fixação das pessoas e das empresas, de elevação dos níveis de qualidade de vida e de auto-estima das populações, as AIBT patenteiam propósitos muito claros combater as assimetrias de desenvolvimento e erguer-se como factor de discriminação positiva a favor das populações menos desenvolvidas.

Por outro lado, as AIBT envolvem diversas entidades públicas e privadas, agenciadoras de desenvolvimento local, que são cativadas para uma partilha de recursos financeiros acrescidos, libertando as sinergias indispensáveis a um desenvolvimento compartilhado.

Dentro destes excelentes propósitos, não podemos deixar de manifestar a nossa estupefacção pelo facto de, no distrito de Bragança, os quatro concelhos da Terra Fria — Vinhais, Vimioso, Miranda do Douro e Bragança — terem ficado excluídos deste instrumento de promoção de desenvolvimento e de bem-estar.

No caso do concelho de Bragança, é certo que a cidade será englobada pela AIBT da qualificação e competitividade das cidades médias. É certo! Mas que é feito com o largo território rural onde vive metade da população deste concelho, Sr Secretário de Estado?!

Dos 12 concelhos do distrito de Bragança, 8 — e bem! — são abrangidos pela AIBT do Vale do Douro. Congratulamo-nos com tal facto. Mas vale a pena perguntar que estranha maldição se abateu sobre as populações dos outros quatro concelhos, sabendo-se que Vimioso e Vinhais registam índices de desenvolvimento económico e social dos mais baixos do distrito de Bragança?

Por outro lado, como explicar o paradoxo de áreas territoriais muito mais desenvolvidas serem contempladas com AIBT — tipo Área Metropolitana do Porto e área de Entre Douro e Vouga — e os concelhos que registam maiores atrasos, que mais necessidades têm de ser positivamente discriminados, ficarem, afinal, excluídos? Estranha forma, Sr Secretário de Estado, de se pretender fazer justiça social e de promover a igualdade de oportunidades e a coesão sócio-económica do País!

Por isso, gostaríamos de pedir a V Ex<sup>a</sup> que explicasse quais os critérios que levaram à exclusão dos quatro concelhos da Terra Fria — Vinhais, Vimioso, Miranda do Douro e Bragança — do Subprograma 2 da Intervenção Operacional Regional do Norte

*Aplausos do PSD*

O Sr Presidente (João Amaral): — Para responder, tem a palavra o Sr Secretário de Estado do Planeamento

O Sr Secretário de Estado do Planeamento (João Carvalho Mendes): — Sr Presidente, Sr Deputado Adão Silva, em primeiro lugar, agradeço a constatação pelo PSD do facto de Portugal ser o primeiro país da União Europeia com um Quadro Comunitário de Apoio aprovado em Bruxelas

O Sr Manuel dos Santos (PS) — Muito bem!

O Orador — Na terça-feira passada, o Sr Comissário Barnier foi habilitado pelo colégio de comissários para proceder à assinatura do QCA em Portugal, em cerimónia que se vai realizar no dia 31 de Março, com a presença do mesmo Comissário, do Sr Primeiro-Ministro e da Sr<sup>a</sup> Ministra do Planeamento

Devo também sublinhar que no Governo estamos totalmente mobilizados neste processo de negociação, não na negociação apenas do QCA mas também na negociação simultânea do QCA com 19 programas operacionais. Como sabem, as transferências financeiras para Portugal far-se-ão a partir da aprovação de cada programa operacional, o que contamos que aconteça ao longo do mês de Abril.

Relativamente à questão concreta que o Sr Deputado coloca sobre acções integradas de base territorial, devo dizer que elas foram concebidas não apenas para atacar problemas de atraso marcado, específico, como também para potenciar algumas potencialidades de regiões que estão a ser insuficientemente aproveitadas. Daí que tenhamos não apenas a AIBT do Douro, como a AIBT da Serra da Estrela e outras AIBT que julgamos que são fundamentais precisamente para alavancar potencialidades.

Relativamente aos quatro concelhos que refere, eles não estão integrados numa acção integrada, na medida em que não pertencem, tal como foi descrito em carta ao Sr Deputado, à Região Demarcada do Douro. É que é preciso tomar em consideração que esta acção integrada tem como matriz o recurso que é o rio. Aliás, na carta que foi endereçada ao Sr Deputado essa questão foi explicitada. Foi dirigida uma carta pelo Ministério do Planeamento aos dois Srs Deputados do PSD eleitos pelo distrito de Bragança onde esta questão é clarificada.

Mas era importante não «perdemos o arvoredo a olhar para a árvore»! Portanto, é fundamental termos em consideração que um concelho que não esteja integrado numa zona coberta por uma acção integrada de base territorial poderá ter um crescimento de verbas, face ao anterior Quadro Comunitário de Apoio, superior a um município que esteja integrado numa zona que esteja coberta por uma acção integrada de base territorial, porque esses municípios que fazem parte da acção integrada de base territorial não receberão todos proporcionalmente, precisamente devido à sua natureza. Pode acontecer, devido à sua capacidade de mobilização própria, apresentando projectos concretos a capacidade de estabelecer parcerias com outros

municípios em associação de municípios, que um município fora de uma área coberta tenha um crescimento de verbas superior ao município que esteja integrado numa área coberta por uma AIBT

Por isso, gostava de sublinhar que temos de olhar para a multiplicidade de instrumentos que estão ao serviço das regiões mais desfavorecidas e não apenas para a AIBT como uma forma de combater esse desfavorecimento. Por exemplo, em relação à região de Trás-os-Montes e Alto Douro, ela representa 14 % da Região Norte, mas obteve cerca de 28 % do FEDER destinado a investimento intermunicipal. Ou seja, também o Subprograma 1 é factor de diferenciação positiva precisamente a favor daquelas regiões mais desfavorecidas.

Gostava também de sublinhar que, neste momento, as comissões de coordenação regionais e o Ministério do Planeamento estão a trabalhar com as diferentes associações de municípios do País, no sentido de contratualizar no âmbito do programa operacional regional e de fazer face precisamente a essas situações de maior necessidade.

O Sr Presidente (João Amaral) — Sr Secretário de Estado, peço-lhe que termine, porque já esgotou o tempo de que dispunha

O Orador — Portanto, gostaria de dizer que, em relação à associação de municípios da Terra Fria transmontana, está a decorrer trabalho com o Ministério do Planeamento e com as comissões de coordenação regionais.

O Sr Presidente (João Amaral) — Inscreveram-se, para pedir esclarecimentos adicionais, os Srs Deputados Adão Silva, Alexandre Chaves, Honório Novo, António Nazaré Pereira e Manuel Queiró

Tem a palavra o Sr Deputado Adão Silva

O Sr Adão Silva (PSD) — Sr Presidente, Sr Secretário de Estado do Planeamento, quero começar por fazer uma clarificação. Anunciou V Ex<sup>a</sup> que nos terá enviado uma carta, a mim próprio e ao Sr Deputado Luís Machado Rodrigues. Aguardamos a carta, porque até este momento ela ainda não chegou.

Segunda questão V Ex<sup>a</sup> disse, e bem, que as AIBT são usadas como instrumento de optimização das potencialidades locais ou, para usar uma expressão que está agora muito em voga no Ministério do Planeamento, para «alavancar» as potencialidades locais.

Sr Secretário de Estado, gostava de lhe dizer que na Terra Fria transmontana há muitas potencialidades que também teriam necessidade de ser «alavancadas». Por outro lado, não é verdade que o recorte da AIBT do Vale do Douro corresponda com a Área Demarcada do Douro no distrito de Bragança. Não é rigorosamente assim! Não é rigorosamente assim! Pelo que, se não se respeita com rigor este princípio no distrito de Bragança, já agora, poderiam ter tido a bondade, a vontade e a disponibilidade para alargar até à fronteira norte do distrito de Bragança, englobando os quatro concelhos que, afinal, ficaram exteriorizados.

Terceira questão por vezes, os senhores olham para as AIBT com uma lógica que é a de que, quando elas não cobrem os concelhos que as populações exigem que sejam defendidos, dizem que as AIBT não são muito importantes e tratam de as desvalorizar, mas, quando o discurso for numa lógica de as evidenciar porque as

circunstâncias e os contextos políticos a tal impelem, ha que as realçar! E o Sr Secretário de Estado, de algum modo, tentou aqui (e acho que foi perigoso) desvalorizar as AIBT. Mas de duas, uma ou têm ou não têm importância. Eu acho que têm. Pela leitura que faço dos documentos, têm muita importância e lastimo profundamente que os concelhos da Terra Fria transmontana com tal não fossem obsequiados.

Finalmente, o Sr. Secretário de Estado falou de uma forma um pouco vaga sobre formas compensatórias para esses quatro concelhos e, sobre isso, gostava de voltar a interpelá-lo, se me permite. Isto é, não tendo os concelhos da Terra Fria transmontana acesso a estes benefícios de uma AIBT, que fórmulas tem, objectivamente, para compensar os quatro concelhos da Terra Fria transmontana?

*Aplausos do PSD*

O Sr Presidente (João Amaral) — Tem a palavra o Sr Deputado Alexandre Chaves

O Sr Alexandre Chaves (PS) — Sr Presidente, Srs Deputados, do esquecimento ao longo dos anos à lembrança dos últimos tempos. Trás-os-Montes e Alto Douro está, em nossa opinião, a caminho das soluções que vão garantir, no presente e no futuro, um processo de desenvolvimento mais solidário e mais harmonioso, e há iniciativas diversas que parecem desanuviar o próximo futuro da região.

Assim, Sr Secretário de Estado do Planeamento, pergunto se há, da parte do Governo, a intenção de, no âmbito do QCA III, os transmontanos e os alto-durienses terem maior participação na gestão, que lhes diz respeito, do QCA III.

Mais ainda haverá um reforço do INTERREG III para o desenvolvimento sócio-económico e cultural da NUT III/Alto Trás-os-Montes, que integra os agrupamentos de concelhos do Alto Tâmega e da Terra Fria?

O Sr António Martinho (PS) — Muito bem!

O Orador — Há, para uma espécie de compensação necessária à ausência de acções integradas de desenvolvimento, para essa NUT III/Alto Trás-os-Montes um reforço nos programas de desenvolvimento rural?

O Sr António Martinho (PS) — Muito bem!

O Orador — Há, para essa NUT III/Alto Trás-os-Montes, que integra as associações de municípios do Alto Tâmega e da Terra Fria, também um reforço, no sentido da compensação pela ausência de acções integradas de base territorial, no âmbito do Programa LEADER?

O Sr António Martinho (PS) — Muito bem!

O Orador — Estes três instrumentos, a serem reforçados, servirão e darão uma alternativa capaz, sólida e duradoura para que nessa NUT III haja um desenvolvimento sustentado, urgente e necessário para melhorar a qualidade de vida das populações e para que, melhorando esse território, melhore também a qualidade de vida do território nacional.

*Aplausos do PS*

O Sr Presidente (João Amaral) — Tem a palavra o Sr Deputado Honório Novo

O Sr Honório Novo (PCP). — Sr Presidente, estamos no fecho da negociação do QCA III e, Sr Secretário de Estado, a primeira coisa que lhe diria é que penso que foi por isso, e só por isso, que o Sr Secretário de Estado e o Ministério do Planeamento, de uma forma geral, não responderam a um requerimento que um Deputado da minha bancada fez sobre esta questão há pouco mais de um mês. Em todo o caso, estou certo de que, fechado este capítulo, o Ministério do Planeamento irá, com certeza, responder à questão que já colocámos sobre esta matéria.

É óbvio que, no Subprograma 2 do QCA III para a Região Norte, estão previstas algumas acções integradas de desenvolvimento e — permita-me este comentário, Sr Secretário de Estado — mal seria que, dentro deste Quadro Comunitário de Apoio, municípios não integrados em associações de desenvolvimento integrado recebessem apoios do QCA. Penso também que concordará comigo quando digo que aqueles municípios que estão integrados em acções próprias vão igualmente receber apoios por outras vias que não apenas as das acções integradas de desenvolvimento. Portanto, não é esta a questão.

A questão é que as acções integradas de desenvolvimento permitem sinergias de envolvimento global de subregiões, que permitem potenciar o desenvolvimento, esse sim, integrado e homogéneo dessas subregiões. É evidente que essas acções integradas de desenvolvimento são tanto mais necessárias quanto mais esses agrupamentos de concelhos forem mais atrasados.

Por isso, gostaria não apenas de o questionar em relação à questão da Terra Fria, já aqui abordada, mas também de lhe perguntar por que é que em toda a Região Norte não são promovidas acções de desenvolvimento integrado, por exemplo, no Alto e no Baixo Tâmega, ou no Cávado, que são reconnidamente algumas das subregiões mais atrasadas da Região Norte.

Já agora, Sr Secretário de Estado, gostava de lhe falar do Plano de Desenvolvimento Integrado do Vale do Sousa, perguntando-lhe em que é que vamos ficar. Vamos ficar nos 50 ou 60 milhões de contos prometidos pelo então Ministro Cravinho, em 1997? Vamos ficar pela versão corrigida de 20 ou 30 milhões de contos? Por que valor vamos ficar para este Plano? Os 200 000 contos inscritos no PIDDAC para o ano 2000 não auguram nada de bom! Nada de bom, Sr Secretário de Estado!

Gostava que comentasse esta questão.

Vozes do PCP — Muito bem!

O Sr Presidente (João Amaral) — Tem a palavra o Sr Deputado António Nazaré Pereira

O Sr António Nazaré Pereira (PSD) — Sr Presidente, Sr Secretário de Estado do Planeamento, já aqui foram trazidas à discussão algumas informações e colocadas algumas questões que merecem particular respeito porque está em causa um critério fundamental para o desenvolvimento do nosso país — o da coesão entre todas as parcelas do território.

Reforçando algumas questões levantadas, lembro ao Sr Secretário de Estado que concelhos, que igualmente não estão abrangidos por acções integradas de desenvolvimento regional, como, por exemplo, Ribeira de Pena, Resende,

Mondim de Bastos, ou alguns concelhos da região de Basto, se situam nos últimos índices de desenvolvimento humano, nos últimos índices de desenvolvimento económico e social do nosso país São dados oficiais do Ministério do Planeamento

Sendo assim, mais estranho é que estes concelhos, tal como os quatro concelhos há pouco citados pelo meu colega Adão Silva, não estejam também incluídos em acções integradas de desenvolvimento Era de esperar — não seria, aliás, outra coisa se não fosse intenção do Governo não cumprir, de facto, aquilo que está no enunciado das acções integradas de desenvolvimento — que estes concelhos não fossem afastados de outras iniciativas, como, por exemplo, o INTERREG ou o LEADER, ou quaisquer outras, de reforço de verbas para a região Mas certamente, Sr Secretário de Estado, teremos a aplicação do INTERREG em toda a Região Norte Ou isso não é verdade? Certamente, Sr Secretário de Estado, teremos os mesmos critérios para a aplicação do LEADER, tal como já vinha a acontecer nos programas actualmente em vigor Será ou não verdade?

Sr Secretário de Estado, permita-me que lhe diga que ouvi com muito apreço a afirmação de que teria respondido ao requerimento feito pelos Srs Deputados Adão Silva e Machado Rodrigues Mas eu próprio e os Srs. Deputados eleitos pelo distrito de Vila Real enviámos um requerimento ao Sr. Secretário de Estado sobre assunto similar há mais de três meses e esse requerimento não foi ainda respondido

**O Sr Presidente (João Amaral)** — Sr Deputado, tem de terminar

**O Orador** — Terminei já, Sr Presidente

Permita-me apenas uma última questão no programa de potencialização das cidades médias, não é explícito quais as pequenas cidades que serão abrangidas na Região Norte Ora, concretamente, Valpaços e Macedo de Cavaleiros estão ou não incluídas nesse programa?

**O Sr Presidente (João Amaral)**: — Tem a palavra o Sr Deputado Manuel Queiró

**O Sr. Manuel Queiró (CDS-PP)** — Sr Presidente, Sr Secretário de Estado do Planeamento, a grande questão que se prende com a correcção das assimetrias regionais por via da aplicação dos fundos europeus dos Quadros Comunitários de Apoio tem a ver, em nosso entendimento, com o facto de, após os anos de experiência que já temos nesta matéria, haver uma região, em Portugal — e refiro-me à Região de Lisboa e Vale do Tejo — que se destacou, por via da aplicação desses fundos, deixando de ser uma região de tipo 1, e que, hoje em dia, tem dificuldades em aceder às verbas do QCA III, por essa via, uma vez que se aproximou da média europeia dos níveis de desenvolvimento, afastando-se das regiões mais atrasadas que constituíam o resto do território nacional

Nesse quadro, a Região Norte é uma das regiões que regista mais dificuldades. Quem consultar os documentos publicados, nomeadamente, pela CCR-Norte, verificará que, segundo alguns critérios de atribuição desses fundos, designadamente a capitação — isto porque o desenvolvimento não se conta apenas por  $m^2$ , mas também por habitante —, a Região Norte não foi, de modo algum, muito contemplada pelas verbas dos anteriores Quadros Comunitários de Apoio

**O Sr José Saraiva (PS)** — Tudo vai mudar!

**O Orador** — Portanto, a questão de fundo, que, julgo, deve colocar-se ao Sr Secretário de Estado, que certamente acompanhou de perto a elaboração deste QCA III, é esta qual é a nova filosofia que o novo Governo quer implantar sobre esta matéria? Se é que há, de facto, uma nova filosofia, uma nova atitude, sobre esta questão de fundo

Quanto à questão, aqui colocada, dos quatro concelhos da chamada Terra Fria transmontana, já agora, gostava que o Sr Secretário de Estado a abordasse sob esta perspectiva Isto é, sob estes índices, quais são as perspectivas de desenvolvimento que estes quatro concelhos podem encarrar, que futuro podem esperar, e que modelo de desenvolvimento o Governo tende a privilegiar para o tal abrigo das potencialidades de desenvolvimento destes concelhos?

**O Sr Presidente (João Amaral)** — Para responder, tem a palavra o Sr Secretário de Estado do Planeamento

**O Sr Secretário de Estado do Planeamento** — Sr Presidente, Sr Deputado Adão Silva, em primeiro lugar, gostaria de dizer, tal como referi na minha intervenção inicial, que estão a ser estabelecidos contactos entre o Ministério do Planeamento, as comissões de coordenação regionais, os presidentes de câmara e as associações de municípios Portanto, no Ministério do Planeamento e pelo Sr Secretário de Estado Adjunto da Ministra do Planeamento já foi recebida a associação de municípios da Terra Fria, a qual ficou de elaborar um documento que servisse de base a uma eventual contratualização no âmbito do programa operacional regional Assim, há já aqui matéria de facto e avanços nesta área. Aliás, todo este processo foi, digamos, despoletado também em virtude da vossa carta Relativamente à questão de a carta ainda não ter chegado, sei que ela seguiu já há alguns dias, mas podemos verificar essa situação

Relativamente às acções integradas de base territorial (AIBT), devo dizer que não as desvalorizei O que referi foi que não era necessário que todo o País fosse coberto por acções integradas de base territorial Até porque, como expliquei, um concelho que não a tenha, pode vir a ter mais dinheiro do que um concelho que a tenha, no final O que chamei a atenção foi para o «envelope» extraordinário, que, graças à negociação de Berlim, foi possível disponibilizar à Região Norte Portanto, é fundamental que todos os concelhos tenham em atenção a totalidade dos instrumentos.

Assim, vou referir apenas os números, para ficarmos com uma ideia global e para relativizarmos esta questão, sem desprezar das AIBT, que são muito importantes, mas que, é preciso tê-lo em atenção, constituem um instrumento que representa menos de 10 % do total dos programas operacionais regionais.

Como dizia, os números da Região Norte são estes o valor global destinado à Região Norte é de 3300 milhões de contos, representando uma taxa de crescimento média anual, face ao anterior QCA, de 66 %, o que significa que o pacote global quase duplica, se compararmos os sete contra os seis anos A share da Região Norte, no total do País, aumenta de 30,7 % para 38,9 % do total. O programa operacional da Região Norte multiplica por seis os valores do QCA II — isto deve-se a um novo modelo que este Governo avançou para a gestão dos fundos comunitários, em que os ministérios, pela primeira vez, integram intervenções suas nos programas regionais

Por outro lado, o investimento municipal intermunicipal, do qual vão beneficiar fortemente esses concelhos, cresce quase 30 %, em média anual, face ao QCA II, e cerca de 50 %, em termos de bolo global. Pela primeira vez, a Região Norte assumiu a mesma importância que a Região de Lisboa e Vale do Tejo no PIDDAC — este é também um factor que temos de tomar em consideração, porque há diversos instrumentos que confluem para atingirmos o mesmo objectivo.

Sobre a questão do INTERREG, naturalmente, o *volet* A será destinado às regiões transfronteiriças. Neste momento, estão a afinar-se, na negociação com a Comissão, quais serão as regras finais de aplicação do INTERREG. Necesariamente, teremos de sujeitar-nos a essas regras, mas é um instrumento para fazer face àquelas que são as regiões mais desfavorecidas, tal como o próprio LEADER, que, neste momento, está a ser trabalhado pelo Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas.

Para além disso, temos a acção integrada de qualificação das cidades, à qual poderão recorrer as cidades que referiu e que tem um pacote substancialmente importante.

Relativamente às fórmulas compensatórias, já referi que não se trata de encontrar compensação por não ter AIBT, trata-se de olhar para cada grupo de municípios, para as associações de municípios, para os seus programas estratégicos e os seus programas operacionais, e o conjunto de investimentos estruturados e coerentes que apresentem, e, em função disso, será contratualizado com eles. Portanto, há direitos e há deveres para ambas as partes e a Srª Ministra do Planeamento já teve ocasião de elencar os princípios aos quais vai obedecer essa contratualização.

Quanto às questões colocadas pelo Sr Deputado Alexandre Chaves, devo dizer que, ao encontro da sua intervenção, o Governo, num diploma que aprovou há 15 dias, assumiu claramente o princípio da contratualização — isso está claramente expresso no diploma —, bem como o facto de, nas unidades de gestão relativas a investimento municipal e intermunicipal, as autarquias irem ter a maioria de assento nessas unidades de gestão, respeitando os termos da própria lei.

Julgo já ter abordado as questões relativas ao INTERREG e ao LEADER e aproveito também para sublinhar que as AIBT têm uma lógica de aplicação a sub-regiões, não sendo um somatório de investimento municipal de diversos municípios. Portanto, um município até pode crescer muito através do seu investimento municipal e intermunicipal, não precisando de uma AIBT para o conseguir.

Temos, na Região Norte, um conjunto já muito vasto de AIBT, que julgamos dar cobertura àquelas que são as principais necessidades. Assim, temos o Minho/Lima, o Vale do Sousa, o Entre Douro e Vouga, o Douro e o Vale do Côa, que apanha uma parte da Região Norte. E foi também referida a questão de ser beneficiada a Área Metropolitana do Porto.

Ora, a Área Metropolitana do Porto, tal como a Área Metropolitana de Lisboa, enferma de problemas relacionados com a renovação urbana, com a degradação urbana e com a exclusão social e é por isso que estas duas regiões têm acções integradas dirigidas precisamente ao combate a estes problemas.

Relativamente às perguntas feitas pelo Sr Deputado Honório Novo, não sei qual é a questão, não conheço o requerimento. O Sr Deputado poderia tê-la referido e, assim, eu poderia ter respondido.

Quanto às regiões que indicou, devo dizer-lhe que o procedimento que está a ser adoptado em relação à Terra Fria transmontana não é exclusivo da Terra Fria transmontana. Portanto, neste momento, está a desenvolver-se um trabalho com as associações de municípios das diferentes regiões, precisamente para se encontrar a contratualização à medida das necessidades específicas das regiões, no âmbito do programa operacional regional.

Relativamente à questão colocada pelo Sr Deputado António Nazaré Pereira, não conheço o requerimento de que fala. Devo dizer-lhe que a acção integrada para a qualificação das cidades e para a requalificação metropolitana será gerida pelo Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território e, portanto, agora, em sede de complementos de programação, após a aprovação dos programas operacionais, esses critérios ficarão claramente definidos.

Quanto à pergunta feita pelo Sr Deputado Manuel Queiró, o *phasing out* de Lisboa e Vale do Tejo coloca-nos grandes desafios. E se, de facto, temos dito, no Ministério do Planeamento e no Governo, que o grande desafio do próximo Quadro Comunitário de Apoio é o desafio da auto-sustentação, este desafio colocar-se-á, em primeiro lugar, em Lisboa e Vale do Tejo. Portanto, o instrumento PIDDAC será um instrumento ao qual recorreremos para corrigir um *phasing out* que é, de facto, abrupto e que pode colocar alguns desequilíbrios sobre a mesa, mas estamos atentos a eles. E refiro novamente que, no âmbito do PIDDAC, a Região Norte e a Região de Lisboa e Vale do Tejo ficaram com a mesma *share*, o que acontece pela primeira vez e é demonstrador de equilíbrio, mas também houve um esforço no sentido de compensar, em Lisboa e Vale do Tejo, a falta que já se sentirá, no ano 2000, de fundos comunitários, sendo que é o primeiro ano de *phasing out*.

Julgo ter respondido essencialmente às diferentes questões.

O Sr António Nazaré Pereira (PSD) — Sr Presidente, peço a palavra para interpelar a Mesa.

O Sr Presidente (João Amaral) — Faça favor, Sr Deputado, mas espero que seja muito breve.

O Sr António Nazaré Pereira (PSD) — Sr Presidente, serei muito breve e trata-se de uma verdadeira interpelação. Gostaria de saber, se V Exª poderá confirmar, posteriormente, que o requerimento entregue na Mesa, em 16 de Dezembro de 1999, e assinado por mim próprio e pelos Srs Deputados Francisco Tavares e António Abelha, terá sido enviado ao Sr Secretário de Estado do Planeamento, ou, pelo menos, ao Ministério do Planeamento, e, com a sua autorização, faria entrega da cópia que tenho em meu poder, a minha cópia pessoal, desse requerimento ao Sr Secretário de Estado do Planeamento.

O Sr Presidente (João Amaral) — Sr Deputado, na parte que compete à Mesa averiguar, a Mesa averiguará, quanto ao Sr Deputado querer entregar o requerimento directamente ao Sr Secretário de Estado, tanto faz que eu autorize como não.

Srs Deputados, está concluída a pergunta relativa ao Quadro Comunitário de Apoio III — Região Norte.

Vamos passar à última pergunta, sobre acessibilidades aos concelhos de Arouca e Castelo de Paiva, que será

formulada pelo Sr Deputado Castro Almeida, do PSD, e respondida pelo Sr. Secretário de Estado Adjunto e das Obras Públicas

Para formular a pergunta, tem a palavra o Sr Deputado Castro de Almeida

**O Sr Castro de Almeida (PSD)** — Sr Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr<sup>as</sup> e Srs Deputados V Ex<sup>a</sup>, Sr. Secretário de Estado, tem nas suas mãos a possibilidade de resolver o maior problema do concelho de Castelo de Paiva. Estou a referir-me à construção da estrada que liga Castelo de Paiva até Santa Maria da Feira, permitindo aos paivenses uma rápida ligação ao litoral. Há anos e anos que Castelo de Paiva espera por esta estrada — espera e desespera.

O isolamento de Castelo de Paiva só se resolve com esta estrada. As empresas da região só se instalarão em Castelo de Paiva desde que existam acessos aceitáveis.

Os tempos de percurso entre Castelo de Paiva e o Porto ou Santa Maria da Feira são os mesmos de há 30 anos atrás. Os carros, hoje, andam mais depressa, mas as estradas são as mesmas, com a excepção de uns escassos 3 km construídos nos governos do PSD.

O País cresceu e desenvolveu-se, construíram-se milhares de quilómetros de estradas, mas Castelo de Paiva não beneficiou desse progresso.

Mas os paivenses têm ainda outra razão de queixa. É que o Governo não só se tem recusado a avançar com o troço Pedrido/Cruz da Carreira como tem vindo a enganar os paivenses com promessas que não cumpre. Já em 1997, o Secretário de Estado das Obras Públicas garantiu publicamente que o concurso para a construção da estrada seria aberto em 1998, mas não foi. Em 1999, o Governo informava novamente que o projecto estava a ser reformulado para o «oportuno lançamento da obra», ou seja, o Governo já não indica qualquer prazo para construir a estrada. Pois bem, Sr Secretário de Estado, cabe-me vir perguntar: quando vai o Governo abrir o concurso? Quando vai começar a obra? É esta a pergunta que os paivenses me pedem para lhe formular. Já sabemos que a estrada não começará neste ano 2000, mas espero que o Governo possa garantir aqui, hoje, que começará em 2001.

A população de Castelo de Paiva tem tido uma paciência sem limites, mas tanto atraso do Governo esgota a paciência até de um santo.

A segunda grande prioridade dos paivenses é a construção da nova ponte de Entre-os-Rios, porque o acesso a Castelo de Paiva pelo lado de Penafiel e o aproveitamento do porto fluvial de Sardoura implicam a substituição da velha ponte, onde não conseguem cruzar-se dois veículos pesados. Tanto quanto se sabe, o projecto da nova ponte está concluído. O que resta saber é quando vai o Governo iniciar a obra. Será neste ano de 2000 ou será apenas em 2001?

Se V Ex<sup>a</sup> responder positivamente a estas duas preocupações estará a proporcionar uma grande alegria aos paivenses e eles bem precisam que lhes seja feita justiça.

Sr Presidente, Sr Secretário de Estado, Srs Deputados. No passado mês de Fevereiro, o Sr Presidente da Câmara Municipal de Arouca reuniu com os Deputados do PSD eleitos pelo distrito de Aveiro para solicitar o nosso empenho na urgente construção da via estruturante de Arouca até ao no do IC 2 em Avisfana.

**O Sr Presidente (João Amaral)** — Sr Deputado, tem de concluir

**O Orador** — Sr Presidente, confesso que, por lapso, pensei que tinha 5 minutos para fazer a pergunta, mas, com a sua autorização, vou usar mais meio minuto.

É na sequência desta reunião com o Sr Presidente da Câmara e com outros distintos arouquenses que, hoje, aqui estamos a suscitar este assunto da ligação de Arouca ao litoral.

Arouca e Castelo de Paiva são os dois concelhos do distrito de Aveiro com maiores dificuldades de ligação ao litoral e a nova estrada para Arouca é a primeira prioridade de todas as forças políticas deste concelho. Depois de várias promessas e muitas expectativas, verificámos, com espanto, que a nova via estruturante de Arouca não consta do PIDDAC para 2000, pelo que passará mais um ano sem que se inicie a obra. Está o Governo em condições de garantir o inicio da construção da estrada no ano 2001?

É esta a pergunta que queria colocar.

O concelho de Arouca tem vindo a ser prejudicado, desde há muitos e longos anos, pela quase total ausência de investimentos da parte do Governo e não me refiro apenas aos governos do PS. Mas tanto atraso está a ficar insustentável para os arouquenses e esta estrada é fundamental para os ajudar na luta que têm vindo a travar pelo seu desenvolvimento, sendo que ela não é apenas importante mas também muito urgente e não há direito de pedir aos arouquenses que continuem à espera.

**O Sr Presidente (João Amaral)** — Para responder, tem a palavra o Sr Secretário de Estado Adjunto e das Obras Públicas.

**O Sr Secretário de Estado Adjunto e das Obras Públicas (Luís Parreira)** — Sr Presidente, Srs Deputados. Respondendo às questões que o Sr. Deputado Castro de Almeida colocou, vou começar pelo concelho de Arouca.

A primeira prioridade do concelho de Arouca, em matéria de acessibilidades, é, de facto, a ligação de Arouca ao litoral. Como o Sr Deputado sabe, trata-se de uma construção muito cara, porque será feita numa zona muito acidentada, e que, na fase de projecto, teve alguns problemas — e ate os teve muito recentemente —, quer de avaliação ambiental quer, sobretudo, de compatibilização do traçado da estrada com algumas manifestações locais de desagrado no que respeita a algumas propostas de traçado.

Aquilo que acontece neste momento é o seguinte: o projecto desta estrada está concluído, estamos a falar de um investimento de cerca de 5,7 milhões de contos e ela não está prevista no PIDDAC para o ano 2000, nem tinha de estar, pela simples razão de que é nossa intenção lançar o concurso no segundo semestre deste ano e, sendo uma obra de grande dimensão, será feito um concurso público internacional. Pelo exposto, esta estrada não provocara qualquer tipo de encargos este ano, mas o compromisso do Governo — neste momento podemos assumi-lo com segurança — é de, ultrapassadas que estão as questões de compatibilização dos traçados com as manifestações locais, lançar o concurso para a construção desta obra no segundo semestre do ano 2000.

Relativamente ao concelho de Castelo de Paiva, informo que a variante à EN 222 também é uma obra muito significativa do ponto de vista financeiro, ainda que o seja

muito menos do que a ligação de Arouca ao litoral. Há um protocolo com a Câmara Municipal de Castelo de Paiva para a concretização desta obra a qual tem um encargo previsível de 610 000 contos e prevemos que ela possa ser lançada no ano de 2001.

Vou passar a falar da terceira questão, que, porventura, é a mais importante de todas as questões que respeitam ao município de Castelo de Paiva, respeitando também a um conjunto muito significativo de municípios, entre os quais se integram muitos municípios localizados a norte do Douro, nomeadamente, o município de Penafiel. Refiro-me à nova ponte de Entre-os-Rios.

Neste momento, o projecto da ponte de Entre-os-Rios está, diria, praticamente concluído, ou seja, está a ser revisado e, após a revisão, que se estima que possa ocorrer nos próximos 2 ou 3 meses, será remetido às câmaras municipais com interesse na área para que elas se pronunciem. É nossa prática remeter todos os projectos destas grandes infra-estruturas aos municípios para que eles se pronunciem, a fim de que, após a sua aprovação, possamos, até ao final do ano 2000, concretizar todo o procedimento burocrático, por forma a que, no final do ano 2000 ou no princípio do ano 2001, possamos lançar o concurso, que tem um investimento previsível de 3 milhões de contos.

**O Sr. Presidente (João Amaral).** — Para pedir esclarecimentos adicionais, inscreveram-se os Srs. Deputados Castro de Almeida, Agostinho Gonçalves e António Pinho.

Sr. Deputado Castro de Almeida, tem a palavra. Contudo, peço-lhe que, agora, se contenha no tempo.

**O Sr. Castro de Almeida (PSD).** — Sr. Presidente, vou fazê-lo completamente.

Sr. Secretário de Estado Adjunto e das Obras Públicas, muito obrigado pelos seus esclarecimentos, mas há um ponto em que não fiquei completamente esclarecido e que tem a ver com a variante à EN 222, isto é, com a ligação, o troço, Pedorico/Cruz da Carreira, que é o que está aqui em causa.

O Sr. Secretário de Estado disse que esta obra seria lançada, previsivelmente, no ano 2001, pelo que gostaria que me confirmasse se é, justamente, o troço Pedorico/Cruz da Carreira, porque é deste que estamos a falar. Esta variante à EN 222 tem três troços: um está feito, outro está em construção e o troço central, Pedorico/Cruz da Carreira, é que está aqui em causa. Gostava que o Sr. Secretário de Estado confirmasse se é a obra deste último troço que será lançada em 2001.

Uma pergunta suplementar mais detalhada respeita ao que o Sr. Secretário de Estado quer dizer com lançar a obra: quer dizer que o concurso será aberto em 2001 ou quer dizer que a obra terá início, no terreno, em 2001? Era só este esclarecimento que gostava que o Sr. Secretário de Estado me desse.

**O Sr. Presidente (João Amaral).** — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr. Deputado Agostinho Gonçalves.

**O Sr. Agostinho Gonçalves (PS).** — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado e Srs. Deputados, o concelho de Castelo de Paiva, sendo um concelho do distrito de Aveiro, está associado com os restantes municípios do Vale do Sousa, a saber, os de Penafiel, Paredes, Lousada, Felgueiras

e Paços de Ferreira. Dado os problemas de atraso estrutural existentes nesta associação, o governo anterior fez uma OID (Operação Integrada de Desenvolvimento), que, agora, vai continuar porque a aposta principal foi feita em infra-estruturas que se basearam mais na área do saneamento e do abastecimento de água.

Hoje, a questão que está hoje colocada é a das acessibilidades e, de facto, toda aquela área do Vale do Sousa precisa de intervenções nesta área e tem vindo a tê-las, particularmente, no que respeita à variante à EN 222, questão que foi aqui levantada pelo Sr. Deputado Castro de Almeida, que tem três troços: um que está feito, outro que está em curso e outro que está por fazer. Com certeza que o Sr. Deputado tem conhecimento de que isto foi objecto de um acordo com o PRONORTE, a Direcção-Geral de Administração Autárquica e a câmara municipal, e que este projecto foi feito através do programa RECHAR, tendo custado 300 000 contos.

Creio que o Sr. Secretário de Estado respondeu à questão que lhe foi colocada, mas também gostaria de lhe colocar uma, que é a seguinte: para si, é importante, ou não, a construção da ponte de Entre-os-Rios, a qual não só ligará o concelho de Penafiel ao de Castelo de Paiva como também o distrito do Porto ao de Aveiro?

**O Sr. Presidente (João Amaral).** — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr. Deputado António Pinho.

**O Sr. António Pinho (CDS-PP).** — Sr. Presidente e Sr. Secretário de Estado, de facto, estamos a tratar do assunto das acessibilidades ao interior do distrito de Aveiro, nomeadamente das acessibilidades aos concelhos de Arouca e Castelo de Paiva, os quais se encontram estrangulados no seu desenvolvimento e nas suas potencialidades, sobretudo, pela falta de acessibilidades e pela más condições das mesmas.

Ouvimos falar em lançamento de obras, intenções, estudos, protocolos, projectos, concursos; tudo isto serão várias fases com as quais vão entreteendo os autarcas e as populações locais. Os anos passam e ainda recentemente houve uma questão ambiental, sendo que o Presidente da Câmara Municipal de Arouca — que também recebemos na Assembleia da República — nos pediu, por tudo, que ela não fosse reaberta, porque se não teria de voltar tudo à estaca zero.

O sentimento das populações e dos autarcas é o de que nada se resolve e que cada pequeno entrave que surge é um pretexto para que tudo recomece.

Portanto, o que queremos dizer — o Deputado Castro de Almeida já falou disto — é que não já não estamos interessados em saber quais são os projectos, os estudos, etc., uma vez que só queremos saber se o Governo pode, em consciência, dar um prazo, uma data, ou pelo menos um ano (já não vamos ao pormenor) para que os carros começem a circular, ou seja, para que a obra esteja concluída.

Não são mais estudos, mais protocolos, mais lançamentos que vão resolver os problemas destas populações e dos autarcas destes concelhos. O que nós gostaríamos de saber é o que é que podemos responder às pessoas que nos perguntam quando é que os carros e as pessoas começam a circular por estas novas vias.

**O Sr. Presidente (João Amaral).** — Para responder às perguntas formuladas, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado Adjunto e das Obras Públicas.

**O Sr Secretário de Estado Adjunto e das Obras Públicas:** — Sr Presidente e Srs Deputados, tenho alguma dificuldade em caracterizar o troço da EN 222 que foi referido, com o pormenor que o Sr Deputado Castro Almeida o caracterizou

No entanto, o que está a acontecer, neste momento, é a construção de uma parte desta estrada e o que temos previsto é o lançamento da obra, na parte remanescente, para o ano 2001. É isto que está previsto no planeamento do Instituto das Estradas de Portugal e não vejo qualquer razão para o alterar, sendo que também poderemos fazer este troço através de acordos com a Câmara Municipal de Castelo de Paiva, tal como tem sido feito nos outros troços desta estrada.

Relativamente ao lançamento da obra, percebo a preocupação de rigor na informação que o Sr Deputado Castro Almeida pediu e informo-o que, quando refiro lançamento da obra, quero dizer a abertura do concurso público

Quanto à ponte de Entre-os-Rios, prevemos que o lançamento da obra se verifique no final de 2000, isto é, nos últimos dois ou três meses de 2000 ou no princípio de 2001, porque este também depende da apreciação que os municípios façam sobre o projecto.

No que respeita à ligação Arouca/Mansores, prevemos que o concurso seja aberto e que o anúncio do concurso público internacional seja publicado no segundo semestre de 2000.

Julgo que são estes os esclarecimentos que foram pedidos.

**O Sr Presidente (João Amaral).** — Srs Deputados, não há mais perguntas a formular ao Governo, pelo que está concluída a nossa ordem de trabalhos de hoje.

A próxima reunião plenária realizar-se-á na próxima quarta-feira, dia 22, pelas 15 horas, constando de um período de antes da ordem do dia e de um período da ordem do dia com a discussão dos projectos de lei n.º 60/VIII (PSD) e n.º 63/VIII (PCP).

Srs Deputados, está encerrada a sessão

*Eram 14 horas e 5 minutos*

*Faltaram à sessão os seguintes Srs Deputados*

Partido Socialista (PS).

António Bento da Silva Galamba  
António Jorge Freire de Brito Calvete  
Carlos Manuel Luís  
Francisco José Pereira de Assis Miranda  
Helena Maria Mesquita Ribeiro  
Isabel Maria dos Santos Barata  
Janula Bárbara Madeira e Madeira

João Pedro da Silva Correia  
Joaquim Sebastião Sarmento da Fonseca Almeida  
José Alberto Rebelo dos Reis Lamego  
José Carlos das Dores Zorrinho  
José Manuel de Medeiros Ferreira  
Luiz Manuel Fagundes Duarte  
Mafalda Cristina Mata de Oliveira Troncho  
Manuel Alegre de Melo Duarte  
Manuel Francisco dos Santos Valente  
Manuel Joaquim Barbosa Ribeiro  
Margarida Maria Santos Soares da Rocha Gariso  
Maria Luísa Silva Vasconcelos  
Miguel Bernardo Ginestal Machado Monteiro Albuquerque  
Rosalina Maria Barbosa Martins  
Rui Manuel Leal Marqueiro

Partido Social Democrata (PSD)

Álvaro Roque de Pinho Bissau Barreto  
Ana Maria Martins Narciso  
António Edmundo Barbosa Montalvão Machado  
António Paulo Martins Pereira Coelho  
Carlos José das Neves Martins  
Domingos Duarte Lima  
Eugenio Fernando Sá Cerqueira Marinho  
Fernando Santos Pereira  
Henrique José Monteiro Chaves  
Joaquim Virgílio Leite Almeida da Costa  
Jorge Manuel Ferraz de Freitas Neto  
José Eduardo Rêgo Mendes Martins  
José Frederico de Lemos Salter Cid  
Luís Cirilo Amorim de Campos Carvalho  
Luís Manuel Gonçalves Marques Mendes  
Manuel Filipe Correia de Jesus  
Maria Manuela Aguiar Dias Moreira  
Miguel Bento Martins da Costa de Macedo e Silva  
Nuno Miguel Marta de Oliveira da Silva Freitas  
Pedro Augusto Cunha Pinto  
Pedro Manuel Cruz Roseta  
Sérgio André da Costa Vieira

Partido Comunista Português (PCP)

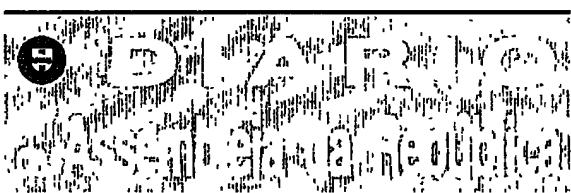
Agostinho Nuno de Azevedo Ferreira Lopes  
Carlos Alberto do Vale Gomes Carvalhas

Partido do Centro Democrático Social — Partido Popular (CDS-PP)

António de Magalhães Pires de Lima  
Sílvio Rui Neves Correia Gonçalves Cervan

A DIVISÃO DE REDAÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL





Depósito legal n.º 8818/85

IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.

1 — Preço de página para venda avulso, 10\$00 (IVA incluído)

2 — Para os novos assinantes do *Diário da Assembleia da República*, o período da assinatura será compreendido de Janeiro a Dezembro de cada ano. Os números publicados em Outubro, Novembro e Dezembro do ano anterior que completam a legislatura serão adquiridos ao preço de capa

3 — O texto final impresso deste *Diário* é da responsabilidade da Assembleia da República

**PREÇO DESTE NÚMERO 380\$00 (IVA INCLUIDO 5%)**

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e assinaturas do «*Diário da República*» e do «*Diário da Assembleia da República*», deve ser dirigida à administração da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, S. A., Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5 - 1099-002 Lisboa